

Histórias de trabalho
da
Receita Federal do Brasil

8º concurso - 2017

Prosas e poesias

Marina Artes Gráficas e Editora Ltda



Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia

Paulo Guedes

Secretário Especial da Receita Federal do Brasil

Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Subsecretário-Geral da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

João Paulo Ramos Fachada Martins da Silva

**Subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da
Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil**

Frederico Igor Leite Faber

Coordenador-Geral de Atendimento

José Humberto Valentino Vieira

Chefe da Divisão de Memória Institucional

Fabiane Paloschi Guirra

Comissão Julgadora do 8º Concurso Histórias de Trabalho da RFB

Márcio da Silva Ezequiel - DRF/Pelotas - Presidente da Comissão

Ana Catarina de Lucena - SRRF/04RF

Abigail Aparecida dos Santos - Sufis/Cofis

Carlos Roberto Block - Suara/Coef

Rudimar Radatz - DRF/Santo Angelo

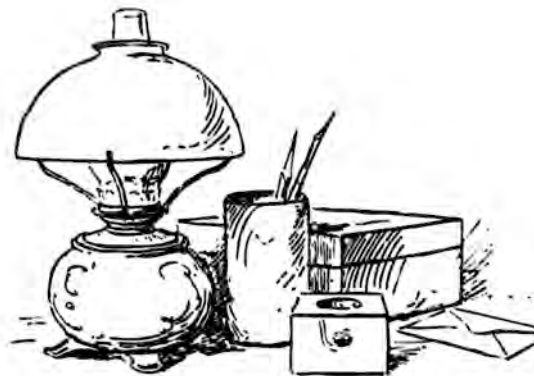


Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

*Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil*

8º Concurso - 2017

Prosas e Poesias



Receita Federal

Coordenação-Geral de Atendimento
Divisão de Memória Institucional

Copyright 2018 - by *Receita Federal*

Estão resguardados todos os direitos desta publicação, que poderá ser reproduzida por qualquer meio, desde que citado o nome do autor.

Capa e Diagramação

Marcia Palma de Azevedo

Imagem da capa

Assessoria de Comunicação Social - Ascom/RFB

Revisão Ortográfica

Nicole Medeiros Leal

Impressão e acabamento

Marina Artes Gráficas e Editora Ltda

Tiragem

1000 exemplares

Ministério da Economia / Receita Federal do Brasil / Coordenação-Geral de Atendimento /
Divisão de Memória Institucional - Brasília: RFB, 2018

Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil - 8º Concurso, 2017.

223p.; 22cm. Coletânea de Histórias.

1. Memória Institucional. 2. Receita Federal do Brasil



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Sumário

Apresentação	VII
Prefácio	IX
Prosas Premiadas	
IRF Dionísio Cerqueira SC	13
Leões do mar	27
Procurações RFB - como surgiu essa ferramenta	35
Menção Honrosa	
Trem da Fronteira	49
Prosas Classificadas	
A correção do nome e o choro	61
A garantia	64
A mão-de-obra multifuncional	68
A maratona de um seminário	81
Alagados em Brasileia 2015	87
Blitz na estrada	90
CAC aduaneiro santista: do sonho à realidade	93
Cruzando as barreiras da linguagem	99
Emergência no CAC Tatuapé	102
João da Receita	106
Mega evento	109
Meus 50 anos de trabalho	112
Minha primeira visita à Brasília	118
Minha vida da Previdência Social	122
Não existe nada tão ruim que não possa ficar pior	126
O CPF do presidente	130



Onde estão os processos de débitos previdenciários?.....	136
Pacaraima - BV8	140
Reunião de emergência	143
Separados pelo destino - unidos pelo cadastro	146
Uma miora, uma piora	148
Uma visão do Atendimento Integrado RFB-PGFN	151
Was willst du?	159
Poesias Premiadas	
Tudo a declarar	165
A ouvidoria	171
Santos 2016	177
Menção Honrosa	
Cordel atendimento em agência	185
Poesias Classificadas	
Educação Fiscal	201
Imposto dos solteiros	205
Maria ou João, eis a questão!	210
O PERT e a CND para entrar no céu	212
Receita no Rio 2016	219
Um Curió na Malha Fiscal	221



Apresentação

“No momento em que minha atenção vagueia da ordem estabelecida das linhas escritas para a complexidade mutável que nenhuma frase consegue apreender totalmente, chego quase a entender que além das palavras há algo que as palavras poderiam significar.” Ítalo Calvino.

A memória institucional registra um cotidiano de atividades inerentes à Instituição que representa, cujas palavras e números são, até então, de maneira usual, instrumentos técnicos para a boa realização de suas atribuições. Ao lançar mão das letras para compor uma narrativa de seu trabalho, quer em prosa ou poesia, o servidor adentra em um mundo de significados e metáforas que lhe permite ver particularidades e nuances que até então poderiam passar despercebidos.

Para cada detalhe descrito, aquele que escreve enxerga uma infinidade de possibilidades narrativas que é preciso abandonar, a fim de chegar à objetividade que o texto requer. Seu olhar, contudo, já não é o mesmo. O leitor adentra, por conseguinte, em um universo de singularidades coletivas que carrega muito mais do que é dito. E, quer integrante dos quadros fazendários ou contribuinte apenas, aquele que lê retorna ao chamado mundo concreto mais consciente e perceptivo às complexidades mutáveis que o compõem.

Partindo dessa reflexão amparada no texto em epígrafe, apresentamos mais uma edição do livro Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil. Tratam-se dos textos selecionados na 8ª edição do prêmio, realizado no ano de 2017.

Instituído em 2010, tal concurso tem por objetivo coletar, selecionar e premiar registros de experiências de trabalho apresentados por servidores da Instituição, ativos ou inativos.



VIII

A presente edição abrangeu duas categorias: depoimento verídico em prosa e poesia. Foram inscritos 46 trabalhos, advindos de várias localidades do país, aproximando, assim, as diversas Regiões Fiscais. São narrados aspectos marcantes ou pitorescos, atuais ou passados, do dia-a-dia dos servidores da Receita Federal.

A comissão julgadora selecionou três trabalhos vencedores em cada uma das duas categorias. Esta coletânea ainda reúne as demais histórias classificadas, sendo 27 em prosa e 10 poesias. Somadas às sete edições anteriores, já são 330 histórias que compartilham momentos vivenciados na fiscalização, no atendimento ao contribuinte, na aduana, e em outras áreas da Instituição. São histórias de trabalho sem deixarem de ser histórias de vida.

Esta edição apresenta-se ilustrada com os desenhos premiados no 6º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da Receita Federal do Brasil, o que certamente vem a dar maior encanto à obra que ora se apresenta.

Com os trabalhos inscritos, mesmo aqueles que não foram selecionados para compor esta oitava coletânea, legamos à posteridade as experiências dos autores, as quais passarão a integrar o acervo da Memória Institucional da Receita Federal do Brasil. Parabenizamos a todos os que participaram do concurso.

Agradecemos a toda equipe da Divisão de Memória Institucional, sob a competente chefia de Fabiane Paloschi Guirra, com destaque para os colegas Márcio Ezequiel, diretamente envolvido na organização e revisão deste volume, e Márcia Palma de Azevedo, responsável pela diagramação e projeto gráfico.

Desejamos a todos uma boa leitura!

José Humberto Valentino Vieira
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador-Geral de Atendimento



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Prefácio

Por meio do Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil, os servidores da casa nos oferecem um registro sobre suas vivências laborais. Rememorar atividades cotidianas, inovações e aprimoramentos, desafios e soluções e mesmo os casos inusitados com experiências relevantes, fazem deste Concurso um exercício de reflexão para o seu pessoal e um instrumento para os gestores aperfeiçoarem procedimentos e estruturas da Secretaria.

Os textos, ora publicados nesta 8ª edição, assim como todo material inscrito, fornecem um valioso material para nosso acervo de Memória Institucional que, futuramente, serão fonte de pesquisa e informação para os historiadores e estudiosos da Administração Tributária e Aduaneira do Brasil.

Projetos como esse têm sido desenvolvidos pela Divisão de Memória Institucional da RFB, sob a Coordenação-Geral de Atendimento, potencializando integração e autoconhecimento da estrutura funcional fiscal no Brasil.

O “Histórias de Trabalho da Receita Federal” tem demonstrado a riqueza e a diversidade de situações, bem como os desafios enfrentados pelo seu corpo funcional, sem perder a unicidade de propósitos empregados na busca constante da excelência na realização de nossa Missão Institucional.

Boa leitura.

Frederico Igor Leite Faber
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento
da Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

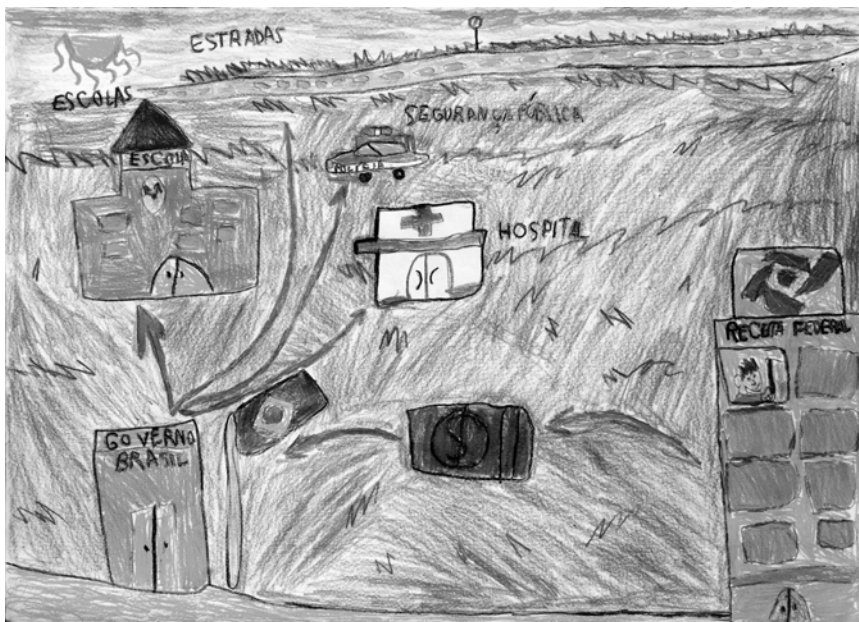
Prosas Premiadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

6º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB

1º Lugar



Autor: Guilherme Alves Guimarães, 8 anos

Responsável: Marcelo Anderson Guimarães - DRF/Franca

Prosas Premiadas

Primeiro Lugar

IRF Dionísio Cerqueira-SC

Marcos Augusto Albiero Sakimoto

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - IRF/Dionísio Cerqueira-SC

Ingressou na RFB em 2013, na ARF Caçador/SC, 9ª Região Fiscal, onde exerceu atividade no Centro de Atendimento ao Contribuinte. Participou de operações Fronteira Blindada, especialmente na região da fronteira Brasil-Argentina, em Santa Catarina e no Paraná. Compôs uma das equipes de reforço da Operação Rio 2016, atuando com a recepção de Dignitários. Trabalha, atualmente, na Área de Controle Integrado (ACI) de cargas, de Dionísio Cerqueira/SC, na fronteira com Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina).



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

IRF Dionísio Cerqueira

Introdução

A Receita Federal de Dionísio Cerqueira (SC) situa-se em uma área bem peculiar: uma fronteira seca que une dois países (Brasil e Argentina), três Estados (Paraná, Santa Catarina e Misiones) e três municípios (Barracão, Dionísio Cerqueira e Bernardo de Irigoyen). Essa característica rende ao local a carinhosa alcunha de trifronteira por seus habitantes.

Atualmente, são dois os pontos fronteiriços alfandegados nesse conglomerado urbano: a Aduana de turismo e a Aduana de cargas. A evolução desses recintos acompanha o desenvolvimento histórico da região, desde a disputa territorial entre as coroas portuguesa e espanhola, passando por um conflito diplomático brasileiro-argentino e, ainda, pelo acontecimento de outros tantos fatos de grande importância regional e nacional.



Ponto de confluência das três cidades na fronteira Brasil-Argentina.

Fonte: O autor.



Histórico regional

Quando portugueses e espanhóis chegaram ao continente americano, a fronteira entre as possessões de ambos os impérios se situava próxima à faixa litorânea dos atuais Estados do Paraná e de Santa Catarina, conforme o Tratado de Tordesilhas (1494). A expansão de Portugal ao oeste se deu, majoritariamente, pela ação de bandeirantes e se confirmou pelo Tratado de Madri (1750), habilmente assinado por Alexandre de Gusmão, alegando direito definitivo a quem detinha, de fato, a posse territorial (*uti possidetis, ita possideatis*).

Entre arranjos e discórdias vindas desde Portugal e Espanha, Brasil e Argentina chegavam a um impasse, a fins do século XIX, que envolvia a posse da região do Sudoeste e do Extremo Oeste do Paraná e de Santa Catarina, respectivamente. A Questão de Palmas (Misiones, para os Argentinos) girava em torno dos rios designados como limites fronteiriços: Peperi-guaçu e Santo Antônio, segundo os brasileiros; Chapecó e Chopim, para os argentinos.



Grande Marco, replicado em várias cidades da região, em 1903.
Fonte: O autor.

Quintino Bocaiuva, responsável pela pasta de Relações Exteriores do Império, chegou a assinar o Tratado de Montevidéu (1890) com o chanceler argentino Estanislao Zeballos, aceitando a divisão do território



em litígio. Com o rechaço do acordo pelo Congresso brasileiro, a disputa foi levada ao arbitramento do presidente estadunidense Grover Cleveland.

Em 1895, o Brasil ganhava a contenda em definitivo, sob a liderança de José Maria da Silva Paranhos Júnior, que era vice-cônsul do Brasil em Liverpool, Inglaterra, e que viria a receber a comenda de Barão do Rio Branco e se tornar chanceler brasileiro, exercendo o cargo no período inicial da República. Com isso, em 1903, vários símbolos demarcatórios foram erigidos em cidades da região.

Mesmo com a definição territorial entre os países, no início do século XX, o que se via efetivamente nessa área era a marcante presença de paraguaios e argentinos que exploravam madeira, coletavam pinhão e cultivavam erva mate. Nivaldo Krüger, em seu livro Sudoeste do Paraná, conta, inclusive, que era a Companhia Mate Laranjeiras, da Argentina, quem detinha a concessão da exploração dessa planta em toda a região.

A reversão ao domínio brasileiro ocorreu gradativamente, mas não de forma tranquila. Entre 1912 e 1916, a Guerra do Contestado movimentou tropas, provocou inúmeras mortes e quase originou a criação do Estado das Missões, pelas mãos de alguns paranaenses que repudiavam a ideia de ter seu território cedido ao domínio catarinense. Em 1925, outra confusão armou-se com a passagem de militares sublevados do batalhão ferroviário de Santo Ângelo (RS), comandados por Luís Carlos Prestes, que seguiam ao encontro de revoltosos paulistas em Foz do Iguaçu (PR), para conformar a famosa Coluna Miguel Costa-Prestes.

Foi apenas nos anos 1940 que a região passou a ser definitivamente povoada, com a chamada “marcha ao oeste” de Getúlio Vargas. Criou-se a Companhia Agrícola Nacional General Osório (Cango) para fins de colonização e, ainda, instituiu-se, por poucos anos, o Território Federal do Iguaçu, que abarcava parte das terras do Paraná e de Santa Catarina.

Paradoxalmente, a pacificação regional viria após a Revolta dos Colonos, em 1957, quando a comunidade uniu-se para expulsar



bandoleiros que agiam a mando de uma empresa colonizadora com intenções de se apossar de enorme quantidade de terras públicas. A regularização fundiária se realizaria pelo Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop) e, assim, reduziram-se as atrocidades que marcavam a luta pela posse da terra.

Sem dúvida, todos esses acontecimentos exerceram influência decisiva na trajetória das Aduanas de Dionísio Cerqueira (SC). A conformação dos dois pontos de passagem existentes seguiu esse histórico de ocupação e de desenvolvimento socioeconômico regional.

A Aduana de turismo

Seria difícilimo precisar uma data como sendo a de efetivo estabelecimento da Aduana em Dionísio Cerqueira (SC). Pelo fato de sempre receber menor atenção do poder público em comparação à faixa litorânea, a região e sua passagem internacional foram se conformando naturalmente com a integração entre brasileiros e misioneros da Argentina. Por exemplo, conhecia-se o conglomerado das três cidades pelo único nome de Barracão/Barracón, sendo que o município argentino passou a receber a atual denominação somente em 1921.

Com exceção ao registro das atividades informais exercidas por argentinos, um dos primeiros registros aduaneiros da localidade vem de Alaor Silva, em seu livro *O guardião*. A narrativa tem por base o ano de 1953, quando de sua chegada à fronteira para cumprir função de fiscal na passagem internacional.

O texto apresenta o retrato laboral do guardião (*guardián*, designação dada pelos argentinos aos fiscais brasileiros): 24 horas de jornada de trabalho, com concessão de vistos a argentinos que viajavam à noite pelo ônibus Barracão-Curitiba (PR) e exercício simultâneo de funções fiscais para a Coletoria Catarinense e, por convênio, para a Receita Federal



(subordinados à Delegacia Seccional de Imposto sobre a Renda, com sede em Joaçaba/SC). Ademais, dormiam no posto de controle em seus plantões, sempre permaneciam armados – por se tratar historicamente de uma localidade muito violenta – e não executavam revistas veiculares (que estavam a cargo de uma dupla de militares). Quanto ao grau de escolaridade, salvo exceções, não possuíam sequer o equivalente ao atual Ensino Médio.

Segundo a narrativa, o contrabando se dava ao estilo “formiguinha”, realizado também por crianças, com fluxo predominante de madeira e pinhão para a Argentina e de farinha, banha, colchas de pele, azeite, sabão e perfumes para o Brasil. Nesse posto transitavam veículos de carga e, inicialmente, apenas em dias úteis eram permitidos quaisquer tipos de trânsito, o que tornava as segundas-feiras os dias de maior movimento.

Como curiosidade, relata-se que eram poucos os que, como os guardiões, conseguiam o permiso para adentrar na Argentina com armas, pois, desde a morte da primeira-dama María Eva Duarte Perón, em 1952, e o crescimento de atentados de comandos civis antiperonistas, o governo portenho tentava evitar sua própria derrocada – o que efetivamente aconteceria mais tarde, por meio de um golpe militar. Além disso, ao contrário da situação vivida no Brasil em 2017, era a Argentina quem sofria de um surto de febre amarela em 1953 e seus nacionais eram obrigados a apresentar registro de vacinação para cruzar a fronteira.

O posto utilizado até então pertencia ao Estado de Santa Catarina e tinha o aspecto de um pequeno sítio precário de madeira, com três cômodos (sala de trabalho, quarto e cozinha) que gotejavam quando chovia, uma fonte d'água, um pátio e um local onde se criavam porcos e galinhas. Em 1953, o posto foi ampliado com a construção de um porão para abrigar as mercadorias apreendidas que seriam destinadas à Receita Federal, em Joaçaba (SC).



De maneira oposta ao que se observa atualmente, a principal missão dos guardiões era cuidar das exportações, que representavam importante fonte de divisas ao País. O destaque era a madeira, com regulamentação ditada pelo Instituto Nacional do Pinho. Uma das maiores exportadoras da região era a M.C. Exportadora, de Mário Cláudio Turra.

Silva menciona a confecção, com as próprias mãos, de uma placa que indicava a fronteira Brasil-Argentina e, ainda, a decisão dos próprios funcionários de construir um novo posto aduaneiro. O financiamento da obra viria pela realização de um jantar beneficente, em que os pratos principais eram feitos à base de pombas caçadas por eles próprios em uma fazenda argentina próxima à fronteira! Tudo isso aconteceu em agosto de 1953.



Aduana de turismo entre as décadas de 1950 e 1960.
Fonte: Acervo de "Nei" Schlichting.

O progresso natural pelo qual passou a região trouxe a necessidade de modificações estruturais na Aduana de turismo. Por algumas fotos antigas da localidade, sobretudo ao se observar os modelos de veículos e de suas placas, percebe-se que o posto passou por nova transformação, provavelmente entre as décadas de 1960 e 1970.



Aduana de turismo, com placas da Receita e da Polícia Federal, entre as décadas de 1960 e 1970.
Fonte: Acervo de "Nei" Schlichting.



O trânsito mais volumoso de carros e de caminhões de grande porte serviu, indubitavelmente, como motivação para se construir, mais uma vez, uma nova estrutura aduaneira. Segundo o Jornal da Fronteira, veículo de comunicação local, em 5 de abril de 1979, Dionísio Cerqueira (SC) foi homologada como passagem internacional de cargas, contemporaneamente ao término da construção do prédio da Aduana de turismo hoje existente.



Construção em 1978 (esquerda) e movimento de cargas (direita), na Aduana de turismo.
Fonte: Acervo de "Nei" Schlichting (esquerda) e do Jornal da Fronteira (direita)

Os registros iniciais feitos pela Secretaria da Receita Federal, mostrados na Tabela 1, evidenciam a evolução do crescente volume do comércio bilateral de cargas que ocorria anualmente, ainda na Aduana de turismo. Logicamente, não tardou a chegada da conclusão de que uma Aduana específica ao comércio exterior deveria ser construída.

Ano	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Caminhões	7	26	56	100	512	1.287	2.259	3.221
Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003*
Caminhões	5.921	8.601	13.943	11.722	12.262	13.575	14.790	11.203

Tabela 1 – Evolução comercial na Aduana de turismo (* de janeiro a agosto).
Fonte: Jornal da Fronteira.



A Aduana de cargas

Para consumir um antigo sonho da comunidade da fronteira, o terreno escolhido para a construção da Aduana de cargas foi o do Campo da Baixada, situado a poucos metros da Aduana de turismo e, precisamente, junto à linha limítrofe entre os dois países. Aquele que, definitivamente, havia sido o palco legítimo de inúmeros embates entre Brasil e Argentina, viria, então, a tornar-se um autêntico símbolo da integração bilateral!



Antigo Campo da Baixada, onde hoje está a Área de Controle Integrado (ACI) de cargas.
Fonte: Acervo de "Nei" Schlichting.

Relata o Jornal da Fronteira que a administração municipal de Dionísio Cerqueira (SC) conseguiu reunir recursos de todas as esferas do poder público e de segmentos interessados da sociedade, e entregou o novo prédio da Aduana de cargas em dezembro de 1998. Em seguida, houve a doação do prédio e do terreno que o cercava para a União.

Diversos reveses adiaram o alfandegamento definitivo da Aduana de cargas: licitações frustradas, crise no Brasil em 1999, crise na Argentina em 2001, demora no repasse de verbas públicas, entre outros. Após a realização de obras de pavimentação, cercamento e iluminação do pátio, de ligação rodoviária internacional e de estrutura de apoio a motoristas, a primeira Aduana local especializada em cargas foi finalmente inaugurada, em 22 de agosto de 2003.





À esquerda, construção da Aduana de cargas (acima) e comércio realizado ainda pela Aduana de turismo, durante o período de obras (abaixo); à direita, edição especial do Jornal da Fronteira, em 2003.

Fonte: Acervo do Jornal da Fronteira.

Atualmente, a única lembrança visual daquela Aduana de cargas é a rodoviária de Dionísio Cerqueira (SC), que possui similar estilo arquitetônico. Isso acontece porque, com o constante incremento do comércio por essa passagem internacional, usuários e funcionários manifestavam, em pouco tempo, a necessidade de haver uma primeira reforma estrutural.

Com o apoio da comunidade, do poder público e do Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF), a Receita Federal lançou nova licitação para a reforma completa do recinto aduaneiro. Em 14 de novembro de 2013, inaugurou-se oficialmente a Área de Controle Integrado (ACI) de cargas, onde todos os órgãos brasileiros e argentinos intervenientes no comércio bilateral trabalham em conjunto.

No presente, a nova Aduana de cargas comporta um pátio com capacidade para abrigar aproximadamente 150 caminhões. Além de possuir um prédio administrativo em que trabalham os órgãos públicos de cada país, sua estrutura está dotada de uma plataforma de pesagem, um



escâner móvel, uma doca para conferência de quatro caminhões simultaneamente, dois escritórios para despachantes aduaneiros e uma estrutura de apoio para motoristas que atravessam a fronteira.



ACI de Dionísio Cerqueira (SC), inaugurada formalmente em 14 de novembro de 2013.
Fonte: Acervo do Jornal da Fronteira.

Considerações finais

Como se observa, o desenvolvimento das Aduanas de Dionísio Cerqueira (SC) – ainda hoje, as únicas na fronteira de Santa Catarina –, sempre acompanhou a evolução local, dando-se de forma mais tardia em relação a outros pontos da Região Sul do Brasil. Seus “concorrentes” de maior destaque são os postos de fronteira de Foz do Iguaçu (PR), São Borja (RS) e Uruguaiana (RS).

Uma das potencialidades cerqueirenses a se explorar é a sua localização estratégica. Sob o aspecto turístico, essa passagem internacional serve de atalho a viajantes gaúchos e catarinenses que desejam visitar as Cataratas do Iguaçu ou fazer compras no Paraguai. Ademais, esse posto é a porta de entrada àqueles que se dirigem a terras argentinas e paraguaias repletas de sítios históricos remanescentes das missões jesuíticas do século XVII.



Quanto ao comércio internacional, é grande o volume de frutas e grãos importados com destino a Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Pelo lado da exportação, derivados da madeira, calçados e carne são altamente demandados por argentinos e chilenos, e essas mercadorias, por diversas vezes, têm como origem estados da federação mais afastados, como Mato Grosso do Sul e Goiás.

Como o predomínio nos meios de transportes no País ainda pertence ao modal rodoviário, a Aduana de Dionísio Cerqueira (SC) tende a sofrer novas alterações e melhorias nos próximos anos. A redução de distância que ela oferece à Região Sudeste – centro econômico e financeiro do país – em relação a Buenos Aires e a Santiago é, possivelmente, a chave para a obtenção e a manutenção da sua própria prosperidade.



— |

| —

— |

| —

Segundo Lugar

Leões do Mar

Richard Fernando Amoedo Neubarth

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - ALF/Porto de Santos-SP

Chefe da Divisão de Vigilância e Controle e Aduaneiro desde outubro de 2009; Chefe de Equipe de Vigilância Aduaneira, e Chefe Substituto da Divisão de Operações Especiais - DIOPE de agosto de 2006 a setembro de 2009. No grupo de Julgamento de Processos da Alfândega de Santos de setembro de 2004 a julho de 2006; em exercício como Auditor-Fiscal da RFB desde janeiro de 2002, na área aduaneira, na Inspeção da Receita Federal em Corumbá.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Leões do Mar

Porto de Santos, quinta-feira, 17 de agosto de 2017, 21h

Alerta!

Denúncia anônima notícia ação de traficantes no terminal Santos Brasil: bandidos em conluio com a tripulação de navio atracado naquele terminal estariam embarcando droga com destino ao exterior.

Tripulação da Lancha Leão Marinho, que se encontrava de sobreaviso naquele dia, navega até o local onde o navio está atracado.

As embarcações Leão Marinho da Alfândega de Santos contam com blindagem, sofisticado sistema de vigilância, visão noturna, acesso direto a sistemas da Receita Federal e o mais importante: contam com servidores altamente qualificados e com larga experiência em repressão a ilícitos relacionados com a atividade náutica. Efetivamente, essa atividade em conjunto com outras equipes e outros órgãos apresenta resultados expressivos como apreensões de embarcações irregulares, combate ao contrabando e ao tráfico internacional de entorpecentes, e prisões de contrabandistas e traficantes.

Ao chegar ao local alvo da denúncia, a equipe náutica da Receita Federal realiza a vigilância, busca informações e conclui que nada de estranho ocorrera.

A lancha retorna ao seu local de estacionamento, mas o trabalho naquele dia não cessaria tão cedo.

Naquele momento, ficou claro que o alerta era apenas cortina de fumaça, enviado outras vezes sem que nada fosse constatado. Mas, se há fumaça, deveria haver fogo em algum lugar.



Apesar da tentativa de confundir a fiscalização, naquele dia havia uma ação em curso, programada há tempos pela Receita e Polícia Federal. Pode-se dizer que o pronto atendimento da Leão Marinho à suposta ocorrência na Santos Brasil foi o despiste do despiste.

Pois bem, se os bandidos de verdade é quem plantaram a falsa ocorrência, então estariam mais tranquilos, pois aparentemente a Aduana encerrava o dia de trabalho no mar, e o canal do porto estaria mais livre para eles.

Mal sabiam que, provavelmente, este era o dia de maior vigilância da história do canal do porto.

A Receita Federal, em ação conjunta com a Polícia Federal, tinha planejado uma intensa vigilância em determinado trecho do porto, onde se supunha que o ilícito ocorreria.

Há tempos, Receita e Polícia tentam flagrar um ilícito que tem se tornado comum. Criminosos em embarcação de pequeno porte emparelham com navios de longo curso com destino a Europa, e, em conluio com estiva ou tripulação, içam bolsas contendo cocaína a ser transportada até aquele continente.

Na maioria das vezes os criminosos violam um contêiner de exportação legítima, onde colocam a droga que segue até o porto europeu onde os traficantes vão retirá-la.

Nesse dia, o alvo era um navio com tanques refrigerados para transporte de suco de laranja. Neste caso, a tripulação envolvida esconde a droga em local onde ela permanece até a entrada no porto de destino, quando poderá ser lançada ao mar para ser “pescada”, ou descarregada em terra em momento oportuno.

A ida da Leão Marinho até a Santos Brasil foi mais do que oportuna, pois, conforme programado, a embarcação da Receita teria a



missão de desembarcar dois policiais que ficariam no alto de portêineres daquele terminal. A tarefa foi cumprida sem levantar nenhuma suspeita.

Portêineres são estruturas de mais de sessenta metros de altura, ficam ao lado do mar e realizam o embarque e desembarque de contêineres. Por sua altura e localização são, por natureza, postos com visão excepcional tanto da margem onde estão localizados quanto do lado oposto, no caso, onde estava atracado o navio alvo.

Naquela noite, havia equipes em todos os lugares possíveis: em terra, pronta para adentrar a embarcação alvo, no mar, em embarcações rápidas preparadas para abordagem na água, no alto dos portêineres, com binóculos especiais, em estação remota, realizando a vigilância por meio de câmeras e drones e, claro, na Leão Marinho, sempre preparada para realizar a vigilância do porto.

Todos a postos e as horas vão se passando. Logo surgem dúvidas: será que o levantamento de informações está correto? Será que o alvo e o dia são estes?

Cada pequena embarcação que cruza o canal é observada, todas têm algum tipo de sinalização luminosa, o que certamente não será verificado na embarcação dos criminosos. Não será tarefa fácil perceber sua aproximação. O local é pouco iluminado, uma mistura de sombras e reflexos que podem trair a visão de alguém menos atento.

Já é madrugada. O cansaço e a incerteza por vezes podem desanimar aqueles que estão em vigília, mas o espírito de equipe é grande, são dezenas de servidores que permanecem focados em seus postos por quantas horas sejam necessárias.

Algo suspeito no canal. Ao longe é avistada uma embarcação sem sinalização. Ela segue em direção ao navio de suco de laranja. É uma pequena embarcação com motor de popa, cerca de quatro tripulantes. Não há dúvidas de que são os traficantes. As equipes se comunicam.



Rapidamente o barquinho segue até a proa do navio onde cordas são baixadas. Parece que uma bolsa é amarrada e logo é içada.

Bingo! Flagrante consumado. Equipes de terra e mar prontas para realizar as prisões e apreensão do entorpecente. Hora da ação.

Em conjunto com a Leão Marinho posicionada próximo à saída do porto, há uma embarcação rápida da Polícia Federal em posto localizado mais ao interior do canal, o que, em tese, permitiria às equipes total cobertura pela água.

Por mais que se planeje uma ação é impossível pensar em todos os desfechos, nem tudo sempre ocorre da forma mais fácil. O porto e principalmente o mar não são áreas de fácil controle, muito menos à noite.

A droga estava subindo pela proa e o único acesso ao navio era pela popa, não se tinha conhecimento prévio da arquitetura daquele tipo de embarcação e qual seria a forma mais rápida para chegar até o local onde o crime estava ocorrendo.

Enquanto isso, no mar, o bote da Polícia Federal com sua luz estrobo azul já apontava na direção da embarcação dos bandidos para abordagem.

Naquele instante, os traficantes largam as bolsas já amarradas, saem em disparada, resistem à prisão, tentam escapar apesar de estarem em embarcação bem mais lenta.

Por alguns minutos ocorre um zigue-zague frenético nas águas do porto de Santos, cena de perseguição digna dos melhores filmes de ação.

Naquela madrugada de inverno, a maré estava muito baixa e, durante a perseguição, o bote da Polícia encalha em frente à favela da prainha e lá permanece imóvel.

A lancha da Aduana, que estava mais distante, segue em direção ao ponto onde a ação ocorria.



No navio, as equipes têm dificuldade de chegar a proa, mas um grupo da RFB com treinamento em busca aduaneira consegue se deslocar rapidamente até o ponto onde as bolsas estão sendo içadas, sendo os primeiros a registrar o flagrante. Logo após, outro grupo da polícia que vinha por cima dos tanques também chega ao local.

O flagrante é claro: lá estavam três tripulantes, com cordas ao lado de bolsas de cocaína já içadas. É dada voz de prisão. A lancha da Receita já acompanhava a situação pelo lado de mar.

Neste momento, no canal do porto, algo imprevisível está prestes a acontecer.

O frágil barco de alumínio dos traficantes, que também parecia encalhado, abre fogo em direção à luz estroboscópica azul, que permanecia imóvel. São disparados inúmeros tiros de fuzil contra a embarcação da polícia.

A resposta é imediata e, naquele momento, os estrondos lembravam noite de ano novo.

O fogo cruzado durou segundos e logo cessou. Após ruído de motores e estampidos de fuzil, predominava um certo silêncio.

Em uma ação dessas ninguém deseja que alguém possa se ferir. Toda a segurança é pensada para proteger a integridade física de servidores e também daqueles que possam estar praticando o ilícito a ser reprimido.

Apesar de vários disparos terem atingido o bote da polícia, nenhum policial foi ferido.

Já do lado dos bandidos não se avistava ninguém.

A maré continuava a baixar. Algum tempo se passa até que os policiais decidem investigar o que tinha acontecido. Lentamente caminham com água até o joelho. Ainda estava escuro, e eles



cuidadosamente se aproximam do barco de alumínio que permanecia encalhado.

Constatam que no barco havia várias mochilas com cocaína, e também havia dois corpos.

Já amanhecia, a maré estava um pouco mais alta, quando a lancha da Receita se aproxima e, com o auxílio de um bote, resgata as mochilas de entorpecentes, os policiais, os corpos e reboca o barco de alumínio até o núcleo marítimo da Polícia Federal.

Naquela manhã os bombeiros ainda resgatam mais dois corpos.

Mais um dia de atividade de operações náuticas chegando ao fim com atuação excepcional de servidores dedicados.

A operação do dia revelou mais peças do quebra-cabeça que mostra como organizações criminosas utilizam as operações de comércio exterior no Porto de Santos para prática de tráfico de entorpecentes e outros ilícitos.

Esta ação e outras que ocorreram no último ano, muitas com a participação da equipe náutica, deram suporte à operação Brabo que resultou em 80 prisões de integrantes de organização criminosa que utilizavam principalmente o porto de Santos para envio de cocaína a Europa.

Não é fácil o trabalho das equipes de operações náuticas, atividade pouco conhecida, mas imprescindível ao controle aduaneiro. A rotina da Marinha Fazendária da Receita Federal garante a segurança das operações aduaneiras além da área dos recintos alfandegados.



Terceiro Lugar

Procurações RFB como surgiu essa ferramenta

André Vieira Menke

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - Cogea/Brasília-DF

Ingressou na RFB em novembro de 1984, desde então trabalhou na COPOL, ALF/Paranaguá, DRJ/Brasília, DRF/Brasília (onde foi chefe do CAC/Taguatinga por 5 anos), na Codac, e foi chefe da Dapre/Coate/Coaef e substituto do Coordenador da Coate e aposentou em abril/2019.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Procurações RFB - como surgiu essa ferramenta

Salvo engano, a data correta foi dia 10 de dezembro de 2007. Eu era o chefe da Divisão de Administração do Atendimento (Daten), da Coordenação-Geral de Interação com o Cidadão (Coint). Fui chamado ao gabinete do Coordenador-Geral, que informou que haveria uma reunião na Coordenação-Geral de Tecnologia (Cotec) em meia hora, para tratar de uma demanda feita pelo Sr. Secretário da Receita Federal, e que eu seria o representante da área de atendimento.

Mesmo sem saber exatamente do que se tratava, compareci conforme determinado.

Chegando lá, estavam presentes três representantes da Cotec e dois do Serpro. E logo me explicaram o que havia sido demandado pelo Sr. Secretário.

O Secretário queria que colocássemos em produção, até o dia 31 de dezembro, uma ferramenta que possibilitasse aos contribuintes que não tinham Certificado Digital autorizar um terceiro que tivesse Certificado Digital a fazer os serviços disponíveis na página da Receita Federal do Brasil, em seu nome.

Cabe aqui, explicar o motivo dessa demanda. Naquela época, os serviços que estavam no e-CAC só eram disponibilizados para quem tivesse Certificado Digital, mas o custo da aquisição ainda era muito elevado, seja para pessoas físicas ou jurídicas. Com isso, havia pouco uso dos serviços disponíveis no e-CAC. Então, a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), se credenciou como autoridade certificadora para, dessa forma, certificar os seus filiados. Porém, para que



esses filiados pudessem utilizar os serviços disponíveis no e-CAC, em nome de seus clientes, ainda era necessário criar uma nova ferramenta para isso. E esse pleito chegou ao gabinete da RFB, que fez a demanda.

O primeiro problema debatido foi o prazo dado pelo gabinete. Nunca um sistema havia sido criado e colocado em produção em tão pouco tempo. Teríamos menos de três semanas para criar, especificar, construir, homologar e implantar.

Foi decidido que o grupo ficaria reunido, em tempo integral, até que a especificação do novo produto fosse feita.

A Cotec já havia desenvolvido o sistema de Procurações Eletrônicas, aquele onde um detentor de Certificado Digital pode outorgar poderes para outro detentor de Certificado Digital para que esse executasse em seu nome os serviços disponíveis no e-CAC, e que poderia servir de norte para o que fôssemos fazer.

A primeira sugestão que surgiu foi a criação de um sistema, onde o atendente de uma unidade de atendimento presencial da RFB iria informar, marcando serviço a serviço, quais seriam os que o contribuinte autorizava o titular do Certificado Digital a executar em seu nome, verbalmente.

De imediato, falei que isso não poderia ser feito dessa forma. Não era possível imputar ao atendente da RFB a responsabilidade sobre essa decisão do contribuinte. Mais tarde os contribuintes poderiam alegar que não autorizaram aqueles serviços, que o atendente marcou errado, que nunca esteve em uma unidade de atendimento da RFB para pedir esses serviços, etc. Poderiam acontecer diversas alegações, e ainda seria um serviço que tumultuaria o atendimento. Os contribuintes teriam que levar uma série de documentos, além de forçar o comparecimento do outorgante e do outorgado, juntos, para a execução do atendimento.



Sugeri, então, a criação de um formulário eletrônico, onde os contribuintes pudessem preenchê-los e enviá-los eletronicamente, sem a necessidade de comparecimento ao atendimento da RFB. Desta vez foi a Cotec que se manifestou contrária, tendo em vista que não havia garantia nenhuma de que o contribuinte que estava efetuando a delegação seria ele próprio. Na época, era política da RFB fomentar o uso do Certificado Digital, pela própria segurança que essa forma de acesso trazia como característica.

Então, houve uma proposta intermediária, na qual o contribuinte utilizaria um formulário eletrônico para gerar um documento em papel, que seria assinado e levado a uma unidade de atendimento, acompanhado das documentações dos outorgantes e outorgados, para que o atendente acessasse o sistema e informasse quais seriam os serviços que estariam sendo outorgados.

Novamente, eu me manifestei contrariamente, pois ainda havia o problema de o atendente marcar algum serviço incorretamente, o que seria ainda pior do que a situação que havia sido proposta anteriormente. Estaria assim evidenciado o erro do atendente, o que os colocaria em uma situação de constante pressão e atenção, não bastando a pressão que existe naturalmente na área de atendimento. Vale lembrar que, na época, as unidades de atendimento por todo país ficavam permanentemente lotadas.

Depois de alguns dias de discussão, chegamos a um consenso: seria um formulário eletrônico, onde os contribuintes poderiam selecionar quais os serviços disponíveis no e-CAC seriam delegados, o que geraria um documento em papel. Este seria assinado pelo outorgante, e depois validado pelo atendente da RFB. Neste ponto, já havíamos decidido também que este documento seria chamado de Procuração RFB.



Aqui chegamos a um ponto muito sensível neste sistema, que era a validação. A Cotec explanou e discutiu, por horas, a importância desta validação, pelo atendimento. Foi dito que essa delegação era quase como se o contribuinte estivesse atuando como uma autoridade certificadora, concebendo a um outro contribuinte (terceiro) poderes de Certificado Digital (não repúdio). Naquele momento, o não repúdio pelo uso do Certificado Digital era quase um mantra dentro da Cotec.

Além do mais, havia uma série de regras postas pela ICP-Brasil, que deveriam ser sempre observadas quanto ao uso dos Certificados Digitais, e que jamais poderiam deixar de ser observadas pela RFB. Não me explicaram quais eram essas regras, mas me deram a impressão de que, se fizéssemos algo errado, a RFB poderia ser banida do mundo dos Certificados Digitais.

Levantaram a hipótese de que atendentes (mal intencionados) poderiam emitir procurações para si mesmos, e passar a fazer serviços para os contribuintes; ou mesmo emitir procurações para si mesmos, sem autorização dos contribuintes, o que era muito pior. Repudiei essas ilações de imediato, mas tivemos que trabalhar em uma solução de contorno para o que havia sido exposto.

Primeiro ponto: as “procurações” recebidas pelos atendentes teriam que ser validadas com seus Certificados Digitais. Mais uma vez a questão do não repúdio, ou seja, o atendente não teria como dizer que não foi ele quem fez a validação. Segundo: como se tratava de uma “forma” de Certificação Digital, seria necessário que o atendente colocasse sua assinatura digital em documento por meio do sistema “Assinadoc”, confirmando os dados das procurações.

Não bastando isso, deveria haver uma outra pessoa que atestasse que a procuração validada pelo atendente realmente tivesse sido entregue pelo contribuinte, de maneira a evitar fraudes com essas procurações. Com



isso, foi criada a segunda validação, que seria de responsabilidade do supervisor ou chefe da unidade de atendimento.

Durante aquelas horas de trabalho, fui aprendendo muito sobre a visão da Cotec e do Serpro sobre as evoluções tecnológicas, sobre o e-CAC, e sobre certificação digital, assuntos estes em que eu não era completamente leigo, porém estava longe de ser um entendido.

Em uma dessas explicações, eles informaram que em breve surgiriam novos serviços que seriam disponibilizados no e-CAC, e que um dia todos os serviços possíveis de serem feitos no atendimento presencial da RFB, estariam disponíveis para os contribuintes dentro do e-CAC.

Foi aqui que, mais uma vez, acendeu o sinal de alerta vermelho no que estávamos planejando para o novo sistema de procurações RFB. “Se teremos muitos serviços que surgiriam nos próximos meses e anos, como os contribuintes fariam as procurações para esses novos serviços?”. A resposta dada pelos demais participantes foi simples. “Os contribuintes fariam novas procurações RFB para cada serviço novo que surgisse”.

Pensei logo: se tivéssemos uma grande adesão às procurações RFB, a cada novo serviço disponibilizado no e-CAC teríamos milhares de contribuintes indo às Unidades de Atendimento da RFB para entregar essas procurações. Isso certamente causaria um imenso transtorno em todas as unidades, pois não daríamos conta de tanta demanda.

Foi então que surgiu a ideia de colocarmos uma opção que poderia ser selecionada pelos contribuintes, onde estes poderiam delegar “todos os serviços” disponíveis no e-CAC e também fazer uma pré-autorização para que, qualquer novo serviço que porventura viesse a ser disponibilizado futuramente no e-CAC, também fosse acessado pelos outorgados que possuíssem essa cláusula.

Naturalmente, essa opção não foi aceita pela Cotec. Disseram que não era possível deixar algo tão aberto assim. Tivemos que argumentar



que mais de 90% das procurações em papel, que eram apresentadas nas unidades de atendimento da RFB para a prestação de atendimento presencial, eram genéricas, em que os outorgantes delegavam poderes para que o outorgado pudesse resolver qualquer coisa junto à Receita Federal, e acreditávamos que o mesmo iria ocorrer quando fosse disponibilizada a nova ferramenta.

Também, no sistema procurações eletrônicas, o delegante poderia deixar sem validade as procurações geradas dentro do e-CAC, com isso, essas procurações ficariam “ad eternum” no sistema da RFB, e com o passar dos anos e a quantidade de procurações emitidas, o banco de dados se tornaria imenso. Lembrando que o custo de manutenção pago pela RFB está ligado diretamente ao tamanho do banco de dados que sustenta o sistema.

Esse problema também afeta diretamente o desempenho do sistema, pois, quanto maior o banco de dados, mais lento fica o sistema, e maior a possibilidade de erros causados por este.

No atendimento também víamos esse problema: apareciam outorgados com procurações que haviam sido emitidas há mais de 20 anos, e não sabíamos realmente se este outorgado ainda prestava serviços para o outorgante, ou não.

Decidimos, então, estabelecer um prazo de vencimento. Na primeira tratativa se sugeriu que fosse de 1 ano, mas acabamos fechando em um prazo de validade máximo de 3 anos (que, posteriormente, seria alterado para 5 anos). Dessa forma, teríamos como “limpar” o banco de dados, de forma a mantê-lo em um tamanho que não causasse maiores problemas ao desempenho do sistema.

Neste sentido, também tivemos que decidir qual seria o prazo para a entrega nas Unidades de Atendimento, das procurações emitidas no site da RFB. Um pouco diferente do caso das procurações eletrônicas, que



passavam à situação ativa imediatamente após a sua emissão no e-CAC. A Procuração RFB seria emitida no site, mas poderia levar meses ou anos para ser entregue, o que faria com que este banco de dados, que seria o pré-cadastramento dessas procurações, também ficasse enorme. Um único escritório de contabilidade poderia gerar milhares de Procurações RFB, apenas para testar, e essas procurações pré-cadastradas ficariam aguardando a sua apresentação eternamente.

Mais uma vez estabelecemos que, para o contribuinte, daríamos um prazo de 30 dias entre a emissão da Procuração RFB e sua entrega em uma Unidade de Atendimento para validação. Desta vez houve a concordância de todos. Logicamente, o tratamento interno do sistema seria diferente. Seria dado um prazo maior para que o atendente pudesse fazer a validação pois, se o contribuinte entregasse a procuração no final do expediente do trigésimo dia, poderia acontecer dela ser descartada pelo sistema, caso o atendente não fizesse a conferência no mesmo dia.

Para se chegar a esse ponto, passou-se uma semana de intensas discussões. Com todas as definições acertadas, poderíamos então construir o sistema. Até esse momento o Serpro, que apenas se manifestava quanto às questões técnicas, de se era possível ou não implementar o que estávamos discutindo, se manifestou:

– Temos as definições de como será esse sistema. Mas é impossível fazer esse sistema entrar em produção até o dia 31 de dezembro de 2007, conforme solicitou o Sr. Secretário.

Um silêncio sepulcral tomou conta da sala. O que fazer? E pior, quem iria contar essa novidade para o Secretário?

– E quanto tempo o Serpro necessita para construir esse sistema da forma como concebemos? - perguntei.

– Pelo menos 3 ou 4 meses, se conseguirmos fazer rápido, e colocando equipes exclusivas e de ponta.



Por unanimidade, a tarefa foi entregue à Coint. E a mim, fazer o Coordenador-Geral levar o assunto ao Gabinete da RFB.

Por volta das 16h deste mesmo dia, me dirigi ao Gabinete da Coint. Falei que tinha que tratar urgentemente com ele as definições e decisões que havíamos tomado em relação ao novo sistema. Conversei com o Coordenador-Geral durante aproximadamente uma hora, explicando cada passo que tomamos (e porque tomamos), incluindo a decisão de quem iria levar a questão do prazo ao Gabinete da RFB.

Para minha surpresa, ele simplesmente pegou todas as anotações que estava fazendo, levantou-se, e foi para o Gabinete.

Não sei até que horas ele ficou lá, mas no expediente seguinte ele me informou que estava tudo de acordo, e que deveríamos tocar o sistema conforme o grupo havia definido.

Por pouco mais de um mês trabalhamos na construção do sistema, por telefone ou por notes, explicando e decidindo alterações que seriam necessárias na construção do mesmo. Paralelamente, a equipe da minha divisão preparava a minuta da Instrução Normativa, que iria dar amparo legal a essa nova ferramenta. Houve, de início, uma pequena dificuldade, pois ninguém da equipe havia feito este tipo de trabalho anteriormente. Mas conseguimos fazer e, quando chegou a homologação do sistema, a parte normativa já estava pronta, aguardando apenas a definição da data de implantação para que pudéssemos publicar a IN.

Chegou o momento de fazer a homologação, montar equipe de homologação, preparar massa de dados e arrumar Certificados Digitais “fake” para executar o teste. A homologação ocorreria na terceira semana de janeiro de 2008, em Salvador. Em pleno mês de férias, tínhamos que conseguir homologadores. E pior, como é início de ano orçamentário, os recursos para deslocamentos ainda estavam bloqueados.



Depois de muito custo, montamos a equipe: a analista da Cotec, responsável pelo novo sistema, eu (como usuário especificador do sistema), uma servidora da SRRF 6ª RF e um servidor da SRRF 8ª RF. Com essa grande equipe, tínhamos o prazo de uma semana para fazer todos os testes deste novo sistema.

O primeiro dia da homologação se passou sem que conseguíssemos fazer um único teste, isso porque, além de ter que aprender o funcionamento do novo sistema, tivemos também que aprender a instalar árvores de Certificados Digitais dos contribuintes “fakes” que constavam da massa de dados e que compunham a base de dados do sistema no ambiente de homologação.

A partir do segundo dia, a homologação engrenou. Conseguimos fazer muitos testes, porém, um novo problema apareceu: o código de acesso, que vinha escrito na Procuração RFB, e que seria digitado pelo atendente para localizar a procuração, ou pelo contribuinte, caso este quisesse cancelar a procuração pelo site da RFB. O código, além de grande, é composto por letras maiúsculas e números. E no tipo de caractere utilizado no código, era simplesmente impossível distinguir entre o O e o 0 (zero). Não sei se por coincidência do destino, ou não, praticamente todos os códigos gerados tinham um ou outro, quando não os dois caracteres.

A equipe do Serpro de Salvador, então, nos apresentou uma série de tipos de fontes de caracteres que podiam ser utilizados, e tivemos que escolher qual a fonte deveria ser utilizada na geração dos códigos.

Finalmente, no dia 18 de fevereiro de 2008, o novo sistema foi colocado em produção. Entendemos que o sistema alavancou o uso do e-CAC, e também continua ajudando na diminuição da demanda de serviços presenciais da RFB.



— |

| —

— |

| —

Menção Honrosa



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

6º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB

2º Lugar



Autor: Isabela Florian de Luna, 9 anos

Responsável: Antônio Carlos de Luna

Trem da fronteira

Alexandre Rampelotto

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Porto Alegre-RS

Ingressou na RFB em dezembro de 1993, no cargo de auditor-fiscal, atuando, inicialmente, na arrecadação da DRF Caxias do Sul. Removido para a DRF Santa Maria em 1995, atuou na fiscalização por 15 anos, quando, então, assumiu por um ano a função de chefe da Seção e, posteriormente, o cargo de Delegado da RFB em Santa Maria. Atualmente exerce o cargo de Delegado da RFB em Porto Alegre.

Como os leitores desta história são dos mais diversos rincões do nosso imenso país, inicialmente vou esclarecer que a música tradicionalista (ou nativista) gaúcha costuma cantar coisas do cotidiano de seu povo: sua história, a terra, o cavalo, as viagens no saudoso trem de passageiros, enfim, exaltar as tradições do Estado. Nas décadas de 70 e 80 foram muito populares os grandes festivais de música nativista no Rio Grande do Sul, alguns com edições até os dias de hoje.

Tilem tileco trotezito balançado
Esse trem vem da fronteira
Ninguém viaja sossegado.

E esse refrão, de uma música que marcou um dos maiores festivais do Estado do Rio Grande do Sul, a Tertúlia Musical Nativista, poderia ser o início da trilha sonora de uma epopeia que envolveu um dia de trabalho de dois servidores da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Maria.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Foi no final do expediente que o chefe da Seção de Fiscalização me comunicou que um vagão de um trem carregado de soja, vindo do Paraguai, teria descarrilado em um determinado local, mais ou menos entre Cacequi e Uruguaiana, e que eu deveria me deslocar até lá para acompanhar o transbordo da carga.

Para esclarecer os leitores, o transbordo compreende a transferência direta de mercadoria de um para outro veículo. Era necessário que essa atividade fosse acompanhada por um auditor-fiscal, pois se tratava de um veículo em trânsito aduaneiro, e haveria necessidade de rompimento dos lacres do veículo acidentado e de lacração do novo veículo, que continuaria o transporte da carga.

Lá fui eu fazer o ritual de preparação da ação fiscal, juntando lacres e termos para realizar a tarefa que me foi atribuída, pois naquele tempo não existia acesso remoto e outras facilidades tecnológicas. Afinal, ainda estávamos na década de 90, e a Receita Federal dava os passos iniciais na expansão de seu parque tecnológico.

Depois de todo ritual,
Que começou na madrugada
Solavancos e paradas
Bufando que nem bagual
O apito dá sinal
Como um grito de largada

Preparado o material, contatei o responsável pela empresa que me adiantou que o local em que ocorreu o acidente era de difícil acesso, mas que eles providenciariam o transporte a partir da cidade de Cacequi. Como essa cidade fica a 120 km de Santa Maria, combinei com um colega motorista, o Airton, para me acompanhar até lá.

E, como diz a música, lá fomos nós, saindo às quatro horas da madrugada para chegar no horário marcado na estação ferroviária de



Cacequi, enfrentando buracos na estrada com uma velha VW Parati, o veículo mais confortável que a Delegacia dispunha na época. Chegamos lá ainda escuro e fomos recebidos por um representante da empresa que informou que deveríamos aguardar o transporte.

Estava quase clareando o dia quando, para nossa surpresa, fomos informados que o deslocamento até o local teria que ser pela via férrea, pois não havia estrada até o ponto do acidente. Fiquei animado, pensando em recordar os áureos tempos da ferrovia na minha infância, quando ia visitar, de trem, meus tios que plantavam arroz na fronteira.

Mas não foi bem assim. Aguardamos mais um pouco e, quando chegou nosso transporte, vimos que não se tratava de um trem como os leitores poderiam esperar (e nós também), mas de uma espécie de caminhão muito rústico, no qual, no lugar de aros e pneus, tinham sido adaptadas rodas semelhantes às de um trem.

Subimos no veículo, nos acomodamos como foi possível e, nesse momento, soubemos que deveríamos ir até perto de uma estação da extinta Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) denominada Tigre. Ou seja, mais cento e poucos quilômetros de solavancos e paradas pois, de tempos em tempos, tínhamos que nos recolher em um desvio para deixar passar um trem que vinha em sentido contrário. Nesse trajeto tive tempo de recordar as viagens de trem na minha infância, quando ainda existia transporte ferroviário de passageiros no Rio Grande do Sul. Foi emocionante passar novamente pela maior ponte ferroviária da América Latina, construída na década de trinta, no município de Cacequi.

Tilem tileco trotezito balançado
Esse trem vem da fronteira
Ninguém viaja sossegado
Vindo lá de Uruguaiana
Alegrete Quaraí
Com Livramento e Rosário



Se encontra no Cacequi
Prá formar um só rodeio
Cá na terra da Imembuí
Prá formar um só rodeio
Cá na terra da Imembuí

Eram aproximadamente nove horas da manhã quando chegamos numa clareira em meio a um matagal de eucaliptos. O motorista do veículo férreo apontou para um dos lados dos trilhos e disse: lá embaixo está o vagão que descarrilou, desçam que tenho que sair daqui rápido, pois logo irá passar o trem das dez horas. Aguardem que em breve deve chegar a equipe de socorro que irá efetuar o transbordo da carga.

Tilem tileco trotezito balançado
Esse trem vem da fronteira
Ninguém viaja sossegado

Olhamos meio desconfiados, mas descemos. E lá se foi nosso transporte, nos deixando, literalmente, no meio do nada. Demos uma olhada no vagão caído numa ribanceira, ainda com os lacres intactos, e procuramos um local à sombra para aguardar, já pensando no retorno breve a Cacequi, pois estava um dia escaldante e não havíamos trazido água nem comida. Ficamos lá, eu e o Airton, conversando fiado, sentados em uma pedra, às vezes levantando para espichar as pernas, e o tempo foi passando...

Tem um gaudério
Que prepara o seu palheiro
O pessoal seca o gaiteiro
Que toca bem animado



Não reclama da distância
Só quem viaja acompanhado
Não reclama da distância
Só quem viaja acompanhado

E realmente a companhia do Airton foi providencial, pois passou uma, duas, três horas e nada. Só o trem das dez que cruzou fazendo um barulhão. Lembro até de ter contado os vagões, que eram muitos, mas não recorde a quantidade.

Tilem tileco trotezito balançado
Esse trem vem da fronteira
Ninguém viaja sossegado

E nós lá, com sede, sem comunicação, pois o celular ainda não havia chegado (e nem adiantaria, pois naquele local dificilmente teria sinal), e a fome já batendo, pois passava do meio dia. Andei pelas redondezas à procura de alguma laranjeira ou bergamoteira, talvez uma fonte de água... mas nada, só eucaliptos.

Deviam ser umas três horas da tarde quando ao longe ouvimos o ruído de um motor e, aos poucos, vimos se aproximar um carro de socorro ferroviário, muito semelhante ao que nos trouxera até o local, só que bem maior. Esse veículo era puxado por uma pequena locomotiva, tinha uma espécie de cozinha, um depósito de ferramentas e alguns bancos de madeira para os operários da empresa sentarem enquanto viajavam. Provavelmente era um antigo vagão-restaurante que foi adaptado.

O pessoal desceu e começou a estudar como fazer o transbordo, pois o vagão descarrilado estava a uns dez metros abaixo do nível da ferrovia. Para começar, como a porta do vagão ficou para baixo, tiveram



que usar um maçarico para abrir um buraco no fundo. Recordo do cheiro de soja queimando. Porém o equipamento que iria transferir a carga (rosca transportadora) era muito curto, e foi necessário fazer uma espécie de depósito para jogar a soja nesse local, de onde o equipamento sugaria os grãos e transportaria até outro vagão sobre os trilhos.

Parecia algo simples, mas essa primeira transferência da soja de dentro do vagão até o reservatório teria que ser feita manualmente, com baldes. Até aí tudo bem, se não fosse a quantidade: 60 toneladas de soja!

Todo esse preparativo demorou um certo tempo e ainda tivemos que esperar chegar uma locomotiva com o vagão acoplado para iniciar o transbordo, pois ela havia ficado aguardando em um desvio para dar passagem a outro trem.

Quando o trabalho efetivamente começou já era perto das cinco horas da tarde. Uma turma de carregadores que havia sido contratada pela empresa se revezava jogando a soja, de balde, de dentro do vagão descarrilado até a base da rosca transportadora... 60 toneladas! Fizeram uma espécie de corrente humana, com alguns dentro do vagão e mais uns dois ou três sucessivamente, até o depósito intermediário.

Nesse meio tempo eu devo ter comentado que estava com sede, pois nos convidaram para ir até a cozinha do veículo de socorro e nos ofereceram água. Imagino, também, que tenham percebido nossos olhares para os alimentos que estavam sendo preparados, pois nos convidaram para jantar com eles, já que a transferência da carga iria demorar. Claro que concordei, mas ressaltando que para nós seria almoço e janta!

Já te pego, já te largo
Vem tomar um mate amargo
Lá no meio do caminho
Tem galinha enfarofada



Que a velha fez com carinho
Prá cada estação da estrada
Que a velha fez com carinho
Prá cada estação da estrada

Lembro muito bem da satisfação ao ver que a equipe contava com um antigo cozinheiro da VFRGS que, como fala a canção, preparava uma galinhada. Não sei se era a fome, pois almoçamos/jantamos lá pelas oito da noite, mas ficou marcado: sempre que conto essa história lembro daquela galinha assando.

Tilem tileco trotezito balançado
Esse trem vem da fronteira
Ninguém viaja sossegado

A noite já estava escura, mas iluminada pela lua, e o silêncio só era quebrado pelo barulho da rosca transportadora e pelo bater de baldes durante o transbordo. De vez em quando ia até o local, na esperança de que o trabalho estivesse terminando, mas era muita soja para ser transbordada com baldes.

Passava da meia-noite quando adentra no veículo em que estávamos o responsável pela operação e anuncia que a carga estava toda no vagão, pronto para ser lacrado. Mais uma vez contei com a boa vontade da equipe que emprestou uma lanterna para que eu pudesse apor os lacres, e uma imagem que tenho muito presente é de estar sobre o teto do vagão, lacrando as últimas escotilhas, e de ter olhado para baixo e me assustado, pois além da altura do vagão, tinha pelo menos mais uns dez metros de barranco em cada lado dos trilhos. E essa cena, no meio do mato, apenas com a luz da lua e algumas lanternas, tornava tudo mais sinistro. Mas, finalizei o trabalho e, já dentro do veículo férreo, preenchi



os termos de lacração e cientifiquei o responsável pela empresa que estava acompanhando a operação.

Depois da boca do monte
Finalmente vem chegando
Já cruzou toda a fronteira
Pegou leite em Guilhermando
E o pessoal vai comentando
Como é longe Uruguaiana
E o pessoal vai comentando
Como é longe Uruguaiana

Perto da uma hora da madrugada ficou tudo pronto e nos preparamos para retornar a Cacequi, junto com toda a equipe, no carro de socorro. Comentaram que a viagem demoraria um pouco, pois teríamos que nos recolher em um desvio, pois um outro trem de carga estava vindo em sentido contrário.

E assim iniciamos a viagem, cansados, sentados em um banco de madeira e cochilando de vez em quando. Andamos por cerca de uma hora e chegamos ao desvio programado, onde tivemos que aguardar passar o trem que, para variar, estava atrasado. Esperamos, pelo menos, por mais uma hora.

Vagões de gente, vagões de gado
É o trem da fronteira
Chegando atrasado
Vagões de gente, vagões de gado
É o trem da fronteira
Chegando atrasado



Vagões de gente, vagões de gado
É o trem da fronteira
Chegando atrasado

Perto das quatro horas da madrugada chegamos à estação ferroviária de Cacequi, nos despedimos dos ferroviários e iniciamos a viagem de retorno à Santa Maria, um pouco cansados, afinal foram mais de vinte e quatro horas ininterruptas nessa empreitada. Mas chegamos bem e ainda deu tempo de tomar um banho, dar uma cochilada, e retornar para mais um dia de trabalho!

Participaram dessa atividade o auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil Alexandre Rampelotto e o motorista oficial Airton de Oliveira Tiellet, a quem agradeço por ter ajudado avivar minha memória sobre alguns pontos da história.

Música Trem da Fronteira, letra de Mário Eleu Silva, interpretada na 4ª Tertúlia Musical Nativista (1983) por David Menezes Jr. e Grupo Querumana.



— |

| —

— |

| —

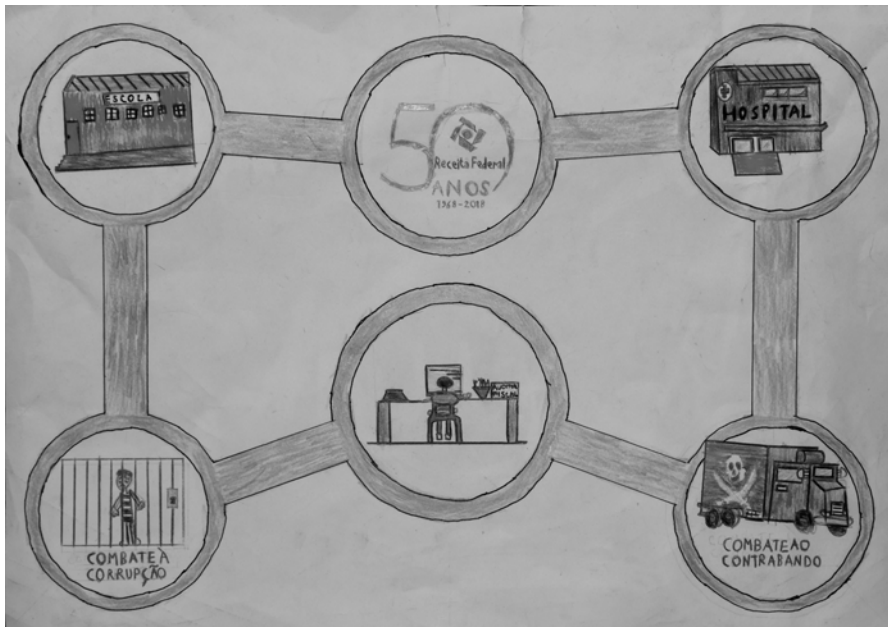
Prosas Classificadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

6º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB

3º Lugar



Autor: Miriam dos Santos, 10 anos

Responsável: Anderson de Vargas Mito - SRRF10

A correção do nome e o choro

José Ivanildo da Silva

ATA - Assistente Técnico Administrativo - IRF/Santa Helena-PR

Atendente do Sorac/IRF/SHA, foi nomeado em 27/02/2015. Atualmente trabalha no atendimento.

Trabalho na Receita Federal do Brasil desde 27/02/2015, nomeado que fui por ter sido aprovado no Concurso de 2014. Atuei até abril de 2017 no Porto Lacustre de Santa Helena (PR) executando trabalhos de pouco contato com o contribuinte.

Houve uma mudança e a partir de maio de 2017 passei a atuar no atendimento ao contribuinte com ênfase maior nos assuntos relativos ao CPF (Cadastro de Pessoa Física), por conta da região onde estamos localizados, ou seja, a fronteira com o Paraguai. São muitos os casos pitorescos que envolvem o atendimento ao contribuinte, há uma gama imensa de situações que ensejariam um sem número de relatos. Vou me fixar em um deles, ocorrido há poucos dias, que chamou a atenção de todos que trabalham no Sorac/IRF/SHA.

Dia calmo, movimento bem tranquilo, liberei o Saga - Atendente para atendimento de mais uma senha.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

- Boa tarde
- Boa tarde, é aqui CPF?
- Pois não, podem sentar-se.

Sentam-se mãe e filha. Apresentaram os documentos necessários.

- Certo, e qual é o problema?
- O meu nome está errado. É com N e está com M no final.

Examino a Certidão de Nascimento e verifico que há uma rasura no nome da menor, pergunto, então, quem rasurou?

- Sempre foi assim, desde que saiu do cartório. Eu pedi uma segunda via e já foi corrigido.

- Onde está a certidão corrigida?

Busca daqui, procura dali, e finalmente aparece a segunda via com a correção.

Acessei o Portal de Cadastros e fiz as correções devidas, imprimi o novo CPF, tirei as cópias necessárias para inserir, escaneadas, no Notas.

Entreguei os documentos originais e ao entregar o nome Comprovante de Inscrição (CPF) instruindo que fosse plastificado comentei:

- Pronto. Agora seu nome não termina mais com M e sim com N.

A menor pegou o documento, olhou e desabou num choro alto, soluçado e inexplicável. A mãe perguntando: “O que houve? O que foi filhinha?”. Não obtive resposta. Ficamos olhando a cena sem entender nada. Deixaram o atendimento e o choro continuou na recepção e até a saída do portão ainda se ouvia a lamúria.



Todos vieram me perguntar:

- O que foi que você fez? Beliscou? Grampeou o dedo dela ao invés dos documentos?

- Não fiz nada, só troquei o M pelo N. Vai ver é o choro adolescente da contradição. Essa idade é complicada, a moçada chora por qualquer coisa. Em casa também foi assim com a filharada.

Cessado o espanto fui escanear os documentos e reparei que a assinatura da menina no RG terminava com M e não com N como constava nos documentos. Será que foi por isso que chorou? Teríamos ferido sua identidade ao mudar uma letra do nome? Eu não perguntei se ela preferia o M ou N, aliás, ninguém perguntou. Pais e mães deveriam prestar mais atenção nessas questões, lerem com cuidado os documentos para corrigi-los no ato, evitando situações desse tipo.



A garantia

Ricardo Fernando Vaucher Domingos
TSS - Técnico do Seguro Social - DRF/Santa Maria-RS

Trabalha na equipe PAJ que controla as ações judiciais envolvendo créditos contestados pelo contribuinte contra a RFB. Ingressou na RFB em maio de 2007, quando da união entre a Receita Previdenciária e a Receita Fazendária, conforme a lei 11.457 de 16/03/2007.

Jaqueline era uma jovem simpática e extrovertida, que encantava a todos com seus “causos” e frases hilárias disparadas nos momentos mais inesperados.

Seus contos, colhidos ao longo de sua infância e adolescência lá no interior de Xiniquá¹, eram reproduzidos de forma espontânea e divertida entre os colegas, e faziam da seção onde trabalhava um ambiente agradável e de boa convivência.

Apesar de conservar um pouco da inocência típica de moça vinda de uma localidade rural, era de fala franca e direta, sem rodeios.

Recém-aprovada em concurso, não tinha experiência em atender o público, apenas trazia consigo a singeleza e a sinceridade do trato aprendido nas lidas do campo.

Tinha muita vontade de aprender e disposição para cumprir fielmente o que lhe fosse determinado.



Tão logo tomou posse, foi designada para o setor de recepção e triagem de documentos.

Após algumas semanas de valiosas experiências, foi redirecionada para o atendimento direto aos contribuintes, mais especificamente, lotada na recepção/expedição de pedidos de CND² e entrega de documentos.

Como era sabido por todos, para retirar quaisquer documentos era necessário uma procuração simples dada pelo solicitante à pessoa que iria retirá-la no guichê, o guichê de Jaqueline.

Certa vez, a proprietária de uma empresa muito famosa na prestação serviços de imagem e publicidade, solicitou uma CND com urgência, pois participaria de uma grande licitação.

A CND foi emitida na data agendada, porém, a proprietária impossibilitada, mandou seu marido buscar o documento, sem a “bendita” procuração.

Ao chegar no guichê de Jaqueline, Manoel disse:

- Boa tarde, eu vim buscar a CND da empresa...

- Pois não senhor, vou ver se está pronta – disse Jaqueline, e num instante foi até o cofre verificar entre os pedidos emitidos.

Após alguns segundos, volta Jaqueline com o documento nas mãos, e com ar de suspeita no rosto franze a testa dispara:

- A CND está pronta, mas...cadê a procuração?

Manoel pasmou por um instante, agiu como se tivesse levado um susto repentino; tinha sido instruído a não sair dali sem o valioso documento pois o prazo para a entrega de documentos para habilitação se encerraria no dia seguinte às 9h da manhã, em outra cidade.



Desesperado, Manoel disse:

- Ué, não está junto com o pedido?

- Não - respondeu ela - secamente.

- Mas deveria - disse ele.

- Mas não está, senhor! Olhe aqui - e mostrou o envelope do pedido.

- Tem outro jeito de eu levar?

- Não tem não, senhor, só com a procuração...

- Mas a empresa é da minha mulher, nós somos casados em comunhão total de bens, foi ela quem assinou o pedido...

Nesse momento, a zelosa Jacqueline, prezando pelo correto e justo proceder no serviço público, solta com sua voz fina e potente, a “frase bombástica” que se ouve em todo o recinto:

- E quem me garante que ela é sua mulher?

O homem, atordoado, ficou vermelho, deu um passo para trás, suou frio, tremeu, quase desmaiou, e depois de respirar fundo e pensar por alguns segundos, disse:

- Mas é mesmo, quem me garante que ela é minha... e virando as costas, foi embora.

Jaqueline seguia estritamente as ordens de seu chefe, “sem procuração, nada de CND”.

Desafortunadamente, o simples fato de alegar ser marido da empresária não valia de nada para Manoel. Era necessário um papel assinado, um comprovante que lhe conferisse o “status quo” de marido, mais do que isso, uma procuração.



Eram outros tempos, tudo era feito de forma manual, não existia a internet e as CNDs eram emitidas em papel-moeda timbrado e numerado, usando-se máquinas de escrever.

O controle era rígido, pois era o documento mais importante emitido pelo *órgão arrecadador e fiscalizador*³.

Não podia haver falhas nem rasuras no documento. As CNDs canceladas ou anuladas deveriam ser arquivadas para depois serem destruídas.

Bom, mas continuando a história, o homem saiu dali correndo, desesperado por achar um telefone e contatar sua esposa.

Minutos mais tarde ao falar com ela, soube que a data da licitação tinha sido prorrogada por 10 dias, isso lhe trouxe um grande alívio.

No dia seguinte, com a procuração em mãos, Manoel retirou a CND no guichê de Jaqueline, e após uma breve troca de sorrisos, foi embora satisfeito.

Confesso que, por vezes, este singelo episódio temperado com um pouco de humor, toma conta do meu pensamento e me faz refletir numa frase que ouvi do professor Leandro Karnal, que diz:

“Vivemos num mundo de poucas certezas e de constantes transformações, onde o futuro é uma variável nebulosa que se move ao longo do tempo, o tempo de nossa vida.”

Por isso, acredito que Jaqueline tinha toda razão quando disse: ***“quem me garante que...?”***

¹Localidade rural situada no interior de São Pedro do Sul/RS.

²Certidão Negativa de Débitos.

³Antiga Receita Previdenciária, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

* Os nomes e lugares usados neste relato foram trocados, mas a história é verdadeira.



A mão-de-obra multifuncional

Alberto de Castro Fernandes Júnior
Auditor-Fiscal da RFB - DRJ/Campinas-SP

Auditor-Fiscal desde 1993, egresso da Previdência Social.

Definitivamente, o tempo passa muito rápido!

Ora, dirá o afoito e acidental leitor:

— Grande novidade! Nunca soube que o tempo tivesse parado...

O leitor, como sempre, tem razão!

Nem todos, porém, depois desta longa e exaustiva viagem, que chamamos de vida, têm ainda motivos para rir das suas lembranças; de, às vezes, sentir, não nego, uma pontada de orgulho, ainda que sob o risco da eterna danação (o orgulho, mesmo que um pouquinho, é pecado capital, não é verdade?).

Como dizia minha querida e saudosíssima mãe, não é fácil passar por esse vale de lágrimas!



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Trabalhar é preciso (desculpe-me o poeta, para quem navegar era trabalhar, não era?!). Entretanto, exercer a atividade profissional que nos dá prazer, que nos completa e que nos realiza é uma ventura que muito poucos gozam!

Definitivamente, sou um desses privilegiados! Por isso, agora tenham paciência! Lá vai outra história!

Antes, um alerta ou um pedido de desculpas: a idade (profecta idade!) traz sempre o risco de nos fazer repetitivos. Por isso, se eu já lhe contei esta história, desculpe-me... Vá fazer algo mais proveitoso do que ter a delicadeza de continuar aqui, lendo só por educação... Eu compreendo e perdo.

Não é a primeira vez que repito uma história e, provavelmente, não será a última (assim espero!).

Preliminares cumpridas, vamos ao que interessa... Voltemos ao fim da segunda metade do século passado...

Certo dia (ou, para ser mais preciso, certa tarde, final de tarde...), estando no plantão fiscal, fui comunicado da chegada de um processo, para minha manifestação. Vinha de... Tratava-se de um lançamento fiscal, cujo objeto era a cobrança de contribuições previdenciárias sobre a remuneração da mão de obra utilizada na construção de um barracão industrial, aquele mesmo imóvel no qual havia realizado, pouco tempo atrás, há menos de dois meses, uma auditoria fiscal, em que foi necessário fazer uma contagem física, em razão da debandada de vários empregados para os banheiros. Conhece a história? Não? Se conhece, esta é a continuação (lembra-se do porteiro? Ele estava registrado!). Se não conhece, não tem problema, vamos em frente, que, depois, conto outra vez (já não disse que gosto de repetir histórias?).

O processo me foi encaminhado pela Seção de Análise (o temível “Contencioso Administrativo”), órgão que, na ocasião, promovia



monocraticamente o julgamento das impugnações dos lançamentos que realizávamos, desvelando nossos erros, expondo nossas falhas, que jamais gostávamos de admitir. Enfim..., nada de bom vinha do Contencioso Administrativo!

Questionava-me acerca de documentos juntados pelo contribuinte com a impugnação: fotocópias autenticadas de folhas de pagamento e de folhas do livro de registro de empregados, com a alegação de que os recolhimentos das contribuições previdenciárias incidentes sobre a mão de obra que executou a construção do barracão industrial, no qual agora funcionava a empresa, haviam sido realizados com base na remuneração da mão de obra de empregados que estavam regularmente registrados e constavam das folhas de pagamentos.

Para provar, as cópias dos documentos, tudo devidamente autenticado em cartório.

A impugnação declarava que, na época da construção, a empresa funcionava em outro prédio, alugado, e que alocava seus empregados, parte para a produção propriamente e parte para a construção, que simultaneamente executava em terreno próprio.

Assim, ainda segundo declarava a impugnação, enquanto alguns empregados trabalhavam nas áreas industrial, comercial e administrativa (no prédio locado), outros trabalhavam na construção do barracão, para o qual depois seria transferida a empresa, aquele mesmo no qual eu havia realizado a contagem física e assistido a fuga para os banheiros (lembra-se?).

Para corroborar suas declarações, lá estavam, nos autos, as cópias das folhas do livro de registro de empregados (todas devidamente autenticadas em cartório), confirmando a contratação de empregados, em funções típicas da indústria, mas também outros, em funções típicas da construção civil: oficial pedreiro, meio oficial pedreiro, ajudante de pedreiro, oficial eletricista, oficial encanador! Um time completo!



Foi um verdadeiro choque! Perdi o fôlego! Senti-me envergonhado com tamanha omissão!

Como eu, autor de tantas proezas, espertalhão, perspicaz, que havia encontrado empregados sem registro; que havia determinado a regularização dos contratos de trabalho (e que até me vangloriava disso, após desalojá-los dos banheiros, para onde fugiram, quando lá estive na primeira vez); que havia, inclusive, realizado, por arbitramento, o lançamento fiscal relativo à obra de construção civil, não formalmente regularizada, podia ter deixado passar aquele fato tão relevante, tão óbvio?

Lá estavam nos documentos autenticados: profissionais com funções típicas da construção civil, todos devidamente registrados!

Se a empresa empregou mão de obra própria, ainda que parcialmente, teria, sem dúvida, o direito ao respectivo crédito em relação ao respectivo lançamento!

Como pude cometer tamanha falha? Não considerar os profissionais constantes do livro de registro de empregados e lançados nas folhas de pagamento?

Senti-me o mais negligente dos auditores fiscais!

Logo eu, que me imaginava, como todo o juvenil entusiasmado (talvez já nem tanto juvenil, mas certamente ainda jovem), o mais cuidadoso e perspicaz investigador!

Minha omissão tinha sido absolutamente imperdoável!

A soberba! Ora, será que eu estava tão pejado de vaidade, mais do que eu seria capaz de admitir, que nem fora capaz de ver o que era tão evidente?

Não conseguia mais concatenar as ideias, tamanha a vergonha! Sorte que o processo, com o malote, chegou ao final da tarde (tempos



de malote, conhece?). Sorte que não havia mais contribuinte para ser atendido no plantão fiscal! Mergulhei em tal estado emocional (provavelmente não tenho maior crítico do que eu mesmo), que não seria capaz de prestar nem mais atendimento! Por mais simples que fosse!

Nem me lembro de como consegui chegar em casa (uma breve viagem, morava numa cidade próxima).

Estava em estado de choque! Não me lembro de ter retribuído o sempre carinhoso beijo, que todo dia, ao chegar, recebia (e felizmente ainda hoje recebo) da minha querida esposa! Também não me lembro de ter conferido as lições de minhas filhas, o que religiosamente fazia toda noite. Se jantei, também não me lembro!

Engraçado... Só agora me ocorre: hoje, tentando relembrar a minha chegada em casa, não consigo nem mesmo reconstituir a primeira recepção, que infalivelmente recebia: a da minha pequena cadelinha, que há muito se foi e da qual jamais me esqueci. Recebia-me na garagem; sabia que eu estava chegando, antes que os outros sequer desconfiassem. Seria o olfato, a audição ou sabia ver as horas?

Não dormi. Havia espinhos na minha cama! Levantei-me ainda de madrugada. Não me sentia capaz de conversar com ninguém. Era como se tivesse passado a noite num velório!

Mesmo nessas condições, a vida haveria de seguir!

Havia urgência! A urgência dos jovens, que têm toda a vida pela frente, mas que agem como se o tempo fosse contado apenas pelas horas ou dias, não pelos anos!

Diante de tamanha falha, apenas uma alternativa: rever o lançamento fiscal e reconhecer os créditos relativos às contribuições sobre a mão de obra alocada para a construção civil.



A decisão estava tomada, iria falar pessoalmente com..., responsável pela Seção de Análise, que ficava um tanto distante, na sede regional. Deveria me desculpar pelo lamentável erro cometido e me manifestar formalmente pela retificação do crédito tributário.

Antes, era preciso passar na agência, para pegar o terrível processo.

Cara amarrada, mal cumprimentei meus colegas de trabalho, que certamente estranharam, pois era notório o meu permanente bom humor...

A viagem até a sede regional demorava mais ou menos uma hora. Mal sai, vi que o automóvel, que nada tinha com meu estado de espírito, pedia combustível. Decidi: vou abastecer na saída da cidade, pois, além de ficar no caminho, tinha quase sempre o melhor preço da região.

Decisão tomada, pé na estrada.

Ocorreu que, ao chegar ao posto, havia uma pequena fila de automóveis, cinco ou seis (o combustível era mais barato). Paciência!

Enquanto a fila parecia se arrastar, eu mal tinha coragem de olhar para o lado, pois no banco do acompanhante estava a minha pasta e, sobre ela, o famigerado processo... Nada me causaria maior repulsa! A prova documental e cabal da minha incompetência, do meu desleixo! Não conseguia nem mesmo olhar!

Manhã quente, dia claro, o sol batia de lado (de banda, se fosse poesia). Ar condicionado no automóvel era um luxo que não estava ao meu alcance.

Já começava a transpirar.

Baixei os vidros das duas portas e nem assim refrescava. Seria mesmo apenas o calor? Não seria a pura e simples ansiedade?



A fila se arrastava... Então, o tédio venceu a repulsa. Peguei o processo e comecei a folheá-lo.

O sol, além do calor, trazia uma manhã clara. Parecia uma mensagem de que a vida era luminosa, dependia apenas de nosso estado de espírito.

Havia também uma leve brisa, canalizada pelas janelas abertas.

Assim, folheando o processo, a brisa teimava em mover as páginas por conta própria.

Foi então que se operou a revelação!

Parece inacreditável!

Acreditem: tendo a brisa folheado o processo por conta e vontade própria, a luminosidade da manhã ensolarada me revelou a verdade!

Trombetas celestiais soaram! Anjos esvoaçavam! A manhã se coloriu. Meu coração falhou! Puro êxtase!

Muito bem, dirá você leitor – antes afoito, agora certamente incrédulo – houve uma revelação divina? Uma inspiração sobrenatural? Dessas que transformam nossas vidas? Que nos tornam mais religiosos? Mais crédulos?

Nada disso! Simples fenômeno físico... A luminosidade, batendo sobre as folhas dos autos, as fotocópias das folhas do livro de registro de empregados, que pareciam ter vida própria, folheadas pela brisa, revelaram-me a verdade: exatamente no local em que constavam as funções dos empregados apareciam os contornos de uma espécie de mancha.

Entendi imediatamente o que estava acontecendo: aquelas manchas eram borrões de corretivo, aquele líquido branco, que usávamos para fazer correções de erros de datilografia (chamávamos de “branquinho” ou “liquid paper”). Lembra-se?



Exatamente sobre as manchas estavam as funções dos empregados: “oficial pedreiro”, “oficial encanador” e “oficial eletricitista” e “ajudante de pedreiro”.

Revelou-se, assim, de imediato, por completo, o milagre da transformação das funções! A mão de obra multifuncional! Precisava, entretanto, confirmar minhas suspeitas! Não, já era certeza! Tinha que ser!

Perdido nesses pensamentos, ouvi, de repente:

– Por favor, para frente! – Era o frentista, certamente já havia perdido a paciência de me esperar.

Exultante (diria o poeta: nas nuvens!), mal consegui esperar que o automóvel fosse abastecido!

Não é todo dia que recebemos uma revelação! Não é verdade? Esta foi a minha primeira e, pelo que me lembro, acho que a única.

Desde o recebimento do processo, tinha se passado menos de vinte horas. Certamente as piores vinte horas da minha vida! Não me lembro de nada tão ruim, nem antes, nem depois.

Agora, era voltar e confirmar minhas suspeitas!

Dirigi-me imediatamente ao escritório de contabilidade, responsável pelos serviços fiscais e trabalhistas do contribuinte, pois usualmente as pequenas e médias empresas (este era o caso) não tinham serviço próprio.

Agora, a sorte estava do meu lado: lá chegando, fui atendido pela Senhora..., pessoa humilde, simpática, solícita, que já me conhecia de algum tempo, pois, sendo um dos maiores escritórios de contabilidade da cidade, tinha grande quantidade de clientes, muitos dos quais já tinham sido por mim fiscalizados.



– Bom dia!

– Bom dia, doutor! Vai fiscalizar qual empresa?

– Não se trata de fiscalização. Lembra que estive aqui há alguns dias para fiscalizar a empresa...? Pois bem, faltaram algumas anotações para finalizar o trabalho. Burocracia, formalidades, sabe como é! A Senhora poderia providenciar os últimos diário e razão e o livro de registro de empregados (na verdade precisa apenas deste último, os outros documentos pedi para desviar a atenção, se ela soubesse de alguma coisa – hipótese que eu pessoalmente descartava).

Como sempre, muito prestativa, pediu-me que esperasse, que tomasse um cafezinho. Voltava logo.

Mal conseguia conter minha ansiedade! O processo na minha pasta parecia pesar quilos.

Demorou um pouco, mas lá veio ela. Como sempre, um sorriso simpático nos lábios.

– Desculpe a demora! Aqui estão os livros! Demorei porque não achava o livro de registro de empregados. Estava na mesa do... Como ele ainda não chegou, ninguém sabia onde encontrar este livro. Ainda bem que a... (a secretária dele) se lembrou! Aqui estão!

Nem sei se consegui demonstrar a calma e indiferença que me caberia exibir na ocasião! Sofregamente, peguei os livros e me dirigi à sala dos fundos, depósito de materiais de limpeza, de equipamentos velhos, de papéis e documentos esquecidos, sem ventilação, cheiro de mofo, antro de baratas e pulgas, criadouro de pernilongos, que era reservada ao trabalho da fiscalização. Ela me acompanhou:

– Mais alguma coisa, doutor? Não? Se precisar, é só chamar!

Sozinho, finalmente! Vamos ao livro!



Todas as minhas suspeitas se realizaram! Comparando as páginas originais do livro de registro de empregados com as respectivas cópias autenticadas juntadas aos autos, constatei imediatamente: no livro original não havia nenhum “oficial pedreiro”, nem “oficial encanador”, nem “oficial eletricista” ou “ajudante de pedreiro”, mas sim “oficial de produção” e “ajudante de produção”! Ou seja: nos originais havia apenas as profissões próprias da atividade industrial da empresa e nenhuma relacionada, nem mesmo remotamente, com a construção civil.

Eis o milagre da mão de obra multifuncional: foram extraídas cópias das folhas do livro de registro de empregados. Passaram o corretivo líquido e trocaram oficial “de manutenção” e oficial “de produção” por oficial “pedreiro”, “encanador”, “eletricista”; ajudante “de produção” por ajudante “de pedreiro”. Depois, tiraram cópias das cópias adulteradas e as autenticaram! Como? Quem sabe?

Essas cópias adulteradas e autenticadas, com as novas especializações profissionais, foram justamente aquelas apresentadas com a impugnação!

Serviço de primeira! Obra de profissional!

Eis o milagre da transformação das funções!

Agora, era agir! Preenchi o “Termo de Apreensão de Documentos” (ao qual nos referíamos como “TAD”) e informei que estava retendo o livro de registro de empregados, para confirmar a autenticidade de algumas das cópias que supostamente dele tinham sido extraídas.

Imediatamente me dirigi ao cartório que tinha autenticado as cópias adulteradas e, evidentemente sem mencioná-las, pedi que fossem tiradas e autenticadas quatro novas cópias das mesmas folhas (agora, tudo do livro original).



Voltei para a agência. Lá chegando, me avisaram que foram recebidas pelo menos cinco ligações telefônicas do Senhor... (o dono do escritório de contabilidade), que desejava falar comigo com urgência!

Sim, é isso mesmo! Não havia ainda telefones celulares... A comunicação era na forma de recados, anotados e acumulados na repartição, e que nos eram transmitidos, quando por lá passávamos.

Bons tempos! Não vivíamos, como hoje, “on line”!

Voltemos, entretanto, aos fatos, que não é aqui a ocasião para ficarmos relembando a vida, sem as maravilhas tecnológicas de hoje!

Tratei, então, de preparar os documentos que considerava necessários.

Primeiro, a resposta à Seção de Análise (a minha Manifestação Fiscal), detalhando os fatos e anexando as cópias das mesmas folhas juntadas pela impugnação, apenas que, desta vez, cópias autenticadas dos originais extraídos do livro de registro de empregados, denunciando a comparação com aquelas apresentadas pela impugnação.

Depois, extraí cópia do processo (inclusive da minha resposta e das novas cópias autenticadas) e elaborei representação fiscal para fins penais.

Finalmente, elaborei representação ao juiz corregedor do cartório que realizou as autenticações (as minhas e as das cópias alteradas), informando os fatos.

Ah! Retornei ao escritório de contabilidade. O..., lívido, trêmulo, gaguejando, me perguntou o que estava acontecendo. Por que eu tinha apreendido o livro de registro de empregados? Informei-lhe a razão: suspeitava que pudessem ter ocorrido adulterações (no histórico do “TAD”, do qual eu havia deixado cópia ao realizar a apreensão, já havia anotado o motivo da apreensão: “para conferência da autenticidade de folhas anexadas a processo de lançamento fiscal”). No mais, fiz cara de



bobo, desentendido. Pediu para ver. Disse que nada mais tinha comigo, que já havia encaminhado tudo (processo de lançamento fiscal, livro de registro de empregados, “TAD”) para a gerência regional, que provavelmente instauraria um procedimento para investigar os fatos.

Dever cumprido, alma lavada, vida que volta à rotina!

Passa o tempo...

Meses depois (talvez mais de ano) soube que a representação feita ao juiz corregedor havia sido arquivada. Jamais fui convocado para prestar informações. Duas autenticações sobre um mesmo documento, com teores diferentes, para fins de obtenção de vantagens pecuniárias, não deve ter sido considerado fato grave. O cartório continuou funcionando. Funciona até hoje, no mesmo lugar.

Nada mais soube, também, da representação penal. Temo que nada tenha acontecido, ou se aconteceu, nem mesmo foi considerado necessário meu depoimento. Puro otimismo!

Os lançamentos fiscais? Soube que foram julgados procedentes, mas antes do início da cobrança, o contribuinte conseguiu parcelá-los. Como? Em que condições? Não sei... Soube, depois, que o parcelamento foi rescindido por falta de pagamento. A última notícia que obtive era a de que estavam sendo encaminhados para a execução fiscal; que o contribuinte tinha várias outras execuções, mas que nada ainda tinha sido pago (exceto, é claro, provavelmente, um bom advogado, a peso de ouro, para procrastinar as cobranças).

Pergunta, agora, entediado, meu teimoso leitor (aqueles poucos que tiveram paciência e curiosidade para me acompanhar até aqui): e qual é a graça?

Devolvo a pergunta: era para ser engraçado?



Não sei. Também acho que deveria. Mas a vida é assim mesmo! Às vezes, cruel, às vezes parece zombar da gente. Mas, ainda me resta o prazer da certeza do dever cumprido, ao receber o calor do abraço sincero de alguém muito querido, que murmura: “parabéns, você fez sua parte!”.

Resta-me, ainda, o orgulho (novamente ele, sempre ele! Desta vez não escapo da danação eterna!) de poder olhar para trás e concluir: eu fiz o que pude, poderia ter feito melhor, pode ter sido pouco, quase nada, mas fiz diferente.



A maratona de um seminário

Soraya Lucena Carvalho Honfi

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - Assessoria Especial/Brasília-DF

Exerce a função de Secretária-Executiva da Comissão de Ética da RFB, com ingresso na RFB em 24/02/2014, desempenha a instrução de matérias submetidas à deliberação da Comissão; elaboração de estudos e subsídios ao processo de tomada de decisão da Comissão; coordenação da Secretaria-Executiva, bem como o trabalho de educação e disseminação da ética na RFB junto com os representantes locais e desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre ética na RFB.

Rosa da Conceição

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Assessoria Especial/Brasília-DF

Ingressou em 02/04/1987, lotada na Audit e em exercício na Comissão de Ética da RFB, atuação e chefia na fiscalização e na área de cobrança previdenciária, chefias na Corregedoria da RFB, na Coordenação Geral de Auditoria Interna da RFB. Atualmente Presidente da Comissão de Ética.

Antes de começar a contar essa história, que perpassa a construção do primeiro seminário sobre a conduta ética na administração tributária federal, é importante dizer que será retratado situações vivenciadas por duas diferentes servidoras, que convergiram esforços para que o evento viesse a acontecer.

A criação da Comissão de Ética específica da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) há muito era realidade e o Código de Conduta dos Agentes Públicos em Exercício na Secretaria RFB estava em vigor desde



junho de 2013, restava agora adicionar outras iniciativas às ações de educação sobre ética pública para potencializar a disseminação do código e das novas normas federais sobre o tema. Os conselheiros da Comissão vislumbraram que um seminário abordando os três anos da publicação do código era uma excelente oportunidade como ponto de largada.

E para compreender um pouco mais do contexto, inicia-se com a descrição de onde partiria a iniciativa, Comissão de Ética da RFB.

A Comissão é composta por três membros titulares e três membros suplentes que deliberam sobre matéria de sua competência e sobre o planejamento das ações para a disseminação e educação para ética em toda a RFB. Conta com uma secretária executiva que, na época da história, era auxiliada por uma estagiária do curso de Direito. Além disso, conta com a colaboração de representantes regionais, cuja atuação visa contribuir com as atividades de educação e de comunicação, no âmbito das unidades jurisdicionadas à região fiscal de exercício desses.

Era o mês de abril de 2016, a deliberação estava tomada para execução do evento em junho daquele ano, assim a secretária executiva da Comissão de Ética, Soraya Lucena, e a Presidente da Comissão, Rosa da Conceição, iniciaram as providências preliminares para a realização do primeiro seminário sobre conduta ética na administração tributária federal.

O seminário teria como objetivo tratar de temas relevantes do momento, como o conflito de interesses e evidenciar as ações e esforços para operacionalizar e consolidar a gestão da ética na RFB. Para tanto, o evento foi dividido em três etapas: abertura, palestra de convidados externos e trabalhos reflexivos e propositivos.



A abertura do seminário foi prevista para o auditório do Ministério da Fazenda em Brasília, pois em razão do seu acesso, facilitaria a participação de convidados externos e dirigentes, apesar de sabermos que mesmo tendo sido reservado, o local poderia ser requisitado a qualquer tempo pelo Ministro.

Logo em seguida à abertura do seminário e ainda no auditório do Ministério da Fazenda, aconteceria a segunda parte do evento, composta por apresentação e discussão de temas técnicos, como o conflito de interesses, conduta no ambiente de trabalho e a gestão da ética pública, contando com palestrantes de órgãos externos.

O local da terceira etapa teria que comportar os conselheiros, a secretária executiva, os colaboradores e os representantes locais da Ética, além de ser de fácil acesso aos participantes que não fossem de Brasília. Então, o local seria a Escola de Administração Tributária (Esaf) por oferecer uma melhor estrutura para os trabalhos práticos e por permitir deslocamento e a acomodação dos servidores de fora de Brasília.

Apesar de a sede da Esaf se distanciar cerca de quinze quilômetros do anexo do Ministério da Fazenda, local onde está sediada a Comissão de Ética da RFB, não haveria problema para a organização do evento em duas localidades. Soraya Lucena e sua fiel e diligente estagiária Alline Ferreira só teriam que reservar um espaço, na sede da Comissão, para guardar as bagagens dos representantes locais da Ética nas regiões fiscais que chegassem do aeroporto no dia do evento diretamente para o seminário. A previsão era que a maioria iria primeiro para a Esaf.

Na verdade, para Rosa e Soraya tratava-se de um evento muito significativo por ser o primeiro de capacitação promovido pela Comissão de Ética da Receita Federal com aquela abrangência interna e externa.



Para a Rosa, além das formalidades de praxe para realização e condução do evento, caberia também preparar e proferir palestra sobre o Código de Conduta e temas afins.

Para a Soraya, os fatos que envolviam a realização do seminário tinham uma particularidade: apesar de já ter participado de alguns eventos, esse era o primeiro que organizara em sua integralidade, desde as primeiras ideias no papel até ao mínimo detalhe de organização posto em prática.

Providências adotadas junto às várias áreas da RFB e órgãos externos, checagem do espaço e equipamentos do auditório conforme planejado, é chegado o dia!

A abertura do seminário estava programada para iniciar às 14h30. Era necessário ter a chave do auditório do Ministério da Fazenda ainda cedinho, na manhã do dia 13 de junho.

Ao entrar em contato com o setor responsável pela chave, Soraya foi informada que o local não estava reservado para o seminário, mas para a posse de um presidente de entidade vinculada ao MF, uma vez que era assim que constava na agenda do Sr. Ministro.

Susto!

Faltando apenas quatro horas para início do evento, com todos os convites já realizados para os dirigentes da Receita Federal, conselheiros, representantes locais, colaboradores, representantes de entidades de classe, entre outros, a abertura do evento estava sem local.

Para dar um pouco mais de emoção, alguns dos representantes locais da Ética nas regiões fiscais da RFB já estavam chegando com suas respectivas bagagens (isso porque vieram direto do aeroporto) para o edifício-sede do Ministério da Fazenda em razão da abertura do seminário. Eles teriam quer ser conduzidos para as dependências da Comissão de



Ética no prédio anexo ao MF, onde havia um local preparado para recebê-los. Nada que não pudesse ser resolvido com uma corridinha de Alline pelo túnel que une os dois prédios, soube-se depois.

O responsável pela disponibilização do auditório solicitou alguns minutos para verificar a situação, enquanto isso Rosa já buscava um auditório alternativo. Apesar do cenário bem crítico, Soraya argumentava com tranquilidade que a solicitação da reserva tinha sido feita com bastante antecedência (em torno de um mês) e que não havia sido avisada dessa alteração.

Após uma longa e interminável espera de cerca de cinco minutos, Soraya recebeu a informação de que a reserva era mesmo para o evento da RFB e o seminário aconteceria, sim, no Auditório do MF. Ufa!

Passado esse momento de tensão do período matutino, efetivamente chega a hora de finalizar a maratona! Exatamente isso, produzir um evento tão significativo para a Comissão era considerado uma corrida rumo aos objetivos pretendidos: realizar o primeiro seminário sobre a conduta ética na administração tributária federal!

Tudo resolvido e já contando com mais um integrante da maratona, o conselheiro Pontes, os participantes foram recebidos na porta do auditório com um cafezinho, alguns exemplares do Código de Conduta dos Agentes Públicos em Exercício na Secretaria RFB e a visão das flores que marcam a Comissão de Ética da RFB desde 2011, os girassóis nos vasos próximos à mesa de abertura, providenciados pelo Cerimonial do Gabinete da RFB.

Sem maiores problemas, após as iniciativas cerimonialistas, a abertura do Seminário é realizada pela Presidente da Comissão, Rosa da Conceição, e pelo Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, com a presença do Secretário-Adjunto, Paulo Ricardo de Souza Cardoso, e do Chefe de Gabinete, José Carlos de Sousa Dias.



Mas enquanto a mesa de abertura ainda estava formada e já estavam presentes no auditório subsecretários, conselheiros da Comissão de Ética, coordenadores-gerais, servidores de unidades centrais, representantes locais da Comissão de Ética nas regiões fiscais e representantes de entidades de classe, devidamente informados sobre a palestra que ocorreria em seguida, ninguém soube de mais um obstáculo que a Soraya teve que superar rumo ao final da maratona: abrir o arquivo com a apresentação da primeira palestrante nos computadores disponibilizados para o evento e que uma rápida corrida para buscar um notebook resolveu.

A partir daí tudo transcorreu bem. A tarde do dia 13 foi finalizada com palestras da Coordenadora da Diretoria de Promoção da Integridade Internacional do Ministério da Transparência, Renata Figueiredo, e da Presidente da Comissão de Ética da RFB, contando com a boa participação do público presente, servidores e entidades de classe, possibilitando dar visibilidade ao debate ético que ocorre no âmbito institucional e demonstrando o esforço com a disseminação da cultura para a ética pública, condizente com os valores defendidos pela Receita Federal.



Alagados em Brasileia 2015

Alexandre Traversi Antunes

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - IRF/Brasileia-AC

Inspetor-chefe da IRF/Brasileia-AC. Atua desde 2013 na localidade nas atividades de Aduana e Gestão (gabinete).

O ano de 2015 começou muito bem para a Inspetoria de Brasileia. A Magrela acabava de chegar, dando uma luz de cortesia e excelência para o atendimento ao contribuinte. Na pequena equipe, de oito servidores, as figurinhas eram “chárgicas”. Futebolisticamente, o goiano torcia pelo Corinthians e o carioca pelo São Paulo. Nosso baiano era mais loiro que o gaúcho da equipe. Um “filósofo-ufólogo” cearense e um motorista caçador e contador de histórias completavam o quadro. A miscigenação tornava o trabalho, na longínqua fronteira isolada do Acre, mais agradável.

Janeiro veio com fortes chuvas; normal para a região amazônica. A cratera nos fundos da cozinha era nossa maior preocupação. O solo desmoronava, criando uma gruta que já abrigaria um servidor - incluindo sua estação de trabalho.

No mês seguinte, a expectativa do carnaval era progressivamente ofuscada pela elevação das águas do Rio Acre. Por sorte, tínhamos um



velho caçador, conhecedor da natureza; seu poder de previsão era tão alto como o do nosso ufólogo. Enquanto este último nos alertava que de Assis vinha o peso das águas, o outro encontrava pontos de vazantes rio abaixo. Neste sobe e desce lúdico, as mercadorias do depósito já corriam sério risco de serem afetadas. A Inspetoria, de dois andares, na beira do rio, contava com um grande depósito no subsolo; ou seja, praticamente à altura das águas, em condição normal.

A população estava confusa com as previsões. Ninguém acreditava que a enchente de 2015 superaria a marca da de 2012 (histórica). A preocupação dos moradores era retirar objetos mais valiosos, apenas. O rio estava subindo, mas lentamente e com suposta previsão de vazante. No entanto, a noite do dia 22 de fevereiro pegou a todos de surpresa. Em poucas horas, as águas subiram mais de um metro, afetando seriamente o centro da cidade. Na IRF, o depósito do subsolo já estava comprometido. No posto dos Correios, não deu tempo sequer de retirar a viatura.

Por previsão da escala de folgas, o Inspetor-Chefe viajou às vésperas da catástrofe. Gaudério “Macunaíma”, deixou ao Capitão carioca a chave do “Titanic”. Os heróis que ficaram começaram um movimento contra o relógio. A intenção era salvar os bens de maior valor para nossa querida Receita: equipamentos de tecnologia.

A lancha, emprestada às pressas, veio de Rio Branco. Órgãos parceiros sempre dão uma mão nessas horas. A missão de salvar os equipamentos foi cinematográfica.

A rota por Cobija (Bolívia) era o único meio de acesso à Inspetoria. O baiano mais nervoso do país quase surta com o medo de que um fio de alta tensão mergulhado finalmente o tornasse um baiano afro. Ao chegar na Inspetoria, rapidamente pularam do barco. Boiando, praticamente enxuto, se encontrava nosso fiel guardião: o “Wally”, um crocodilo de pelúcia. Empoderados pelo medo e amor, os heróis retiraram os



equipamentos mais importantes. Organizaram o que não dava pra carregar, empilhando mesas. A IRF estava suspensa, na espera de que São Pedro diminuísse seu furor.

Com folga de mais de metro, a marca de 2012 foi batida. Nenhuma previsão acertou. O centro da cidade estava quase cem por cento submerso. A vida na fronteira já apresenta desafios quando tudo funciona. A cidade por alguns dias ficou sem luz e telefone. Por mais de um mês sem internet. Os alimentos já estavam escasseando. Preços subindo. Muitos desabrigados sofrendo. Crianças sem aula. Rede bancária fora do ar. Quem ficou enfrentou um cenário de guerra. Parentes e cônjuges de servidores da IRF já estavam desesperados com a falta de informação tempestiva.

Quando retornou o gaúcho “hermano”, o pior já tinha passado. Mas muito trabalho ainda estava por vir quando as águas baixaram. A Inspeção era só lama. Foi necessário abrigar a todos no Posto Fiscal de Epitaciolândia e organizar tudo novamente. Passamos dois anos literalmente trabalhando todos no mesmo ambiente: Gabinete, Aduana, CAC e CTMA. Por todo lado havia gambiarra na instalação. Neste circo, a diversão era o único meio de sobrelevar o intenso trabalho e a falta de estrutura.

Aprendemos muitas lições. Menções honrosas foram encaminhadas. Mas do todo, ficou o aprendizado. Momentos difíceis unem equipes por mais diferentes que sejam os perfis dos servidores que lá trabalham.

Alguns heróis já partiram, outros continuam literalmente dando seu suor na região. Outros novos chegaram e ainda chegarão. Assim é o Acre, assim é a Amazônia. Povo sofrido, povo unido e amigável, que luta não apenas com o isolamento natural da geografia.



Blitz na estrada

Hélio Sandro Pereira dos Santos
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - SRRF05

Ingressou na RFB em 15/05/2001, no cargo de ATRFB e foi aprovado no concurso em 2003 para AFRFB, assumiu a chefia de EFA, EDA, EVA. Atualmente está lotado na Diana da 5ª RF onde desempenha as funções de parecerista e consultor em comércio exterior.

Em 2005, estava lotado na equipe de vigilância aduaneira (EVA) da Alfândega do Porto de Belém (ALF/BEL), onde exercia a chefia da equipe. Uma das atribuições de nossa equipe era fiscalizar os ônibus de “sacoleiros” que traziam mercadoria do Paraguai, fruto de descaminho ou contrabando.

Eu morava no bairro da Pedreira e costumava tomar café da manhã em um ponto de venda de tapiquinha próximo à avenida Duque de Caxias. Num dos dias em que tomava café da manhã, sentou-se ao meu lado uma pessoa falando ao telefone celular. Era possível ouvir a conversa, dada a proximidade da pessoa e o tom de voz que utilizava e, assim, comecei a me interessar pela conversa, pois o interlocutor noticiava a chegada de um ônibus que viria do Paraguai e faria uma parada no município de Santa Luzia para descarregar as mercadorias.



A conversa chamou minha atenção e imediatamente me afastei do local e convoquei os membros da equipe de vigilância aduaneira para investigar a rota do ônibus no site da ANTT e traçar uma operação de fiscalização na forma de blitz. Após as primeiras investigações, encontramos o registro do ônibus no site da ANTT e a rota declarada pelo responsável pelo veículo. Também consultamos o site da Federação Nacional das Seguradoras (Fenaseg), que possui câmeras nos pontos de fronteira, e a partir de imagens do ônibus-alvo foi possível estimar em que data e horário o referido ônibus chegaria em Belém.

Assim, procuramos a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal para em conjunto realizarmos uma blitz visando apreender o ônibus que trazia contrabando vindo do Paraguai. A blitz foi organizada e no dia previsto para a chegada do ônibus, todas as instituições estavam presentes no posto da Polícia Rodoviária Federal no município de Santa Luzia.

Barreiras posicionadas, policiais e auditores em prontidão, restava aguardar o transcorrer das horas e torcer para que o ônibus-alvo aparecesse. Durante aquela noite houve um assalto a uma loja em um município próximo e os assaltantes seguiram justamente pela rodovia onde estava nossa barreira policial. Quando se aproximaram da blitz, se assustaram, invadiram a barreira, quase atropelaram um auditor e foram perseguidos por uma equipe da PRF que acabou realizando a prisão dos meliantes cerca de 12 km depois.

Os demais membros da blitz permaneceram no posto policial aguardando que o ônibus-alvo finalmente aparecesse. Por volta das 3h finalmente o ônibus se aproximou da barreira e foi abordado por policiais e auditores. O motorista, muito assustado, foi orientado a estacionar o veículo. Todos os passageiros foram orientados a descer do veículo e se identificar, bem como identificar os volumes que lhes pertenciam.



Após identificar todos os passageiros, eles foram indiciados por contrabando e descaminho, as mercadorias foram identificadas, quantificadas e encaminhadas ao depósito de mercadorias apreendidas da Receita Federal e o veículo foi apreendido e encaminhado ao depósito da PRF. Assim, terminou mais uma noite de operações de fiscalização da EVA do Porto de Belém.



CAC Aduaneiro Santista: do sonho à realidade

Cleiton Alves dos Santos João Simões
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - ALF/Santos

Desde 2012 é o Inspetor-Chefe da Alfândega do Porto de Santos. Entrou na RFB em 1996, como TTN e passou a AFRF em 2002, exercendo atividades na Alfândega do Porto de São Francisco do Sul. Foi chefe substituto do Sepol (ALF/STS), além de trabalhar nas diversas áreas aduaneiras e participar de grupos de trabalho regionais e nacionais. Ministrou palestras pela RFB no Brasil e em outros três países.

Este era um antigo sonho que vinha desde o século passado na Alfândega do Porto de Santos. Todos queriam ter um Centro de Atendimento, mas não sabiam como colocar em prática tal projeto.

Além disso, o prédio da Aduana santista, ainda que contasse com cinco pavimentos, estava apertado. Não só por conta de seus funcionários, mas também por conta de seus inquilinos: posto bancário, Assefaz, posto dos sindicatos, Laboratório de Análises, conhecido nacionalmente como Labana. Até restaurante chegou a haver ali dentro certa época.

Com isso, a instalação e a implementação do CAC sempre ficava para depois.

(...)

Dezembro de 1999. Muito calor na Baixada Santista. Muitas pessoas e servidores em férias. Época de curtir praia, sol, mar. A cidade



estava lotada. Quase sem perceber, afixava-se à parede externa do imenso e lindo prédio aduaneiro uma pequena placa. Iniciava-se ali a realização de outro sonho antigo: a reforma e restauro do edifício-sede da maior Alfândega da América Latina.

Era uma obra aguardada por toda a comunidade portuária: auditores, analistas, demais servidores, despachantes aduaneiros e os outros intervenientes de comércio exterior. O prédio estava muito surrado devido ao uso constante. A construção data de 1934! Vitrais precisavam ser restaurados. Uma verdadeira obra de arte que voltaria ao seu esplendor.

Para isso, os inquilinos foram, um a um, sendo convidados gentilmente a trocar de moradia.

A obra começara pelo pavimento mais alto e vinha descendo, andar a andar.

O milênio tinha virado e estávamos começando os anos 2000. Até o Inspetor tinha mudado.

Agora, à frente da Alfândega estava a Auditora-Fiscal Diva Alves Kodama. Também era sonho dela ter o CAC em funcionamento.

Sempre vinham à mente as perguntas: onde ele seria instalado? Que atividades incorporar? Teríamos servidores suficientes para tal?

Ela era persistente. Deixou uma ala inteira do térreo (o prédio possui quatro alas por andar) para as futuras instalações do CAC. Até balcão de granito foi feito, para dar mais conforto e acompanhar o padrão de beleza do prédio.

Em 2003 a obra foi terminada. Mas o CAC continuava apenas um sonho.

(...)



Discutia-se como poderia ser implantado o CAC em uma unidade tão grande. E nem paradigmas poderiam ser verificados, já que os demais existentes eram de tributos internos.

Uma ideia surgiu: descer à parte da área destinada ao CAC um setor que recebesse documentos da Divisão de Despacho, a maior divisão da Alfândega.

(...)

Vários anos se passaram. Vários inspetores também. Aquela área com o belo balcão agora estava cercada com divisórias e ali ficava o Departamento Pessoal, chamado de Equipe de Gestão de Pessoas (Eqgep).

O sonho ficara para depois mais uma vez...

(...)

Chegamos ao segundo semestre de 2013. Fomos em três pessoas conhecer o primeiro CAC aduaneiro criado do país, na Alfândega de Paranaguá (PR). Fomos muito bem acolhidos pelo Inspetor-Chefe e seu Adjunto, que nos mostraram as boas práticas e onde precisaram corrigir para que tudo funcionasse a contento.

É certo que já não seríamos mais pioneiros, como a ALF/STS sempre gosta de ser, mas teríamos a oportunidade de iniciar o nosso CAC já com conhecimento de erros e acertos, o que facilitaria o sucesso na atividade sonhada!

A comissão era composta, além de mim, pelo assistente de planejamento, Analista Tributário, Rogerio Costa, e pelo chefe da Seção de Interação com o cidadão (Savic), Analista Tributário, Marcelo Alves da Rocha.

Ficamos dois dias inteiros na visita técnica. Foi uma viagem muito proveitosa. Aprendemos muita coisa.



E voltamos já pensando nas lições de casa que teríamos pela frente.

(...)

Aeroporto de Curitiba. Ainda na sala de embarque, nossa conversa não mudava. O assunto era único. O nosso CAC poderia, finalmente, sair do papel!

Disputávamos a palavra, cada um querendo expor suas ideias, as partes interessantes vistas lá. Parecíamos crianças que acabam de ganhar um presente de Natal e querem dividir a alegria com seus amigos!

Sentamos em nossas cadeiras no Boeing 737 da Gol, um ao lado do outro. Afivelamos os cintos e antes de o avião começar a taxiar já imaginávamos o Mapa Estratégico da RFB para iniciar o projeto, juntamente com o assistente de planejamento.

Estava totalmente em consonância com a Missão da RFB. Víamos que preenchíamos vários dos “quadrinhos” dos Objetivos de Resultado, de Processo e de Gestão.

Palavras como eficiência, transparência, previsibilidade, agilidade no fluxo internacional de bens, maior controle aduaneiro, saíam quase sem querer, a todo momento, de nossas bocas.

Estávamos, realmente, muito felizes naquele voo!

O tempo em São Paulo estava, para variar, chuvoso. Nosso avião ficou dando voltas por 40 minutos, aproximadamente. Sabe o que pensamos? Mais quarenta minutos de tempo para continuarmos nossa reunião aérea e decidirmos sobre o futuro de nosso CAC.

Aterrissamos em Congonhas, São Paulo, para nos dirigirmos às nossas casas em Santos, já pensando em nossa missão a partir do dia seguinte: realizar o antigo sonho!

(...)



Voltamos à realidade da unidade no dia seguinte. Percebemos que nem tudo seria fácil. Das mudanças físicas, já que o espaço outrora reservado já estava ocupado, inclusive com armários impossíveis de serem removidos, à mudança cultural de servidores. Vimos o quão verdadeiro era o ditado “Falar é fácil, fazer é que são elas”.

(...)

Iniciávamos, já, 2014. Por sorte, o trio era perseverante. Aceitou o desafio e o encarou como uma meta a ser cumprida!

Eles capitanearam diversas reuniões com chefes e outros servidores. Estudaram adaptações e alterações nos setores da unidade para acomodar a Eqgep em algum outro local. Debruçaram-se, para valer, no tema! Discutiam o assunto até em casa. Chegavam na manhã seguinte com novas ideias, cheios de esperança em realizar o tão antigo sonho.

(...)

O Serviço de Programação e Logística (Sepol) deu sua quota, fazendo a mudança da Eqgep para outro local. Apenas o armário deslizante gigante, embutido, teve que permanecer por lá mesmo. Fez serviços de adaptação, trocou divisórias, disponibilizou equipamentos, um verdadeiro campo de batalha se formava com combatentes das diversas divisões.

Agora não tinha mais jeito. O CAC sairia! Todos já falavam como se fossem questão de dias para começar a funcionar.

O trio, então, reuniu-se. Definiu as premissas do CAC, nas quais as atividades somente passariam para lá se: 1) estivessem detalhadas - ou como chamavam: manualizadas; 2) fossem incluídas em portaria do Inspetor-Chefe e; 3) sempre que necessário, alocassem servidores para o novo setor.

E assim, com muita alegria e satisfação, dia 21 de agosto de 2014 foi a inauguração do CAC da Alfândega de Santos!



(...)

Logo de início, atividades que levavam até quinze dias para serem concluídas passaram a ser imediatas, como a vinculação do despachante aduaneiro ao passageiro que irá liberar bagagem desacompanhada. Somente após tal vinculação a Declaração Simplificada de Importação (DSI) pode ser registrada e os demais trâmites aduaneiros podem ser realizados.

E o CAC não parou! De tempos em tempos recebe novos serviços, sempre sendo atualizado! O do momento foi a incorporação da recepção das Declarações de Trânsito Aduaneiro (DTA), que fizeram reduzir o tempo médio pela metade entre a definição de canal de conferência e a chegada ao destino!

O CAC foi e continua sendo uma possibilidade de mapear os processos de trabalho da casa, trazer maior integração entre os diversos setores, além de proporcionar a oportunidade de servidores de outras áreas trabalharem, mesmo que parcialmente, no atendimento, tendo uma visão geral das atividades exercidas pela Aduana santista.

Além das pessoas citadas, só temos a agradecer a todos os que, de alguma forma, contribuíram e ainda contribuem para o sucesso absoluto de o sonho do CAC aduaneiro santista ter virado realidade!

Obs.: As pessoas que tiveram seu nome citado autorizaram o uso.



Cruzando as barreiras da linguagem

Gabriela Andrade Oliveira

ATA - Assistente Técnico Administrativo - ARF/Barretos-SP

Em exercício na ARF/Barretos desde 17/08/2009. Chefe de equipe da ARF/Barretos desde 27/06/2013. Agente da ARF/Barretos-SP desde 22/03/2016.

Era um dia de trabalho qualquer. No coração o desejo de servir, que deveria ser comum a todos os servidores.

De repente, dois deficientes auditivos chegaram. Psicóloga de formação que sou, antes de trabalhar na Receita Federal havia trabalhado em associações para deficientes físicos. Havia aprendido algumas expressões em Libras, a Língua Brasileira de Sinais, além de ter aprendido o alfabeto em Libras naquelas cartelinhas que eram vendidas junto com doces nos sinais de trânsito.





Segue a conversa que tivemos em Libras:

Bom dia - eu disse.

- Bom dia - ele respondeu.

Entregou-me então um papel que continha uma lista de débitos de microempreendedor individual.

- Você gostaria de parcelar os débitos? - perguntei.

- Sim.

- Você pode esperar um minuto?

Enquanto passei para o estagiário do autoatendimento os dados para auxiliá-lo no parcelamento e pedi seu RG, mostrei a ele o aparelho do viável. Ele ficou encantado.

- Que maravilha! - ele disse.

Seus olhos se encheram de lágrimas.



- Obrigado - ele disse.

- Desculpe - respondi.

- Pelo que? - ele perguntou.

- Por não termos um mundo mais inclusivo pra você.

Mais uma vez os olhos dele se encheram de lágrimas.

- Eu nunca fui tão bem atendido na vida - ele disse.

- Obrigada - respondi.

Entreguei seu comprovante de parcelamento e o Darf para o recolhimento da primeira parcela.

Ele deixou a Receita Federal com um sorriso no rosto. E eu com a feliz sensação de ter feito um bom atendimento.



Emergência no CAC Tatuapé

Gilberto de Paula

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - Derat/Tatuapé-SP

Ingressou na RFB em 22/06/2002 na Derat/São Paulo-SP. Trabalhou na equipe de Parcelamento e CAC CNPJ, atualmente trabalha no CAC Tatuapé, onde atende contribuintes em diversos assuntos tais como: Certidão Negativa, Parcelamento, Cobrança, Dívida Ativa, etc.

Tivemos recentemente no CAC Tatuapé da Derat, São Paulo (SP), um caso interessante, uma emergência incomum. Compareceu no atendimento uma contribuinte grávida de nove meses. Ela veio sozinha, sem nenhum acompanhante. Podemos chamá-la aqui de Maria do Nascimento, assim preservamos seu nome verdadeiro, mas temos um nome fictício que tem muita relação com os fatos ocorridos.

O que seria tão urgente para vir à Receita Federal em momento que já teria que se preparar para o nascimento iminente do bebê? Pois justamente o assunto que ela veio tratar estava relacionado a pagamentos feitos com a intenção de receber o Salário Maternidade, um benefício da Previdência Social.

Na verdade D. Maria do Nascimento fez dois pagamentos como Micro Empreendedor Individual (MEI). Ela trabalhava em casa fazendo serviços de costuras, mas para receber o salário-maternidade deveria ter



contribuído no mínimo por 10 meses. Assim resolveu pedir a devolução do dinheiro pago, já que praticamente estava com os serviços parados por causa da gravidez e de outros problemas pessoais. Aí é que entra a Receita Federal na história, que é o órgão para o qual tem que se pedir a restituição.

Então ela começou a ser orientada e auxiliada pelo estagiário Daniel no setor de autoatendimento para pedir pelo programa Perd-Comp a restituição dos pagamentos, e foi quando começou a passar mal com fortes dores. Foi chamado o bombeiro e vieram também outros funcionários que procuravam ampará-la até o socorro chegar, mas a dor não passava, e ela já estava muito nervosa, repetindo: “Meu filho vai nascer, estou em trabalho de parto”. Também foi chamada a ambulância do SAMU, mas estava demorando muito a chegar.

Todos estavam preocupados: será que a criança iria nascer? Parecia iminente o nascimento sem os recursos médicos necessários. Até a Polícia Militar, que tem um posto perto do prédio da Receita, foi chamada, mas eles informaram que não poderiam atender essa ocorrência, pois não estavam com viatura disponível no momento.

Perguntada se alguém poderia vir ajudá-la, D. Maria do Nascimento mencionou apenas um irmão que estava trabalhando e não poderia vir. Não falou nada sobre o pai da criança ou outros parentes ou amigos que pudessem vir ajudá-la. Não se insistiu nesse assunto, mesmo porque tinha que ser feito algo urgente, visto que a dor forte continuava.

Nesse momento, praticamente todos os funcionários do atendimento estavam mobilizados para tentar ajudar de alguma forma. Foram até chamados colegas de outro andar para colaborar. Veio inclusive a Patrícia, uma funcionária que, por acaso, tinha estudado Enfermagem e tinha conhecimentos de primeiros socorros. Muita sorte ela estar ali naquele momento delicado.



O fato é que estávamos diante de uma emergência com a gestante deitada, se queixando de dores fortes e afirmando que a criança já iria nascer. D. Maria explicou que era o 4º filho dela, então se ela estava preocupada e tinha experiência de outros partos, todo mundo ficou alarmado, pois ela sabia o que estava dizendo. O jeito encontrado foi tentar levá-la imediatamente para a Maternidade. Ainda bem que tínhamos uma colega que se prontificou em levá-la em seu próprio carro, a Fabíola.

Assim tivemos, de improviso, formada uma verdadeira equipe de socorro à gestante. A Fabíola, que foi ela mesma dirigindo o carro; a Patrícia, que já estava amparando a gestante e era a pessoa mais próxima da área médica que tínhamos no CAC; e foi também o Alexandre, o subchefe e o único funcionário que estava calmo naquela situação, dizendo que tudo iria dar certo e que não precisaríamos ficar tão preocupados.

O pessoal do CAC ficou na expectativa, será que conseguiriam levá-la a tempo? A Maternidade receberia a gestante e faria o parto de emergência? Era uma situação complicada, mas que acontece. Sabemos de casos de bebês que nascem em táxis, viaturas de polícia, etc.

Passaram-se algumas horas e, aí então, para surpresa geral dos funcionários que ficaram na Receita, e achavam que o bebê tinha nascido, ou que a mãe tinha ficado internada sob intensos cuidados médicos, reaparece a D. Maria do Nascimento no setor de autoatendimento. Estava calma, tranquila, dizendo: “Está tudo bem, o bebê não vai nascer agora”, e queria continuar a fazer o seu pedido de restituição. O Daniel, que a estava auxiliando antes das dores, embora muito surpreso, se prontificou a ajudar e conseguiu concluir o serviço.

Depois, os funcionários da equipe que acompanhou D. Maria explicaram que durante o trajeto houve muita tensão com a possibilidade de o bebê nascer. Ela continuava a gritar: “Chegou a hora, meu filho vai nascer!”. Mas na Maternidade não deram nenhum medicamento para dor



e descartaram que ela estivesse em trabalho de parto. Constataram uma infecção urinária, mas também não a medicaram, só deram o remédio para ela começar a tomar em casa. Ocorre que nesse meio tempo as dores passaram, ela foi melhorando e foi liberada. Era, então, o mais recomendado que ela fosse descansar depois do susto e todo aquele estresse. O Alexandre até sugeriu chamar um carro pelo aplicativo para levá-la para casa, mas ela era persistente, já estava se sentindo bem e aproveitou a carona para voltar para Receita Federal e tentar concluir o serviço pendente.

Dessa forma, essa história que poderia ter sido de um nascimento nas dependências da Receita Federal, acabou sendo a história de uma breve interrupção do atendimento, a formação de uma equipe de socorro numa situação urgente e, pela persistência da contribuinte, o retorno e conclusão do serviço. Mas ainda bem que foi assim.



João da Receita

João Batista da Silva Machado
ATA - Assistente Técnico Administrativo - DRF/Boa Vista-RR

Ingressou na RFB no dia 19/06/2015 e atualmente atua na Saort da DRF-Boa Vista-Roraima.

João. João Batista. João da Receita. Assim sou conhecido e reconhecido pelos amigos, vizinhos, parentes e afins. Identidade funcional. Somos o que trabalhamos. Aqui é onde tenho meu bunker, trincheira e guarita. Onde me abrigo. Presto serviços para a Instituição e para os contribuintes. Sempre alguém me encontra e me pergunta algo sobre a Receita. Hora do lazer x 24 horas de dedicação total. Full time, como o pessoal dizia lá na redação daquele pequeno jornal onde trabalhei na cidade em que nasci.

Fico com saudades da redação, às vezes. O que mais me atraía era a liberdade de escrever o que o coração mandava. Saudosismo puro. E o bom do Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal é exatamente este: tenho a total liberdade para dizer o que penso. Sinceridade mesmo? Profissionalismo com gosto de divã. Relaxar, ouvir um gospel, tentar dormir e pronto! Lá pelas duas da manhã (existe este horário de manhã?)



acordar/dormir com o texto esboçado. Rascunho na cabeça. Assim fazia o João do Jornal. E o João da Receita, como se porta, como se comporta nesta excitante missão de escrever para um concurso literário?

Na escola, (o Joãozinho da Escola me recorda) chamávamos estes textos de composição. Redação. Se eu disser mais uma vez a palavra saudade, o texto estraga. “Olha pra frente, guri”! À minha frente, hoje vejo uma tela que vai se preenchendo com palavras que ganham vida. Palavras de alguém que ama a vida. Palavras do João. Do João da Receita.

Aqui na Receita Federal, na Delegacia, o dia começa maravilhoso. Um festival de otimismo a circular já no estacionamento, adentrando o pórtico, penetrando na sala e deixando um suave gosto de trabalho. Trabalho às vezes árduo. Às vezes cansativo. Mas a descarga de pessoas desejando um bom dia acumula-se e nos dá um gás total para trabalhar as benditas quatro horas antes do almoço. À tarde, o bom dia transforma-se em boa tarde (milagre do cotidiano) e tudo se repete sem ser repetitivo. O trabalho flui até o final do dia. Do dito e bendito bom dia.

O João da Receita olha todos os dias pelas janelas lavadas minuciosamente pela competente equipe do pessoal da limpeza. Asseio é tudo. Limpeza no ar. Vidros que chegam a reluzir. Nosso prédio da Delegacia é um lugar ideal: limpo, claro, bem pintado. Realmente um monumento da engenharia. A famosa engenhosidade humana arquitetou tudo isso.

O pátio do prédio é um jardim edênico: um ou dois gatinhos passeando por eles. Celebrando a vida. O prazer de não serem incomodados. Os pássaros chilreiam cantos de bom dia, pensando talvez que estejam a dois parágrafos acima.

Passo pelo Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), onde vejo meus colegas sempre joviais e sorridentes preparando-se para atender os contribuintes da melhor maneira possível. Todos os colegas amáveis. Paciosos. Amigáveis.



O trabalho transcorre sem maiores problemas. Os sistemas eletrônicos sempre funcionando de maneira correta, raramente apresentando problemas. Bem-vindo ao século 21, ou XXI, como se escrevia até o século 20.

Assim, neste pequeno e despretensioso texto, procurei descrever em rápidas palavras o que é trabalhar em uma instituição tão respeitada. Conviver bem e trabalhar harmoniosamente, eis a receita. Que o diga o João da Receita.



Mega evento

Valmir Paulino Benício

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Poços de Caldas-MG

Ingressou em 1991. Escreveu artigos para diversas revistas e periódicos. Participou de todas as edições do Concurso História de Trabalho da RFB. Em 2013 seu texto «Unificação dos Fiscos», foi premiado como segundo melhor trabalho da 4ª Edição. Tem livros publicados e participou de inúmeras antologias literárias. Em 2014 foi homenageado pela Academia Paraisense de Cultura de São Sebastião do Paraíso pelas suas atividades na área de literatura.

Por que falar de uma determinada palestra, expediente corriqueiro e constante nos serviços de interação Fisco e contribuinte?

Bem, primeiramente cabe lembrar que as palestras informativas são muito importantes para disseminar serviços, normas, procedimentos e sanar dúvidas recorrentes. Com isto, além de promover a Educação Fiscal, ainda evitamos muitos atendimentos pontuais e desnecessários pela orientação, principalmente, dos profissionais da área contábil.

Mas a peculiaridade deste episódio se deve pelos seguintes motivos:

a) Era o ano de 2008. Os vários órgãos envolvidos nos procedimentos cadastrais não se conversavam. Muitos nem sequer se conheciam;

b) A instituição do Cadastro Sincronizado gerou uma série de dúvidas e desencontros procedimentais;



c) Alguns procedimentos estavam gerando várias incompatibilidades e trazendo inúmeros contribuintes e profissionais da área para a Receita;

d) A Receita estava passando por uma grande transformação com a unificação do Fisco fazendário com o previdenciário e novidades tecnológicas para o contribuinte.

Bem, era este o cenário. Foi o ensejo para que servidores da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas tentassem articular um grande evento reunindo representantes de cada um daqueles órgãos, expediente inédito na cidade, pelo menos nesta dimensão e envolvendo tantos órgãos.

A ideia era trazer um grande número de profissionais e interessados para ter o máximo de alcance na disseminação de informações.

Foi quando se teve a ideia de promover a palestra informativa que ficou conhecida como “Mega Evento”. Até hoje se fala do evento que foi precursor para que, na sequência, se promovesse vários outros encontros com essa finalidade.

Os representantes do Sindicato dos Contabilistas em Poços de Caldas da época adoraram a ideia e o nome sugerido e ajudaram na divulgação.

Lembro que na ocasião houve uma grande movimentação e comentários sobre a participação no Mega Evento. Realmente todos se referiam dessa maneira em relação à palestra. E criou-se uma grande expectativa sobre a sua realização.

Todos queriam saber quem seriam os palestrantes e os responsáveis de cada órgão que participariam.



E lembro também que muitos elogiaram a iniciativa e fizeram questão de parabenizar os organizadores.

O evento foi idealizado e articulado pela equipe de atendimento da DRF/Poços de Caldas em parceria com o Sindicato dos Contabilistas em Poços de Caldas e Região e ocorreu no dia 15/08/2008 com a participação dos seguintes servidores e seus respectivos órgãos:

- RECEITA FEDERAL
- JUNTA COMERCIAL
- Sefaz
- PGFN

O evento conseguiu reunir cerca de 200 profissionais da área contábil que reconheceram e elogiaram muito a iniciativa.

Entre outros aspectos positivos destacamos a demonstração que tais órgãos estavam engajados na melhoria do atendimento e do fluxo de informação ao contribuinte.

Destaca-se ainda que este encontro desencadeou uma sequência de outros diversos encontros e palestras, iniciando um programa continuado de eventos de caráter informativo, sobre os mais variados temas demandados pelos contribuintes. De qualquer forma, o evento ficou marcado por finalmente trazer todos os personagens inseridos no processo cadastral com a proposta de unificar e padronizar procedimentos e promover um contínuo canal de troca de informações.



Meus 50 anos de trabalho Servidor Público Federal

Hilda Praxedes Barreto
Técnica do Tesouro Nacional - Aposentada

Aposentada, ingressou em 04/11/1944, exerceu a função de chefe SAT-Serviço Assistência Técnica às Prefeituras em todo Estado do Ceará.

RESUMO: Trata-se de sua trajetória de trabalho na condição de Oficial Administrativo e Chefe do Serviço de Assistência Técnica, da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, antigo nome da Delegacia da Receita Federal. Atuou na formação dos escrevães e auxiliares de coletorias. Ressalta o valor dos colegas da profissão – a importância dos diversos órgãos na conjunção de esforços organizativos. Lembra fatos “sui generis” que vêm enriquecer o desempenho das novas gerações de funcionários/servidores públicos.

Minha história aprofissional e de vida começa aqui, 50/96 (cinquenta sobre noventa e seis). Dos noventa e seis anos de idade, cinquenta foram dedicados ao serviço público federal (seis meses nos Correios e Telégrafos), seguindo-se em um ano e seis meses na Rede de Viação Cearense (RVC), continuando no Ministério da Fazenda - Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, então dirigida por Alfredo Brasil Montenegro e secretariada por Dr. Francisco Irineu de Araújo Filho, expert em legislação.



Eu, tendo antes sido escriturário de qualquer ministério, continuei na condição de Oficial Administrativo, ambos os cargos, mediante concurso público de provas e títulos, elaborados pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp).

Então, tive a oportunidade de desenvolver o Projeto Convênio de Incentivo ao Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo (Ciata)(), cuja aplicação tive a audácia de fazer em filme elaborado por mim, em cuja apresentação contei com a parceria de Antônio Limério Bessa.

O referido filme levou o Ciata a 13 estados do Brasil: Acre, Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Brasília. Vale salientar que a implantação do Ciata se inicia com a elaboração do Código Tributário Municipal (CTM) , a cargo da Câmara de Vereadores, e pelo Levantamento Urbanístico sob a responsabilidade do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)) ou outro órgão específico.

Gostaria de enfatizar o valor atribuído ao Ciata pelos beneficiários do sistema – haja vista seu caráter organizativo-financeiro e urbanístico em âmbito municipal, na década de 1970.

Na década seguinte, de 1980, ocorreu o processo seletivo para vários cargos, dentre os quais, o de Técnico de Atividades Tributárias do Ministério da Fazenda, depois o de Técnico do Tesouro Nacional (TTN) , em seguida, o de Técnico da Receita Federal.

Participando do treinamento sobre a Reforma Administrativa (Decreto-Lei 200/67 e 900/69) e já habilitada como instrutora pelo Centro de Treinamento do Ministério da Fazenda (CetreMFa)(), apliquei essa disciplina de estudo a diferentes repartições. Os princípios fundamentais da Reforma Administrativa (RA) estudados foram esses: PCDDC (Planejamento – Coordenação – Descentralização – Delegação de Competência e Controle).



Sol Quente - Chuvas – Trovoadas e Malotes de Dinheiro

No âmbito da Reforma Administrativa, gostaria de registrar o seguinte fato: era de importância fundamental e ética a função de transferir para a rede bancária, por ser procedimento específico, o ato de receber e pagar, isto é, o recebimento de tributos e pagamento ao universo funcional federal. O Sr. Álvaro de Azevedo Sá, então tesoureiro da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, conduzia sob sol quente, chuvas e trovoadas, os malotes de dinheiro do Banco do Brasil, na Praça dos Correios, em Fortaleza, até a Delegacia Fiscal, na rua Senador Pompeu com Senador Alencar. Havia também o tesoureiro auxiliar, Carlos Estelita. Imagino, se esse fato estivesse acontecendo hoje, com os assaltantes “indormidos”.

Recordo, todavia, a bravura de que era possuidor o mesmo Carlos Estelita, comandando um caminhão cheio de cédulas velhas, levadas para Natal, para serem trocadas por dinheiro novo. A estrada percorrida era sem asfalto, sem calçamento, sem telefone, dispondo de hotéis precários para o repouso. Carlos Estelita era mencionado, nas aulas que eu ministrava, como exemplo de lealdade à sua missão, no cumprimento do dever profissional, envolvido de civilidade e honradez. Mas tudo se fazia para cumprir ordens, sabe lá como e em que condições objetivas de trabalho!

Condecoração: Medalha de Ouro

Na contemplação da medalha de ouro, por prestação de cinquenta anos de serviço público federal, fomos condecorados:

- Audízio Mosca de Carvalho
- Antônio Auto da Cruz Oliveira
- Edmar Urano de Carvalho



- Albino de Oliveira
- Hilda Praxedes Barreto

A decisão do alto escalão de condecorar, longe de provocar sentimento de vaidade, publicizou o valor da dedicação e do necessário serviço público prestado a uma sociedade que reconhecia nos seus servidores o exemplo de quem queria de fato o que havia de melhor sob o ponto de vista técnico e funcional para o bem-estar da sociedade brasileira, com protagonismo reconhecido na pessoa do cidadão e da cidadã. Nós, condecorados, sentimos a felicidade consequente da coroação de cinquenta anos de trabalho dedicado, sério, ético.

Contemporâneos de relevante significado

Na alteração da estrutura do Ministério da Fazenda, quando foram criadas as delegacias regionais e seccionais do Imposto de Renda, o Delegado Regional do Ceará, Dr. Carlos Barbosa, designou-me Delegada Seccional do Imposto de Renda em Iguatu. Depois foi transferida para Crato, funcionando hoje em Juazeiro do Norte.

Gostaria de enfatizar a criação do CetreMFa (Centro de Treinamento do Ministério da Fazenda), mais adiante denominado ESAF (Escola de Administração Fazendária), que contou com livros pertinentes à temática desenvolvida, dos autores Maria Nívea de Pinho Vieira e Francisco Artunani Martins. Algo de extraordinário ocorreu à época: os dois autores colocaram seus livros à disposição da Receita Federal, para serem vendidos com a finalidade de ajudar na aquisição do prédio onde funciona o atual CetreMFa.

Outro destaque que gostaria de mencionar é a atuação de Everardo de Pinho Vieira, então Agente Fiscal de Tributos Federais, exercendo no momento atual o cargo de Agente Tributário: ele se destacou



como presidente da Assefaz, hoje Fundação Assefaz, inclusive batalhou para conseguir o terreno para a construção da conhecida Colônia de Férias Assefaz, de usufruto nacional de ativos e inativos do Ministério da Fazenda.

Unificação das repartições do ministério da fazenda em fortaleza, situadas na rua antonio augusto/aldeota

1. Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional
2. Delegacia Regional do Imposto de Renda
3. Procuradoria da Fazenda Nacional
4. Delegacia do Patrimônio da União
5. Alfândega/Fortaleza
6. Contadoria Seccional

Exerceram chefias sem impedirem outros ocupantes: Hildo de Pinho Pessoa e João Bosco de Arruda Furtado, este desempenhando atividades ligadas ao CetreMFa, em Fortaleza, e também em Brasília.

Maria Ambrosina de Oliveira Estelita, no desempenho de chefia até aposentar-se em 1986 - Prestou serviço à Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, a partir do mês de fevereiro de 1987, até os dias atuais. Ainda dedica parte do seu tempo à Igreja da Paz, promovendo a venda de café, logo depois da missa dominical, para 70 pessoas, aproximadamente. Detalhe: além de vários senhores católicos, ela e um grupo de mulheres, usando avental, servem o café, e com isso, conseguem arrecadar diversas contribuições para a manutenção dos serviços da igreja.

Vale destacar o papel do Sr. Audízio Mosca de Carvalho, coletor federal, servindo como inspetor de coletoria, depois como técnico de arrecadação - Superintendente da Receita Federal por vários anos.



No exercício da sua função, ocupou o antigo prédio da Alfândega de Fortaleza, com dependências cheias de papéis velhos inservíveis. Teve a iniciativa de desocupar e higienizar essas dependências, transformando-as seguidamente em salas de aula. Liberou, por uma hora de folga, os funcionários que quisessem estudar para concurso, o que fez também com os servidores que exerciam magistério na repartição. Ele prosseguiu no desempenho da função de Superintendente até atingir a aposentadoria compulsória com setenta 70 anos de serviço público.

Dada a sua experiência e dedicação responsável, logo foi convidado para assumir o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, onde permaneceu até o mês de maio de 1994, data do seu falecimento.

Aposentei-me aos setenta anos de idade

Finalmente, ao atingir o limite de idade (70 anos), tendo que deixar o serviço público federal, ingressei numa atividade de cunho filantrópico em 5 de maio de 1990, assistindo pessoas necessitadas da terceira idade com a entrega mensal de cesta básica, contemplando mais de cem famílias carentes. Integra as atividades de ação social a visita domiciliar que faço para assegurar o contato pessoal e humano. Complementa esse trabalho a promoção de festas pelo Dia das Mães, Dia do Ancião e Natal de idosos e de crianças. Tudo em agradecimento e louvor a Deus.



Minha primeira visita à Brasília

Maria Clotilde dos Santos Tenório e Silva
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - SRRF04

Ingressou na RFB em 04/01/1993, na Dipol/SRRF04. Entre 1996 e 2005, trabalhou nas ARFs de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes. Em 02/05/2007, retornou à SRRF04 para trabalhar na Divisão de Gestão de Pessoas, onde permanece até hoje. Durante esse período, exerceu os encargos de Chefe do Setor de Orientação e Fiscalização da ARF/Cabo, chefe substituta da ARF/Jaboatão, Assistente da SRRF04, Chefe de Equipe e Chefe Substituta da Digep da SRRF04. Participou do Grupo de trabalho que implantou a Gestão por Competência na RFB.

Em 20 de novembro de 1998, a Secretaria da Receita Federal (SRF), criada através do Decreto nº 63.659, de 20 de novembro de 1968, completou 30 anos. Uma das atividades promovidas para a celebração de aniversário foi o lançamento de um concurso interno para escolha da logotipo e da frase alusiva ao evento. Nessa época eu trabalhava na Agência de Receita Federal no Cabo de Santo Agostinho (PE) e morava no município limítrofe de Jaboatão dos Guararapes. Ao tomar conhecimento, desejei participar, e de imediato rascunhei frases e desenhos no verso do papel onde imprimir o comunicado, mas não gostei das primeiras frases que me vieram à mente.

Certo dia, durante o caminho de casa para o trabalho, que levava cerca de uma hora e meia, veio-me à ideia a seguinte frase: “SRF 30 ANOS: A RECEITA DO BRASIL”. Gostei e decidi que seria essa.



Imaginei vários desenhos para a logotipo, mas o uso de ferramentas tecnológicas para design não é, até hoje, uma de minhas habilidades. Tudo o que consegui montar, depois de muitas tentativas, foi o mapa do Brasil na cor verde, com o símbolo da SRF no centro, utilizando para isso dois desenhos prontos, sobrepostos, e, mesmo não estando satisfeita com o resultado, enviei essa sugestão, tão simples quanto a frase.

Confesso que mandei sem muitas expectativas, mas a minha frase foi a escolhida e, ao saber, fiquei como quem sonha, não por ter ganho o concurso, mas por ter conseguido expressar o sentimento da casa, que também era o meu, numa frase tão singela, mas cheia de significados. Soube depois que a escolha foi feita pela Comissão durante uma reunião em Brasília e que minha frase chegou de última hora.

O logotipo escolhido foi elaborado por Walter Amadeu da Silva, que atualmente trabalha na Equipe de Repressão Aduaneira da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maringá (PR), e Márcia Palma de Azevedo, que continua trabalhando no Órgão Central, na Coordenação-Geral de Atendimento. Através da Portaria SRF nº 1.722, foi instituído seu uso nos materiais de divulgação interna e externa da SRF, até 31 de dezembro de 1998.

O prêmio conferido ao ganhador do concurso era assistir à cerimônia de aniversário do órgão, no auditório do Ministério da Fazenda, na Capital Federal.

E lá fui eu para Brasília, pela primeira vez, de ônibus!

Alguns colegas, dentre eles a Superintendente da 4ª Região Fiscal à época, Ivete Malaquias Pessoa Monteiro, até que tentaram me convencer a entrar num avião, mas eu estava irredutível: iria de ônibus, ou não iria. Aqui cabe fazer um esclarecimento: meu medo de avião não foi gratuito, morei um período na ilha de Fernando de Noronha, viajei nos mais variados tipos



de aeronaves da Força Aérea Brasileira e passei por alguns momentos terríveis dentro delas, além de perder alguns conhecidos em acidentes - mas isso já é outra história.

Ao chegar na rodoviária de Brasília fui recebida por uma colega que me levou direto ao Ministério da Fazenda em seu carro particular, pois estava em cima da hora da cerimônia, que foi transmitida por teleconferência pela Radiobrás e teve como mestre de cerimônias o apresentador da Rede Globo de Televisão, Alexandre Garcia. Chegando ao evento, disseram-me que eu iria compor a mesa, representando os servidores da casa, pois o servidor mais antigo, o Auditor-Fiscal Noé Winkler, lotado na Superintendência da 7ª Região Fiscal, que ocuparia esse assento, não poderia participar. Até aí, tudo bem - inclusive porque eu desconhecia o quão ilustre ele era, a ponto de, ainda em vida, ter seu nome estampado na mais alta comenda da instituição, outorgada aos servidores que se destacaram no desempenho de suas atividades, que é a “Medalha de Mérito Funcional Auditor-Fiscal Noé Winkler” -, mas quando me disseram que eu falaria também, entrei em pânico. Os cerimonialistas, observando minha aflição, informaram que se eu não quisesse não precisaria falar, então eu concordei em me sentar à mesa, desde que retirassem o microfone que ficaria à minha frente. E assim foi feito.

Depois da cerimônia no auditório fomos até a entrada do edifício-sede do Ministério da Fazenda para o descerramento da placa comemorativa, com os dizeres: “Homenagem aos servidores da Receita Federal, que, com dedicação e competência, tornaram o órgão exemplo de respeito ao contribuinte e ao interesse público. Brasília, 20 de novembro de 1998, PEDRO MALAN, Ministro da Fazenda”. O então Secretário Everardo Maciel me convidou para, juntos, descerrarmos a placa. Confesso que essa foi a minha parte preferida do evento, e, sempre que vou à Brasília - de avião, agora -, e tenho oportunidade, visito esse lugar.



No percurso para o descerramento da placa um colega me perguntou por que escrevi a palavra “receita” com letras maiúsculas e qual era o significado dessa palavra na frase, se era fonte de renda ou solução. Tímida, eu dei um sorriso. Ele mesmo respondeu à pergunta e eu acenei positivamente. Hoje, quase 19 anos depois, resolvi contar.

Quando pensei nessa frase, a palavra “receita” teve múltiplos significados para mim, além de compor o nome do órgão: receita - fonte de renda, pois a arrecadação de impostos contribui para financiar o desenvolvimento do país; receita - culinária, por possuir os ingredientes elementares para ser um órgão de sucesso, em especial o seu corpo funcional; receita - fórmula, por representar um modelo para a administração pública brasileira e internacional; e, de uma forma especial, a expressão “do Brasil”, que denota a sensação de pertencimento e pelo fato de ser fonte de orgulho para seus integrantes. Como eu, que sou tímida e de poucas palavras, poderia ter explicado todos esses aspectos ao colega?

Conheci e convivi com pessoas ímpares e tive oportunidade de presenciar momentos inesquecíveis durante os 31 anos de trabalho no Ministério da Fazenda, mas esse é muito especial porque, todos os anos, quando comemoramos o aniversário da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), relembro da primeira vez que visitei Brasília.

¹ A partir de 2007, com o advento da Lei n° 11.457, de 16 de março de 2007, a Secretaria da Receita Federal (SRF) passa a denominar-se Secretaria da Receita Federal do Brasil, acolhendo atribuições e servidores da extinta Secretaria de Receita Previdenciária, e, por esse motivo, recebeu dos veículos de comunicação a alcunha de Super Receita.



Minha vida na Previdência Social

Theodorico da Silveira Gomes

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Aposentado

Agente da Previdência Social até 1992, aposentado em 2002 na atividade de Fiscal da Previdência Social.

*(...) "é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde"
Henri Bergson*

Pouca gente aqui conhece, mas o verdadeiro nome dele é Theodorico da Silveira Gomes, nascido itapevense, no bairro da Amarela Velha, em outubro de 1932, onde a família se escondeu em plena revolução. De origem simples, filho de Lázara Olívia de Souza e Oscar da Silveira Gomes, tem ao todo cinco irmãos e o mesmo nome de um tio homenageado. Com os pais aprendeu valores que lhe são caros e que sempre procurou praticar: sinceridade, honestidade e sem dúvida, persistência. Veio para a cidade com cinco anos de idade e cursou o primário na escola Acácio Piedade. Após concluir o colegial no sistema madureza, cursou o Colégio Comercial em Itapeva.

Iniciou cedo sua vida de trabalho: dos nove anos - após concluir o primário - aos 12 anos de idade, trabalhou como cobrador de ônibus da linha de Itapeva-Itaberá, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, época em que pela falta de gasolina, os ônibus (conhecidos como "jardineiras")

BOSI, Eclea. Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

eram movidos a carvão (gasogênio). Depois foi trabalhar nas Casas Pernambucanas como varredor, onde permaneceu até 1953, quando entrou para a Cia. De Cimento Portland Maringá, trabalhando no setor de pessoal e, posteriormente, como chefe de patrimônio, onde permaneceu até 1964.

Paralelamente, desde 1953, foi contratado como correspondente do então Instituto de Aposentadoria das Pensões dos Comerciários (IAPC - CL 237), onde recebia contribuições dos comerciários para o Instituto, bem como pagava aposentados, pensionistas, auxílios natalidade, doença e funerário, acidentes de trabalho. Cumpria, assim, determinação da agência de Itapetininga, localidade que mantinha contratos para os municípios de Itapeva, Itaberá e Ribeirão Branco - quando teve a oportunidade de conhecer e manter contato com muitas pessoas e histórias. Em 1966, com a unificação dos IAPs, ele tornou-se representante do novo Instituto até a criação da agência da Previdência Social, em Itapeva, em 02 de fevereiro de 1970.

Criada a agência de Previdência Social em Itapeva, foi admitido como agente administrativo e, logo depois, agente da Previdência Social no município. Em 1979 cursou a Faculdade de Administração de Empresas em Itapetininga, e pôde prestar o concurso público para Fiscal da Previdência Social (depois de muito estudo junto com Benedito Joel). Ambos foram aprovados e assumiram o cargo. Todavia, mesmo como fiscal, permaneceu na função de agente em Itapeva até 1992, quando foi extinto este cargo e ele passou exercer o cargo de Fiscal da Previdência, vinculado à Região Fiscal de Itapetininga e posteriormente, Sorocaba. Em 2002 aposentou-se com 50 anos de serviço, na função de Fiscal da Previdência (hoje fiscal da Receita Federal do Brasil) alguns meses antes de completar 70 anos de idade.

Data deste período a história aqui apresentada como registro de memória - um caso pitoresco - destas atividades. Desde 1953, como



correspondente do IAPC, quando ele recolhia tributos e emitia os respectivos recibos para vários comerciantes, incluindo o proprietário do conhecido ponto comercial itapevense “Alencar e Cia.Ltda”. Muitos anos adiante, em 2001, este mesmo contribuinte requereu sua aposentadoria, apresentando inclusive os recibos de contribuição mais antigos referentes ao IAPC. A funcionária que recebeu esta solicitação e documentos desconhecia os recibos referentes ao IAPC e, como era de praxe, enviou-os ao Fiscal da Previdência Social de plantão para verificar sua autenticidade. Coincidentemente, este fiscal era o mesmo Theodorico que os havia emitido muitos anos atrás (1962). E que assim, comprovou sua origem e autenticidade, dando um despacho favorável ao solicitante, o que com certeza favoreceu o andamento e conclusão do processo. Se, para alguns, os registros e processos são instrumentos meramente burocráticos na vida das pessoas que deles dependem, um olhar atento e humanizado de quem os emite pode facilitar e agilizar muito a concessão de um benefício. Sem registros, não há possibilidades de reconstrução histórica e a memória – seja de uma pessoa, família, instituição ou nação - fica truncada e, portanto, incompleta.

De seu casamento com dona Terezinha de Moura Rodrigues Gomes, de 1954 a 1995, quando ela faleceu, tem três filhas casadas: Luciana, Rogéria e Valéria; e quatro lindos netos: Fabiana, Pedro, Renata e Giuliana. “A ela e à minha sogra Pedra de Moura Camargo devo muito da minha trajetória de vida, por ter sido incentivado a estudar, vindo a ser aprovado em tantos concursos públicos”, relata.

Viajar é um dos seus passatempos prediletos e já conhece muita coisa deste vasto mundo. Também conhecido por suas caminhadas diárias em longos trechos da cidade, diz: “Parece incrível mas não gosto de caminhar. Caminho 7 km todos os dias porque me faz bem”. Esse libiano de olhos azuis com brilho e cabelos brancos, movimentos ágeis e fala metódica, é sempre solícito em ajudar as pessoas que o procuram. Amigos, tem muitos e agradece a Deus por eles.



Outra peculiaridade deste cidadão que todo mundo aqui admira e conhece como “Pitico” é o seu acompanhamento semanal das sessões legislativas da Câmara Municipal de Itapeva.

“Acompanho a Câmara Municipal desde uns 40 anos. Nunca fui filiado a nenhum partido e não foi por falta convite. Já fui convidado para me candidatar até a prefeito, mas não é o meu desejo”. Por ter sido um ouvinte atento do que acontece ali – por tantos anos – ele tem um conhecimento precioso.

“Vou à Câmara porque gosto de saber o que se passa no dia a dia dos políticos principalmente aqui em Itapeva. Assim tiro as minhas próprias conclusões. Quase todos me consideram como sendo o 11º vereador. Tenho um excelente relacionamento com todos os vereadores desta legislatura, bem como com os outros, das legislaturas passadas”.

Como excelente e raro exemplo de cidadania, ele foi agraciado em 2006 com a Comenda Antonio Furquim Pedroso da Ordem e do Mérito de Itapeva por relevantes serviços prestados à comunidade, e como bom entendedor das leis, esclarece: “As pessoas homenageadas nascidas aqui recebem a Comenda e as de fora, o título de Cidadão Itapevense”.

E nesta vida intensa, de tantas memórias, como nos lembra a professora Marilena Chauí: “(...) fica o que significa”.



Não existe nada tão ruim que não possa ficar pior

Odilon de Mello Filho

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Ponta Grossa-PR

Exercendo atividade na Sacat, tendo passagens pela Saort, Safis, Saana. Chefe da Secoca/Divarr. Ingressou na RFB em 29/02/1980.

Já passei por inúmeras situações ligadas aos trabalhos da Receita Federal, porém, como o fato ocorrido é inédito, cabe aqui o registro ao sabor do hilário.

Eu, com outro colega da Delegacia da Receita Federal em Ponta Grossa, fui convocado para o trabalho de destruição de mercadorias, mais propriamente, de cigarros oriundos do tráfico irregular.

Dessa forma, depois do cumprimento dos preparativos iniciais, lembrei que deveria fazer a reserva do hotel para a estadia que se estenderia por dois dias consecutivos na cidade de Foz do Iguaçu. A princípio não consegui êxito na iniciativa. Identicamente, o meu companheiro de viagem também não conseguiu. Não obstante a situação, o responsável pelo nosso deslocamento nos tranquilizou dizendo que não estava ocorrendo nenhuma operação de impacto da Receita Federal



naquela cidade, assim, a probabilidade de encontrarmos vagas nos hotéis eram grandes. - Sigam tranquilos! - exclamou o nosso colega coordenador.

Depois de oito horas ininterruptas de viagem, somente com uma breve parada para o almoço, chegamos, esgotados, ao nosso destino. Após deixarmos o caminhão na DRF em Foz do Iguaçu para a destruição das mercadorias no dia seguinte, fomos então procurar um local para o nosso descanso. Nos hotéis que costumeiramente ficávamos não tinha nenhuma vaga à disposição. Sucessivamente, todos os demais ao serem consultados, ouvíamos a mesma resposta: “não há vagas”.—

- E agora, onde dormiremos? - perguntávamos incrédulos.

- Na camionete da Receita - sugeri.

Mas não seria viável, afinal o frio da noite prometia ser cruel, pois a temperatura despencou beirando os quatro graus negativos.

Já desanimado falei ao colega de viagem:

- Só resta uma alternativa. É um hotel em que às vezes eu ficava, onde, da última vez que lá estive fui obrigado a sair, pois, no silêncio da noite, barulhos estranhos ouvi provindo do andar suave de baratas e do chiado de ratos roedores.

O meu companheiro bradou:

- Jamais! Eu não vou ficar nessa espelunca!

- Tudo bem, mas eu vou ficar lá - respondi.

Indignado, o meu colega concordou em, pelo menos, dar uma olhada no referido local. Lá chegando, de cara avistei que a placa com os dizeres do estabelecimento haviam mudado, de hotel para pousada. Bom sinal não era! Questionando o recepcionista, ele nos falou que também não tinha vaga, entretanto, só existia um quarto, que normalmente não era



alugado, haja vista ser o mais precário de todos. “Meu Deus, se é o pior, como será?”, pensei cá comigo. Mas, sem alternativa, cansados e com frio, tivemos que acolher a indicação feita pelo hospedeiro: “é pegar ou largar, porquanto já tem outras pessoas querendo a vaga”.

Olhando as dependências do quarto, o qual possuía ar condicionado, chuveiro e um aparelho de televisão, meu colega, já conformedo falou:

- Parece que não é tão ruim assim!

Enfim, resolvido o problema da estadia, fomos nos alimentar para, posteriormente, descansarmos para as atividades do dia seguinte. Acomodados em nossas respectivas camas, aguardávamos apreensivos o sono chegar. Como estava muito frio, resolvemos ligar o ar condicionado, mas o ar quente não funcionou.

- Porra, com esse frio, só tem ar gelado - esbravejou o meu colega de infortúnio.

Desligado o aparelho, pois só fazia barulho, um vento gelado se fez sentir.

- Da onde esse vento? - nos questionamos.

Para nossa agonia, bem no centro do quarto, um enorme buraco no forro nos espreitava, parecendo dizer “surpresa!”.

Com todo esse desconforto, quando pensávamos que, pelo menos, iríamos cochilar, eis que vozes estridentes começaram a serem ouvidas. No quarto ao lado, dois indivíduos insistiam em um bate papo sem tréguas para os nossos ouvidos. Que noite!

Mas enfim o dia amanheceu. Argumentamos então:

- Pelo menos vamos tomar um café quente para enfrentarmos o dia de trabalho.



Café quente até tinha, porém, justamente naquele dia, o padeiro não compareceu. O desjejum foi “café com café”.

Graças a Deus o trabalho transcorreu a contento. A nossa preocupação voltava-se para o período noturno, quando tínhamos ter que passar novamente pelas angústias da noite anterior.

Logo no retorno do serviço, ao abrimos o quarto do hotel, uma fetidez se fez sentir, característico de esgoto, parecendo ferir as células do nosso sistema respiratório. Enojados e embravecidos, novamente questionamos o gerente do estabelecimento, agora sobre o mau cheiro que pairava no ar. Sem pestanejar o nosso interlocutor respondeu:

- É porque o quarto ficou fechado o dia inteiro, é só dar uma ventiladinha que o cheiro desaparece.

Sem mais o que falar, e extenuados, só nos coube absorver os odores repugnantes sentidos; nada vimos ou ouvimos; o silêncio natural da noite nos envolveu por completo em um sono pesado e reparador, digno de Hipnos (deus do sono na mitologia grega).

Ultrapassada a segunda noite de nossa estadia em Foz de Iguaçu, e cumprido o trabalho do qual fomos imbuídos, iniciamos o retorno à nossa cidade. Durante a viagem fizemos um retrospecto dos fatos ocorridos e perguntávamos:

- Afinal e as baratas e os ratos?

Por incrível que pareça, os personagens que me fizeram trocar de hotel no início dessa narrativa, não sei se pelo frio intenso ou por algum modo fortuito, não apareceram. Mediante tudo que passamos, até que a presença de tão ilustres figuras não seria de malgrado. Coitadinhos. Que mal eles fariam?! Com gargalhadas lembramos daquele dito popular: “*Não existe nada tão ruim, que não possa ficar pior*”!



O CPF do Presidente

Ney Carline Limonge

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil- DRF1/Rio de Janeiro-RJ

Ingressou na RFB em 1993. Formado em Engenharia Elétrica (1987), Psicologia (2006). Trabalhou no Porto do Rio Grande-RS; Aeroporto Viracopos-SP; e DRF-Rio de Janeiro-RJ.

Em 1996 transferi-me para o local no qual me encontro até o momento, que é o Rio de Janeiro.

Aqui chegando, advindo da Aduana, de um porto e, posteriormente, de um aeroporto, o delegado alocou-me no grupo de Lançamento Manual, que era responsável pela análise de declarações de renda entregues com atraso, e análises das declarações de saída definitiva e final de espólio. Estas duas últimas possuíam legislação própria e específica e, pelo menos aqui no Rio, havia a obrigatoriedade de entregar em formulários de papel.

Não diria que este trabalho burocrático de análise das declarações fosse algo excitante. Ainda mais depois de chegar da zona primária, onde realizava pitorescas visitas aduaneiras ou desembaraçava mercadorias das mais diversas, além de lidar com pessoas diferentes todos os dias. Mas não vi neste fato qualquer impedimento para descobrir coisas positivas enquanto trabalhava.



Pouco depois de começar a trabalhar, meu chefe foi transferido para uma Central de Atendimento ao Contribuinte (CAC) próximo à sua residência. E mesmo sendo recém-chegado, devido ao desinteresse dos demais, acabei por ser nomeado chefe deste grupo.

Ao assumir, a equipe era formada por pessoas bastante idosas, simpáticas e praticamente todos, com exceção de mim, já poderiam estar aposentados. Dois membros estavam próximos da “expulsória”, ou seja, já tinham quase 70 anos de idade e mais de 45 de serviço.

Não saberia dizer o que os motivava a continuar trabalhando, pois percebi que fatores como baixa acuidade visual, ou mesmo um compreensivo “burnout”, prejudicavam suas produtividades. Entretanto, as experiências profissionais e de vida partilhadas em conversas com o grupo foram valiosas para importantes tomadas de decisão.

Eu me esforçava bastante para tentar atender aos diversos interessados. Costumava analisar diariamente dezenas de declarações de todos os tipos que chegavam ao grupo. Eventualmente nosso trabalho tinha alguma repercussão na mídia, pois por diversas vezes analisávamos declarações em atraso de jovens jogadores de futebol que iam tentar a sorte na Europa.

No início de suas carreiras, não costumavam ser bem assessorados na área tributária, fazendo com que regularizassem com atraso suas situações fiscais. Dessa forma estas declarações ficavam para ser revistas por meu grupo. Mas lá também aconteciam outras situações bem mais interessantes no meu ponto de vista.

Ao verificar as Saídas Definitivas, era comum ter em mãos declarações de colegas que fizeram faculdade de engenharia comigo. Estudei na UERJ entre 1983 e 1987 e, em 1997, dez anos depois de formado, muitos ex-colegas de turma transformaram-se em jovens



executivos de grandes empresas multinacionais. Ao serem transferidos para o exterior, faziam suas declarações de saída definitiva que, por diversas vezes, cabia a mim a análise.

Nessas ocasiões me lembro de reparar a diferença salarial existente entre meus proventos e o desses executivos, e ficava imaginando como eu estaria se seguisse a iniciativa privada. Às vezes me impressionava esta diferença, mas confesso jamais ter sentido inveja de nenhum deles, pois me encontrava absolutamente satisfeito e feliz com minha posição e vida que levava até então.

Ao passar por minhas mãos, eu olhava aquelas declarações de saída definitiva do país e enxergava muito mais do que um papel apenas. Cada uma delas representava uma pessoa em busca de uma vida melhor em outro país, em outra cultura. É preciso muita coragem para abandonar sua terra e se aventurar num novo mundo, talvez até sem fluência no idioma local.

Eu costumava comparar a saída definitiva com uma cerimônia de casamento. Todos contentes e esperançosos por dias felizes. Ninguém imaginava que algo de errado pudesse ocorrer. Tudo era só alegria, e eu, sinceramente, sempre torcia para que tudo corresse bem.

Mas uma outra tarefa daquele grupo, a análise da declaração final de espólio, era algo diametralmente oposto à de saída definitiva. Pois enquanto na saída definitiva havia a esperança de dias melhores, na declaração final de espólio só haveria esta esperança se a pessoa fosse muito crente e religiosa.

Todas as declarações de espólio da cidade do Rio de Janeiro, especificamente da região centro-sul, passavam por minhas mãos. Portanto era comum me deparar com a declaração de pessoas famosas. Por diversas ocasiões eu tomei ciência da morte de algum conhecido, ou mesmo amigo, quando pegava sua própria declaração de espólio. Às vezes



era chocante, outras vezes tocante e outras vezes apenas pensava: “esse soube viver bem”.

Um caso especial de que me lembro bem foi o de uma professora de Geometria Descritiva que tive enquanto cursava engenharia na UERJ. Era uma declaração de espólio em nome de Léa Bustamante, que me deu aula em 1983. Ela me surpreendia por sua vitalidade, apesar de ser uma senhora bastante idosa para os padrões acadêmicos. Ela aparentava ter bem mais do que 80 anos e chegava ao campus dirigindo seu próprio automóvel.

Geometria Descritiva não era uma matéria fácil, e a professora Léa utilizava como bibliografia, os dois livros escritos pelo “papa” do assunto, que era um tal de Príncipe Júnior, muito conhecido em todo o país no universo da Geometria. A própria professora foi aluna deste autor, e sempre que podia, tecia-lhe emotivos elogios.

E naquele momento em que sua declaração de espólio passava em minhas mãos, essa breve história retornou à minha mente. Contei um pouco de sua vida aos que estavam presentes na sala. Depois dei rápida olhada em sua declaração que confirmou minhas suspeitas: solteira, vida frugal e dedicada ao trabalho e que faleceu com quase 100 anos de idade.

Uma coisa eu posso dizer: não era nada agradável saber da morte de alguém desta forma, ainda mais porque era impossível ficar alheio e não pensar na finitude da vida na Terra, em seu objetivo, ou qual o seu sentido. A morte, além de tabu, sempre foi uma questão filosófica que é um mistério ainda nos dias de hoje. Vivia este dilema a cada declaração que passava em minhas mãos.

Mas um dia, uma delas no meio de tantas outras, oriunda do CAC-Ipanema, me chamou a atenção. Estava no nome de Ernesto Geisel. Mesmo os poderosos morrem, pensei. Não sei se foi em 1996 ou 1997 quando chegou até mim, mas separei sua documentação das demais, guardando-a cuidadosamente em minha gaveta.



Talvez por ter estudado em colégio militar, como o próprio Geisel, e ter cruzado com ele em solenidades de quartel - eu como aluno e ele como presidente do país -, deixei para analisar aquela sua declaração com mais carinho. Não era seu admirador, mas para mim, desde que chegou, sua documentação parecia “radioativa”, ficava sempre a brilhar mais do que as outras até porque aquela específica, estava impecável. Muito bem escrita e com todos os documentos obrigatórios em perfeitas condições, sendo que seu CPF foi o que mais me chamou a atenção.

Este seu cartão estava absolutamente reto, sem nenhum amassado, e com uma bela assinatura. Aquilo me despertou tanto a atenção que separei tal documento da própria declaração e guardei pessoalmente em minha gaveta.

O procedimento padrão daquele grupo de Lançamento Manual era, após análise das declarações, encaminhar tudo ao arquivo para posterior destruição. No entanto, não tive coragem de fazer com que aquele documento tivesse este mesmo fim. Por este motivo segurei-o por algum tempo comigo. Neste ínterim, perguntei a um amigo que havia trabalhado no mesmo local que eu, se ele já havia analisado a declaração de algum presidente anterior e o que havia feito.

- «Era do Médici. Eu mesmo fiz questão de pegar o tesourão e estraçalhar o CPF daquele ditador sanguinário».

Quando ouvi isso fiquei assustado e um pouco decepcionado com o colega, não pelas convicções políticas em si, mas por não discernir se aquele documento seria digno de se guardar para a posteridade, afinal, pertenceu a alguém que fez história, fosse boa ou ruim.

Depois disso não perguntei mais nada. Mas após alguns dias, telefonei para a filha única do próprio Geisel, que era a inventariante



responsável, e perguntei se poderia encaminhar o documento de seu pai para um museu. Foi um procedimento nada usual, e não sabia o que esperar.

Para minha sorte, sendo professora de História, ela ficou bastante feliz e sensibilizada com este telefonema, e eu fiquei aliviado. Procurei então o Museu da Fazenda, situado no prédio do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro, e contatei os responsáveis para que eles formalizassem o procedimento para que tal CPF se juntasse ao acervo. Todas as providências então foram tomadas e, em ato solene, com muitas homenagens, o CPF do ex-presidente ficou em exposição permanente naquele museu, no início com algum destaque.

Até hoje trabalho no prédio, mas faz anos que não vou até o museu, e também não sei que fim levou o CPF do Geisel. Pode ser que ainda esteja lá. Achei apenas que fiz minha parte e fiquei satisfeito por isso.

Nunca esqueci que entre as homenagens e agradecimentos a todos que possibilitaram que aquele documento ficasse em exposição no museu, meu nome não passou nem perto de ser mencionado. Mas fiquei feliz por ter sido o ilustre anônimo que tornou concreta aquela exposição. E pensando bem, nos dias atuais de intolerância e de obscurantismo intelectual, até que é uma boa coisa que eu continue invisível nesta história.



Onde estão os processos de débitos previdenciários?

Honorino José Gonçalves
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil- DRF/Joinville-SC

Auditor-Fiscal desde junho de 1995, oriundo da extinta Secretaria da Receita Previdenciária; de 2007 a 2011, exerceu a função de Assistente da DRF; de 2011 a 2014, exerceu a função de chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário-Sacat. Atualmente, ocupa o cargo de Delegado da DRF em Joinville/SC. Participou dos trabalhos da Equipe Nacional de Cobrança (Gfip x GPS). Possui Pós-Graduação em Direito Tributário e em Engenharia Civil com ênfase em Tecnologia da Construção Civil.

Com o advento da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, a Secretaria da Receita Federal (SRF) passou a denominar-se Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), conhecida na mídia como “Super Receita”, haja vista que houve o alargamento de competências com a inclusão do planejamento, da execução, do acompanhamento e da avaliação das atividades relativas à tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições sociais previstas no art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e das contribuições instituídas a título de substituição, extinguindo-se a Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) do Ministério da Previdência Social (MPS).

Em decorrência desse alargamento de competências, referida lei determinou a redistribuição de servidores que, na data de sua publicação, encontravam-se em efetivo exercício na SRP ou nas unidades técnicas e



administrativas a ela vinculadas, além da transformação em cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, os cargos efetivos, ocupados e vagos do Auditor-Fiscal da Receita Federal da Carreira da Receita Federal e do Auditor-Fiscal da Previdência Social da Carreira Auditoria Fiscal da Previdência Social.

Além das pessoas, foram transferidos os sistemas utilizados na arrecadação, cobrança e fiscalização da Previdência Social, cuja gestão tecnológica era da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), trazendo diferenças significativas em relação aos sistemas utilizados pela extinta SRF, cuja gestão era do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Exercia a função de assistente da Delegacia em Joinville, quando o delegado, recém-nomeado e empossado em 2011, apresentou-me um desafio: escolher o exercício da função de chefe da Seção de Orientação e Análise Tributária (Saort), setor responsável, dentre outras, pelas atividades relativas à restituição, compensação, ressarcimento, reembolso, análise de incentivos, imunidades e isenções; ou de chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário (Sacat), com atividades relativas de controle, arrecadação e cobrança, de um modo geral. Tendo em vista que possuía uma maior familiaridade na área de arrecadação e cobrança, escolhi a chefia da Sacat.

Foi proposto outro desafio pelo titular da unidade de Joinville: localizar centenas de processos previdenciários cujos débitos estavam no sistema de cobrança previdenciária, no âmbito administrativo e da Procuradoria da Fazenda Nacional.

Nos sistemas previdenciários não constava o número do sistema de Comunicação e Protocolo (Comprot) utilizado para o protocolo e registro das tramitações de processos no âmbito do Ministério da Fazenda. No INSS utilizava-se o Sistema de Gestão de Controle e Acompanhamento do Protocolo (SIPPS). Apesar de terem os mesmos dezessete dígitos e o



mesmo formato XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX, uma Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) lavrada na época da SRP, por exemplo, era cadastrado com o “Debcad”, no formato, 3X.XXX.XXX (série 30 milhões), e assim era controlado no sistema de cobrança previdenciária da Dataprev. O número emitido pelo SIPPS era utilizado no protocolo das impugnações, recursos, requerimentos, dentre outros documentos. Ou seja, em um mesmo processo, controlado pelo Debcad, poderiam existir inúmeros números de protocolos, diferentemente do Comprot, que utilizava somente um protocolo e os documentos eram anexados ao processo, sem receberem outros números.

Na apresentação do delegado sobre o desafio, ele o atenuou, dizendo, em outras palavras, que os débitos fazendários eram controlados no Sief e havia um chefe de equipe de arrecadação e cobrança da Sacat com a expertise em todos os sistemas fazendários, o que me deixou mais tranquilo.

Assumi a chefia da Sacat em 15 de julho de 2011 e, no dia 15 de setembro, dois meses após o exercício dessa função, o nosso colega, chefe da equipe, que me daria todo o apoio necessário em relação ao sistema fazendário (Sief), faleceu. Além da tristeza causada pela perda de um grande amigo e companheiro zeloso e dedicado, perdi a pessoa que me ajudaria no desafio. Em decorrência desse fato, acumulei dois desafios: encontrar os processos dos débitos previdenciários e aprender tudo sobre os sistemas fazendários, haja vista que a maioria dos colegas da seção não tinha a experiência do falecido. É claro que havia um desafio maior, que era administrar a seção.

Com a cabeça erguida e sabedor desse grande empreendimento, busquei chefiar a seção com equilíbrio, estudos, além de buscar meios para localização desses processos previdenciários “perdidos”. Não foi fácil, porque o sistema de protocolo da Previdência era diferente do Comprot e os débitos previdenciários eram controlados pelo Debcad, número próprio



de cadastro de débitos previdenciários, conforme mencionei anteriormente, e não pelo CNPJ, tampouco por número de processo.

Quando exercia a função de assistente da Delegacia, alertei a todos os servidores que o cadastramento no Comprot, dos processos de débitos oriundos da Previdência, deveria ter a observação do documento de origem o número do Debcad, para facilitar a identificação e eventuais buscas. Infelizmente, muitos não entenderam a importância desse detalhe e aumentou o meu sacrifício na procura desses processos a partir de 2011. O meu receio era a prescrição dos créditos constituídos, o que provocaria a apuração de responsabilidades funcionais.

Foi um trabalho de formiguinha, mas que deu certo! Primeiro, houve a digitalização de todos os processos físicos na seção e inseridos no e-processo, para acompanhamento virtual, observando-se as orientações da informação do Debcad em documentos de origem e alguma observação anotada. A busca foi intensa e muitas vezes braçal, mas contei com ajuda de valorosos servidores da Sacat!

Houve uma época em que trabalhei mais de doze horas por dia para dar conta do recado, mas valeu a pena!

Os colegas da seção, reconhecendo o meu esforço, homenagearam-me, por ocasião da comemoração do meu aniversário em 2012, presenteando-me com um quadro em que eu tomava café, com os seguintes dizeres: “ELEITO POR UNANIMIDADE O CHEFE DO SÉCULO – Trabalhando arduamente 8 horas por dia você poderá se tornar um chefe e trabalhar 12 horas por dia”. Obviamente, era um reconhecimento pelo meu esforço, mas essa situação deveria ser transitória e não permanente.

Tenho outras histórias de trabalho para contar, mas deixo para a próxima edição.



Pacaraima - BV8

Hélio Sandro Pereira dos Santos
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - SRRF05/

Ingressou na RFB em 15/05/2001, no cargo de ATRFB e foi aprovado no concurso em 2003 para AFRFB, assumiu a chefia de EFA, EDA, EVA. Atualmente está lotado na Diana da 5ª RF onde desempenha as funções de parecerista e consultor em comércio exterior.

Em 2004 participei da operação de repressão aduaneira nos pontos de fronteira da região norte do país e fui designado para ficar um mês na Base Cristal em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela.

A Base Cristal está situada a 2 km do ponto de fronteira onde se localiza a Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Pacaraima. A cidade de Pacaraima também é conhecida como BV8 – Brasil – Venezuela marco 8, demarcação de linha de fronteira.

Chefiei uma equipe de 15 servidores que ficaram hospedados numa das residências da Polícia Rodoviária Federal, já que Pacaraima não possuía pousadas ou hotéis àquela época. Na verdade, na cidade não havia posto dos Correios e nem agência bancária. Quando precisávamos de dinheiro, para pagar as despesas do dia a dia, viajávamos até Boa Vista, *distante 220 Km.*



Os primeiros dias da operação transcorreram normalmente sem incidentes. Fiscalizávamos as bagagens dos viajantes e controlávamos as mercadorias transportadas pelos veículos que cruzavam a fronteira, visando coibir o descaminho de combustível, cujo valor, muito barato na Venezuela, estimulava a prática do ilícito. Aliás, pode-se dizer que toda a economia da cidade circulava em torno do descaminho de combustível que era revendido na capital do estado, Boa Vista.

Durante o período em que estivemos lá, diversas autoridades tentaram dar uma “carteirada” para passar com mercadoria sem declarar, especialmente deputados estaduais, oficiais do Exército e até o cônsul do Brasil na Venezuela. Todos eram tratados com urbanidade e o rigor da lei.

Pacaraima fica dentro da reserva indígena Raposa Terra do Sol e até mesmo os indígenas participavam das quadrilhas de “contrabandistas” de combustível. Os tanques de combustível dos veículos eram alterados de forma a transportar maior quantidade de combustível e, não raro, simples acidentes de trânsito se transformavam em graves acidentes devido aos veículos se incendiarem.

Com o passar dos dias, percebemos que nossa operação de fiscalização estava incomodando muitas pessoas na cidade. Começamos a estender nossa atividade de fiscalização para além da Base Cristal, realizando blitz nas estradas vicinais, muito utilizadas pelos “contrabandistas”, e na BR que liga Pacaraima a Boa Vista. Assim, começamos a sufocar a ação dos “contrabandistas” de combustível. Isto, contudo, desagradou aqueles que participavam do esquema de contrabando. Um dia, quando eu retornava de uma visita à IRF Pacaraima para a Base Cristal, um veículo tentou abalroar o veículo da Receita Federal que transportava minha equipe.

Naquele fim de tarde, não entendemos o motivo daquela tentativa de provocar um incidente com a equipe de fiscalização da RFB,



contudo, quando a noite caiu a equipe da Polícia Rodoviária Federal nos alertou que havia uma movimentação na cidade de Pacaraima visando expulsar a Receita Federal e os policiais militares e da PRF da Base Cristal.

Conforme previsto, por volta das 22h uma “carreata” com mais de 200 veículos desceu a rodovia que liga a cidade de Pacaraima à Base Cristal transportando pessoas envolvidas com o “contrabando” de combustível e outras mercadorias. Para evitar um confronto, e possivelmente morte de pessoas, a equipe da Receita Federal e a escolta de policiais militares e rodoviários federais decidiram abandonar a Base Cristal e rumaram em direção a Boa Vista.

Após partirmos para a capital do estado, os contrabandistas destruíram a Base Cristal e somente três dias após o incidente, a equipe da Receita Federal junto com um batalhão do Exército e apoio das polícias militar e rodoviária federal retornou à Base Cristal. Quando retornamos, a destruição de equipamentos e da edificação era assombrosa. Foi necessário improvisar novas instalações para cumprirmos o período de fiscalização a que fomos incumbidos. Assim, mais uma semana transcorreu e finalizamos o período de fiscalização, retornando às nossas sedes com a sensação do dever cumprido.



Reunião de emergência

Carlos Henrique Soares Mulatinho
ATA - Assistente Técnico Administrativo

Atendimento CAC na DRFURA, ingressou em 12/03/2015.

Nem sempre é necessário que incidentes (ou acidentes) aconteçam para que a gente perceba certa coisa. Não há nada que se aproxime do que significa a luz do sol, não aquela que torra o juízo de quem mora em Uruguaiana, mas a que se apresenta como a luz duma verdade básica e simples: pessoas, gente humana. Conhecê-las, cumprimentá-las; se importar com elas... Sim, nessa história estou falando sobre o fogo, seu calor, sua fumaça, e sua capacidade de queimar.

Exatamente quando completei um mês de trabalho na Delegacia da Receita Federal de Uruguaiana, um incêndio aconteceu na sala do servidor. Interessante falar em servidor, pois é bem provável que você que está lendo esse texto seja um. Mas estou falando de servidor de informática, que fica localizado embaixo da escada da nossa Delegacia, dentro do banheiro masculino, no piso térreo. Um curto-circuito fez o nobreak explodir. A Receita pegou fogo, literalmente.



Estava atendendo um contador, de nome Roberto, que acabara de sentar-se, e me mostrar o alvará, o Habite-se, uma regularização de obra de pessoa física. Calma - um mês de trabalho e já estava fazendo obra? Não, mal sabia usar o VIA, suas abas e telas para regularizar um CPF, quanto mais orientar alguém em ter uma CND para averbar o imóvel no cartório. Claro que em menos de um minuto minha colega Márcia sentaria comigo e, pela enésima vez, iria explicar tudo e acessar o Diso Java, ARR, Aguia, e Siscol. BAH! (Risos). Eu, que sou nordestino, pernambucano, do Recife, da praia de Boa Viagem, aquela dos ataques de tubarão, já falo e escrevo “bah”! Acho uma interjeição bem legal daqui do Rio Grande do Sul.

Não faço ideia de como fazer a onomatopeia de um pipoco, uma explosão, mas tente imaginar. Solange, nossa porteira e ex-rainha campeã de escola de samba, correu para o banheiro e resgatou seu Júlio, o eletricista. Levantei-me correndo e fui lá ver o que acontecia: era fogo, fumaça branca, fedor de queimado... Não lembro quem usou o extintor, mas foi rápido para apagar. Muita fumaça continuou a sair, desta vez preta, mas neste ponto todos os funcionários do térreo e os contribuintes estavam na rua. Depois, e sob mais risco, desceram os do segundo e terceiro pisos. Incêndio é algo bem sensível para os gaúchos, desde a tragédia na cidade de Santa Maria, quase no centro do estado.

De repente, depois de trinta dias, vi todos os funcionários, em torno de 80 pessoas, no que parecia uma reunião de emergência no meio da rua. Nunca imaginei que tanta gente trabalhasse ali. Na hora do susto, parecia muito mais gente. E é claro que chegou a vizinhança - o pessoal da Marinha, curiosos, bombeiros, cachorros... Quando a fumaça cessou, entramos aos poucos para recolher nossos objetos pessoais. E fui almoçar na casa da tia da Bruna, uma amiga de Recife que tem família em Uruguaiana. Se Recife é um ovo de galinha, a grande maior menor cidade do mundo, Uruguaiana é grande como o ovo de uma codorna. O Brasil seria um ovo de avestruz? O rio Uruguai a casca deste ovo? A Ponte Internacional



um apêndice presa (ou preso) ao rio? Pela primeira vez provei polenta e até hoje não gosto, sou nordestino, e do milho gosto do cuscuz. Se é pra agradar o povo do sul, gosto dele com charque! E lá também tem charque, e o pernambucano é tão bairrista quanto o rio-grandense, só que sem os CTGs.

Desde então, nunca mais conseguimos reunir todo o pessoal da Delegacia, como no dia do incêndio. E até hoje não conheço muita gente que trabalha lá, uns só de nome, outros só pela fisionomia, outros pela voz na tirada de uma dúvida pelo telefone, outros apenas pelo Notes e Sametime. Como pode, né? Em 12 de março de 2018, acaba meu estágio probatório. Três anos passaram rápido, alguns meses lentamente. E não terei a oportunidade, tempo ou interesse de conhecer 80 pessoas, colegas de trabalho, gente que me ajuda e faz as outras etapas do trabalho iniciado por mim aqui no CAC. E pensar que numa única manhã de sexta-feira, geralmente último dia útil do mês, derradeiro dia para pagar o Darf sem multa, atendemos cerca de 100 pessoas.

A distância não é física, ela é sentimental. Reunir é só uma junção, mas poderia melhorar tanta coisa no trabalho e na vida. Aperfeiçoar conhecimentos, procedimentos, protocolos e processos. A gente não pode ser só um número do Siape, ou um carimbo rubricado no papel.



Foto 1
Placa da linha do trem ao lado da DRF-URA,
tirada em 03 de março de 2015



Foto 2
Projeção do logo na porta da DRF-URA,
tirada em 05 de março de 2015,
período em que o sol permite esta fotografia



Separados pelo destino - unidos pelo cadastro

Valmir Paulino Benício

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Poços de Caldas-MG

Ingressou em 1991. Escreveu artigos para diversas revistas e periódicos. Participou de todas as edições do Concurso História de Trabalho da RFB. Em 2013 seu texto «Unificação dos Fiscos», foi premiado como segundo melhor trabalho da 4ª Edição. Tem livros publicados e participou de inúmeras antologias literárias.. Em 2014 foi homenageado pela Academia Paraisense de Cultura de São Sebastião do Paraíso pelas suas atividades na área de literatura.

Em 2016 ocorreu um fato inusitado na agência de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais.

Recebemos um processo administrativo com o intuito de instruir e subsidiar a análise do alegado pelo interessado. No caso, tratava de processo de pedido de acerto de dados cadastrais de CPFs que estariam indevidamente vinculados. Um deles estava como Ponta de Cadeia e outro cancelado por multiplicidade. O requerimento foi efetuado por um senhor, nascido em Chapada do Norte (MG), em 12 de julho de 1972. A irregularidade foi descoberta pelo solicitante no momento em que requereu o seguro-desemprego e foi informado que já fora concedido um benefício de aposentadoria em seu nome. Verificamos que os endereços dos CPFs vinculados tinham datas de nascimento e endereços diferentes. Mas o que chamava atenção era que tinham o mesmo nome de mãe. Para levantar elementos para a análise intimamos o outro usuário para que se



manifestasse sobre o problema, que no caso morava em Itamogi, cidade de nossa jurisdição.

Conversando com o contribuinte intimado acabamos sabendo que não era a primeira vez que era questionado sobre este problema cadastral.

Confirmou que realmente teria solicitado sua aposentadoria com um dos CPFs vinculados.

Foi então que pensamos em perguntar se ele não teria um irmão, uma vez que o nome da mãe era coincidente. Ele disse que sim, mas seria só por parte de mãe. Mas o que intrigava era o outro usuário ter exatamente o mesmo nome. Ele então disse que apesar de não o conhecê-lo sabia que sua mãe deu o mesmo nome ao irmão.

Foi então que deduzimos que se tratava de caso de homônimos envolvendo dois irmãos. Caso bem inusitado não é?

Bem, providenciamos a desvinculação e os dois irmãos, separados pelo destino e unidos pelo cadastro, nunca mais tiveram problemas cadastrais. Pelo menos não envolvendo os dois.



Uma miora, uma piora

José Carlos Correia

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Belo Horizonte-MG

Ingressou na RFB em novembro de 1995, indo trabalhar na extinta agência de Nanuque-MG, onde foi chefe até o fechamento, ocorrido no final de 2000. De lá foi para a agência em Teófilo Otoni-MG. Nesta unidade foi chefe substituto desde que chegou e com a fusão, chefiou o setor de arrecadação que fora criado na ocasião. Nesta agência ficou até janeiro de 2016. Atualmente está no atendimento CAC/DRF/BHE/MG.

Tempos atrás, eu trabalhava na agência da Receita Federal em Teófilo Otoni, no nordeste de Minas Gerais. A agência tem um grande volume de atendimento, devido principalmente ao tamanho da jurisdição, que compreende 41 municípios, todos localizados nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Essa região é considerada uma das mais pobres do estado. À exceção de Teófilo Otoni, cidade polo com mais de 150 mil habitantes, as demais cidades são pequenas. O vale do Jequitinhonha é bem seco, e em algumas áreas apresenta uma vegetação ressequida, constituída de arbustos secos e finos, uma quase caatinga, que denominam de “carrasco”. Já o Mucuri é um pouco mais chuvoso, e por lá existem frigoríficos de carne bovina e destilarias de álcool. Mesmo diante das adversidades do clima, a produção agropecuária assume grande importância na sustentação das famílias, sendo marcante o número de pequenos produtores nesses vales. Além da produção agropecuária, destaca-se também a produção de pedras preciosas, ocorrendo todo ano a



feira internacional dessas pedras em Teófilo Otoni. Nessa época, além do atendimento, eu trabalhava com a cobrança do crédito tributário, envolvendo os processos de cobrança, os parcelamentos e as impugnações.

Bem, certa vez recebemos uma correspondência de um pequeno produtor rural e por se tratar de débitos para com a Receita Federal, ela foi repassada a mim. No fim da tarde, após o atendimento, comecei a ler aquela carta e logo percebi que teria que a ler com cuidado, atentando bem à escrita, pois vi que tratava-se de alguém de “pouca leitura”, que é como dizem por lá, das pessoas com pouca escolaridade.

Em sua correspondência, o agricultor informava ser morador de uma região seca do vale do Jequitinhonha e que o gerente do Banco do Brasil havia lhe prometido um Pronaf, que é uma linha de crédito com juros subsidiados e com prazos longos para pagamento, destinada à agricultura familiar. Ele, que queria comprar umas vaquinhas, “pra mode miorar a renda”, fazer uma capineira de cana, “pra recursar o gado na seca”, além de um poço para “aumentar a aguada dos animais”, interessou-se de imediato. Segundo as informações do gerente, para habilitar-se ao empréstimo, o agricultor deveria providenciar uma série de documentos, e dentre eles, a tal certidão negativa da Receita Federal.

Assim, de posse da lista de documentos, ele correu atrás de um contador para resolver aquela papelada toda.

Nessa época, os relatórios de emissão de certidão da Receita não faziam distinção de quem estava obrigado ou não a entregar a declaração do Imposto de Renda. No relatório apareciam os exercícios omissos, tanto o Imposto de Renda, quanto da declaração do ITR. Sendo assim, o contador fez a entrega das declarações omissas, regularizando a situação perante o Fisco e obtendo as certidões solicitadas.



Passado algum tempo e de posse de todos os documentos, o produtor retornou à agência bancária para obter o recurso pretendido. Para sua surpresa, o empréstimo lhe fora negado. O gerente alegou que ele tinha demorado em apresentar a documentação e todos os recursos disponibilizados para aquela agência já haviam sido empregados. Ele ficaria, dessa forma, para uma próxima oportunidade, numa outra etapa do programa. Como estava com a documentação em dia, ele figuraria numa lista de prioridades.

Desiludido e diante de uma situação climática adversa e sem os recursos financeiros para enfrentá-la, o contribuinte, surpreso, recebe em sua casa as notificações das multas pelo atraso na entrega das declarações do Imposto de Renda e do ITR. Então, após relatar sua vida difícil, solicita o perdão dos débitos. Encerra sua carta dizendo: “fui caçar uma miora, acabei achando uma piora”.

Em nossa resposta, repassamos a ele os procedimentos pertinentes que deveria tomar. E dele não tivemos mais notícias. Outros contribuintes, outros débitos e outros serviços ocuparam nossas atenções. É a força da rotina do atendimento. Mas sua frase ficou marcada entre nós da agência. Toda vez que tentávamos algo e não conseguíamos, repetíamos diante da frustração: “tentei uma miora, achei uma piora”.



Uma visão do «Atendimento Integrado RFB/PFN»

André Vieira Menke

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - Cogeia/Brasília-DF

Ingressou na RFB em novembro de 1984, desde então trabalhou na COPOL, ALF/Paranaguá, DRJ/Brasília, DRF/Brasília (onde foi chefe do CAC/Taguatinga por 5 anos), na Codac, e foi chefe da Dapre/Coate/Coaef e substituto do Coordenador da Coate e aposentou em abril/2019.

No final de outubro de 2009 fui chamado para participar de uma reunião no Gabinete da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Eu não fui informado qual era o assunto que iria ser tratado nesta reunião, porém, sabia que era afeto à área de atendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), onde eu trabalhava.

Ao chegar à reunião, estavam presentes representantes da RFB, da PGFN e da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (SE/MF). Em princípio achei estranho, pois não estava entendendo onde minha presença se encaixava naquele seleto grupo.

Não demorei muito para descobrir, pois o representante da SE/MF foi direto ao ponto. Por determinação do Sr. Secretário Executivo do MF, o atendimento da RFB deveria assumir todo o atendimento que era feito na PGFN.



Logicamente, tanto a RFB quanto a PGFN se manifestaram contrariamente à ideia. Argumentamos que eram dois órgãos distintos e com características e procedimentos diferentes. O representante da SE/MF ouviu todos os argumentos e se pronunciou da seguinte forma:

– É uma determinação e não uma opção.

Após essa fatídica reunião, começamos uma série de reuniões entre a PGFN e a RFB, para planejar como poderia ser feita essa integração do atendimento da PGFN com o atendimento da RFB.

Primeiramente, a PGFN montou um grupo de trabalho com quatro procuradores, que dariam apoio a esse trabalho. Alguns pontos ficaram claros logo de início: não havia um padrão de procedimentos para a execução dos serviços de atendimento da PGFN. Praticamente cada Unidade de Atendimento da PGFN executava os serviços como achava melhor, inclusive não havia um padrão para os documentos que os contribuintes deveriam apresentar.

Outro ponto interessante: a PGFN não sabia exatamente quais os tipos de atendimento que eram efetuados em suas unidades até então.

Para a PGFN a tarefa foi bem complicada, pois além de ter que fazer todo esse mapeamento, a RFB ainda explicou que a área de atendimento da RFB era uma porta de entrada para as solicitações dos contribuintes, mas que não era uma porta de comunicação para com estes. Ou seja, eles teriam que achar uma saída para se comunicar com os contribuintes, avisando-os quanto ao resultado de seus pleitos.

Em meados de dezembro de 2009, a PGFN apresentou o elenco dos serviços que seriam prestados no atendimento integrado da RFB/PGFN. Neste ponto, a RFB explicou que a PGFN deveria determinar quais os documentos que os contribuintes deveriam entregar para cada tipo de serviço, e mais, deveriam explicar os procedimentos que as



Unidades de Atendimento da RFB deveriam seguir. Resumindo, deveriam escrever os procedimentos, para inclusão no SISCAC.

O SISCAC era algo totalmente desconhecido para os procuradores que estavam no grupo de trabalho e tivemos que explicar detalhadamente como este manual é importante para a rede de atendimento, inclusive como garantia e segurança dos serviços.

Como os servidores da PGFN não tinham acesso ao SISCAC, tivemos que traçar toda uma estratégia de troca de informações entre a PGFN e alguns integrantes do “Grupo SISCAC”. Dessa forma, a PGFN encaminhava os textos e os integrantes faziam a adaptação destes para o SISCAC, inclusive criticando passos, ou mesmo o modo como a PGFN havia explicado os procedimentos nos textos enviados.

Outros obstáculos foram surgindo nas reuniões. O primeiro era a diferença como os débitos eram cadastrados na PGFN (por local de inscrição, e não por contribuinte, como na RFB). Ou seja, o mesmo contribuinte podia ter débitos em várias seccionais da PGFN, e cada uma das inscrições eram tratadas de forma diferente em cada uma das seccionais. As jurisdições da RFB e da PGFN não são iguais, o que implicava em uma estratégia apurada para o encaminhamento dos pedidos recebidos nas Unidades de Atendimento da RFB, para a seccional correta da PGFN.

Além de todas essas questões ainda havia um problema a ser solucionado: as demandas encaminhadas à PGFN, por lei, devem ser analisadas em até 15 dias após o protocolo de recebimento na unidade de atendimento. Com o atendimento integrado, diferentemente do que ocorria até então, o contribuinte poderia dar entrada em uma Unidade de Atendimento da RFB que poderia estar a quilômetros de distância da seccional que analisaria este pedido. Naquela época, a documentação entre a RFB e a PGFN se dava por meio de malotes, que muitas vezes saiam



apenas uma vez por semana das agências. Podia levar até mais de duas semanas entre a entrega feita pelo contribuinte e sua chegada à mão do procurador que fazia a análise do pedido.

A PGFN se articulou de forma rápida para preencher todas as exigências que a RFB impunha, para fazer o atendimento de seus serviços. De forma que, em três meses, os serviços já estavam mapeados, o fluxo de cada processo traçado e as informações com os serviços da PGFN prontos para povoarem o SISCAC. Também, de forma muito ágil, a PGFN criou um novo sistema que atenderia esta mudança: o Sistema de Controle e Acompanhamento de Requerimentos (SICAR). Este, de forma muito transparente, já possibilitava aos demandadores de serviços da PGFN acompanharem pelo site da PGFN o andamento dos requerimentos que dessem entrada nas Unidades de Atendimento da RFB.

Neste ínterim, foi criado o “Projeto de Atendimento Integrado RFB/PGFN”, que era gerenciado pela Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal (COAEF), sob a orientação da Coordenação-Geral de Programação e Avaliação (Copav), por parte do escritório de projetos. Ocorreram reuniões semanais específicas para tratar deste projeto, sendo que, uma vez por mês havia uma reunião com a SE/MF, para apresentar os andamentos e encaminhamentos do que estava ocorrendo, reuniões estas feitas diretamente com o Sr. Secretario Executivo do MF.

Porém, como tudo ainda estava em construção, e não havia uma comunicação direta dos andamentos para as pontas, começaram a surgir boatos, tanto no atendimento da RFB quanto no atendimento da PGFN. Vale lembrar que isso ocorreu no ano seguinte ao aparecimento de problemas, que chegaram a ser chamados na imprensa como o “caos no atendimento” da Receita Federal.

As pessoas que trabalhavam no atendimento da RFB diziam: “Estamos com as Unidades entupidas de contribuintes querendo



atendimento, passando horas na fila de espera e o “pessoal” de Brasília ainda quer nos passar os serviços da PGFN para que façamos? Isso é um absurdo”.

Enquanto que na PGFN se ouvia: “A Receita está querendo mandar na PGNF, determinar o que fazemos? O que vai acontecer com as pessoas que trabalham no atendimento, serão transferidas para a Receita?”.

Após quatro meses de trabalho intenso, ficou definido que a implantação seria feita de forma gradual. Inicialmente, seriam implantadas em 10 unidades, que seriam os pilotos. Depois, seriam expandidas para as demais unidades, em três etapas: a primeira expansão ocorreria para todas as capitais que não estivessem selecionadas como piloto; a segunda expansão seria para todas as unidades onde houvesse seccionais da PGFN, e que não estivessem catalogadas nas fases anteriores; e por último, para todas as unidades de atendimento da RFB que ainda não estivessem efetuando o atendimento integrado.

Vejam que, após a implantação da segunda expansão, todas as unidades de atendimento da PGFN seriam fechadas, o que justificava a apreensão de muitos servidores.

Definidas as 10 unidades que seriam os “pilotos”, partimos para a definição da estratégia de convencimento. Teríamos que ir pessoalmente em cada uma dessas unidades, onde faríamos uma apresentação do “Projeto”, explicando o motivo pelo qual ele foi feito.

Chegamos a fazer três apresentações em uma semana, diferentemente da PGFN, que mandava um representante do grupo de trabalho para cada uma das reuniões. Eu fui o representante da RFB em todas as reuniões, e também era quem conduzia essas apresentações. Em uma dessas jornadas, eu saí de Brasília para Belo Horizonte na segunda pela manhã, em um voo que saía pouco depois das 6h, pois a reunião em Belo Horizonte estava marcada para ter início às 9h.



À tarde, peguei um voo para o Rio de Janeiro, onde aconteceria a apresentação no dia seguinte. A apresentação foi ótima, e pouco depois das 17h30 teria que me dirigir ao aeroporto do Galeão, onde pegaria um voo para Porto Alegre (lá participaria de uma reunião relativa à Aduana, com horário de início às 8h). Chovia muito, então peguei um táxi para o aeroporto Santos Dumond, onde eu pretendia pegar um ônibus para o Galeão.

Naquele dia choveu no Rio, como não chovia há muito tempo. Foram quase 3 horas para conseguir chegar no Galeão, e eu já estava preocupado, com medo de perder o avião. Felizmente, não houve esse problema, pois a chuva era tão intensa que nem mesmo os tripulantes estavam conseguindo chegar ao aeroporto. O voo saiu depois das 23h, e desembarquei em Porto Alegre pouco depois das 2h. Com check-in de hotel, desfazer malas e tudo o mais, consegui dormir por volta das 3h30, sendo que às 8h deveria estar na reunião para debater sobre a questão aduaneira (que eu também não sabia por que me chamaram, mas isso é uma outra história).

Logo de início, ficou claro que o ambiente dessas reuniões era extremamente hostil, seja por parte da Receita, ou da PGFN. Tinham a visão de que empurrávamos serviços para o atendimento da RFB, e retirávamos prerrogativas da PGFN.

Vou contar um caso específico de uma reunião, porém, não vou dizer qual e nem onde foi, para não causar qualquer constrangimento.

Um dia, como gerente do projeto, recebi um telefonema de uma das Divic (que sempre nos apoiaram neste trabalho), dizendo que estavam com problemas para a implantação do atendimento integrado em uma unidade sob sua responsabilidade. Havia uma resistência imensa do Procurador-Chefe da Unidade. Levei a questão à Coordenadora da Dívida Ativa, que chefiava todo este trabalho de integração na PGFN.



Ela me falou:

– Você sabe, isso é uma determinação do Secretário Executivo e temos que cumprir. Faça o melhor que você puder, que eu te darei todo o apoio possível. Caso você não consiga resolver o problema, trocarei o procurador que chefia a unidade.

Com essa incumbência, novamente peguei um avião para mais essa dura missão. Chegando lá, fomos para um auditório, onde havia umas 10 pessoas, sendo sete da Receita e três da PGFN, incluindo o Procurador-Chefe.

Minha apresentação, normalmente durava entre 45 minutos e uma hora, sendo o restante do tempo aberto a perguntas e questionamentos. Preparamos o datashow e iniciamos a apresentação. Falei durante 45 minutos e percebi que, durante toda a apresentação, os três participantes da PGFN passaram o tempo todo conversando entre eles, e praticamente nem olhavam para o que eu mostrava, muito menos tinham atenção para o que eu falava.

Ao terminar, quando apareceu o “fim” que eu tinha na apresentação, o Sr. Procurador-Chefe se levantou, olhou diretamente para mim e falou:

– Não vou implantar esse negócio aqui não.

Virou-se para a porta de saída, e começou a dirigir-se para lá.

Então respondi:

– Ok. Então, quando eu retornar a Brasília e for relatar ao Sr. Secretário Executivo do MF o andamento do projeto, poderei dizer que o senhor deliberadamente, irá descumprir uma determinação dele?

Imediatamente ele parou e se virou:

- Como assim? Que história é essa?



– Como o senhor deve ter ouvido na apresentação que acabei de fazer, eu não estou aqui como representante da RFB, mas sim como gerente do “Projeto de Atendimento Integrado RFB/PGFN”, que está sendo coordenado e acompanhado pela SE/MF, a quem tenho que me reportar, - eu disse.

Visivelmente contrariado e constrangido, ele voltou e me pediu para fazer a apresentação novamente.

Depois de mais uma hora e meia, saíamos com todas as definições necessárias para a implantação do projeto naquela unidade.

Foram mais de dois anos de trabalho para que o “Projeto de Atendimento Integrado RFB/PGFN” fosse implantado em todas as Unidades de Atendimento da RFB. Muitas reuniões tensas e muitas onde víamos o poder de colaboração existente entre os dois órgãos; pessoas dispostas a resistir e outras interessadas em colaborar, ajudar e resolver as questões.

Passados mais de sete anos da primeira reunião, hoje o atendimento integrado é uma realidade irreversível. Porém, ainda em permanente construção e colaboração entre a RFB e a PGFN, na busca em facilitar o encaminhamento das demandas dos contribuintes nos âmbitos das duas instituições.



Was willst du?

James Schimitt Vieira

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Blumenau-SC

Ingressou no Serviço Público Federal em 24/03/2004 na agência de Lajeado/RS. Em 17 de agosto de 2006, passou a estar lotado na Delegacia de Porto Alegre, estando em exercício primeiramente no Setec e, após, na Sapac. A partir de junho de 2017, passou a estar lotado no Secat, mas desenvolvendo atividades na Equipe de Ações Judiciais e Demandas (EAJUD), ligada ao gabinete do delegado.

Lajeado, município onde trabalhei em meus primeiros anos como servidor da Receita Federal, é uma cidade gaúcha de origem predominantemente alemã. Para que se tenha uma ideia do impacto da cultura germânica até hoje presente na região, muitos estabelecimentos comerciais, ao selecionarem vendedores, priorizam aqueles que falam o idioma alemão. Nos sindicatos e associações rurais, é normal nos sentirmos em outro país em virtude da profusão de conversas em alemão entre os produtores.

Em muitas dessas famílias de origem germânica, no entanto, os filhos, mesmo tendo sido criados ouvindo o alemão de seus pais, não valorizam esse conhecimento e, após atingirem a idade adulta, acabam perdendo a fluência aprendida na infância. Buscando evitar ou minimizar a perda dessa preciosa herança cultural, e ao mesmo tempo valorizá-la, há



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

diversas escolas que estão inserindo em seus currículos o ensino do alemão. Diante disso, algo que alegra os pais e avós que seguem falando alemão em suas casas e entre os velhos amigos, é encontrar, em estabelecimentos comerciais e em outras instituições, jovens que se comuniquem com eles nesse idioma.

Feitas essas considerações, vamos ao fato que busco compartilhar com os leitores. Por ser de origem alemã, sempre tive o desejo de aprender o alemão, e entendi que, pelo fato de estar trabalhando em uma região de origem alemã, precisava aproveitar essa oportunidade de aprendê-lo. Logo de início, comecei a praticar o idioma com diversas colegas que falavam fluentemente o alemão, aprendendo principalmente saudações e palavras essenciais para que se iniciasse uma conversa. Uma das expressões que aprendi de imediato foi “Was willst du?”, que significa “o que você deseja?”

Na região do Vale do Taquari, onde está Lajeado, o minifúndio predomina na zona rural, com produção de aves, suínos, gado leiteiro, entre outras culturas típicas da agricultura familiar. De uma forma geral, as propriedades são administradas pela própria família do proprietário, que trabalha arduamente para conseguir o máximo de rendimentos em sua produção.

Assim, embora seja o domingo dedicado à família, à igreja e a algumas atividades sociais, o grande fator que determina se o dia será um dia de trabalho ou não é o sol. Dependendo da cultura agropecuária explorada na propriedade, em dia de chuva não é possível realizar o trabalho. Então, esse é o dia de descanso ou de resolução de problemas na cidade. Em dias chuvosos, portanto, Lajeado passa a possuir uma população de agricultores acima do usual e, percebíamos isso na Receita Federal, onde o principal assunto pretendido pelos produtores rurais era o Imposto Territorial Rural (ITR).



Por falar em ITR, era um assunto muito fácil de ser entendido, mas relativamente complicado de ser resolvido. Isso porque, em virtude da enorme quantidade de minifúndios e das constantes transações de transmissão de propriedade, seja por compra e venda, por inventário ou por outras formas de investidura da posse, cada agricultor tinha uma história diferente, e uma pilha de documentos, com certidões do Registro de Imóveis, processos, contratos, etc., para comprovar sua titularidade no recolhimento do imposto ou para eximir-se dela. As situações eram de tal complexidade, que em alguns casos nem eles se entendiam. Muitos apenas sabiam que, naquele saquinho cheio de papeis que seria literalmente despejado em frente ao atendente da Receita Federal, estava a solução de seu problema.

Dessa forma, poucas pessoas gostavam de trabalhar com ITR. Por isso, logo que ingressei na agência, fui indicado para participar de um treinamento que ocorreria em Porto Alegre, sobre esse imposto. Fiquei muito contente e lisonjeado. Mal imaginava que, após meu retorno, seria oficialmente indicado como o atendente preferencial para esse assunto. Então, comecei a realizar os atendimentos, sendo apoiado pelos demais colegas, e gostei. Além de considerar o assunto interessante, apreciava a simplicidade daqueles agricultores que, com as mãos calejadas, pele enrugada e queimada pelo sol, compareciam àquela agência com a preocupação de estar “com tudo certinho diante do governo”.

Foi durante um desses atendimentos que a oportunidade de colocar em prática meu incipiente conhecimento do idioma alemão se apresentou. Num dia de chuva, um agricultor com idade avançada apresentou-se com o tradicional saquinho de documentos. Pelo seu aspecto, logo percebi que seu idioma doméstico era o alemão. Cheio de coragem e entusiasmo, “disparei”:



- Was willst du?

Os olhos do contribuinte brilharam. Abriu um largo sorriso e começou a jorrar sua fluência germânica...

Desta vez, foram meus olhos que alteraram o brilho, mas para baixo. Aliás, imagino que se arregalaram num misto de surpresa e desespero. Durante diversos minutos, o contribuinte, entusiástica e minuciosamente, explicou todo o seu problema em alemão. Eu não sabia o que fazer. Deveria confessar-lhe que não estava entendendo coisa alguma do que ele estava falando, fazendo com que se sentisse um bobo por ter durante tanto tempo explicado “para as paredes” sua situação? Chamaria um colega para traduzir? Ou diria para ele parar no meio da explicação e começar a explicar tudo em português?

Subitamente, a inspiração com a solução chegou. Foi quando olhei para o embrulho plástico repleto de papéis que ele segurava. De forma cortês, solicitei o pacote e despejei todo o seu conteúdo sobre a mesa. Após analisar todos os documentos, consegui chegar à definição da sua situação e solucioná-la.

Felizmente, o contribuinte saiu do atendimento satisfeito. Eu respirei aliviado. Mas, a partir daquele dia, nunca mais arrisquei manifestar o conhecimento de alemão que, com tanto esforço e entusiasmo, eu vinha adquirindo. Aquela frase, no entanto, nunca será esquecida: was willst du?



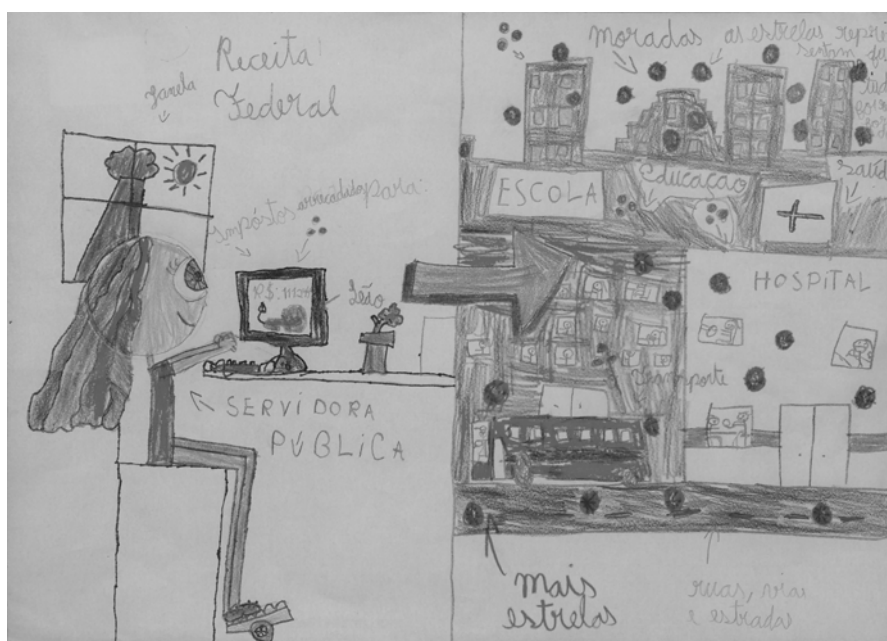
Poesias Premiadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

6º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB

4º Lugar



Autor: Nina de Mello Lima, 10 anos

Responsável: Vilmaria Fernandes de Mello - DRF/Juiz de Fora

Poesias Premiadas

Primeiro Lugar

Tudo a declarar

Anderson Leme Siqueira

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ALF/Guarulhos-SP

Desde 2001 desempenhando atividades em aeroportos internacionais, mas especificamente no controle de bagagem acompanhada de passageiros no serviço de Alfândega. Atualmente coordena Grupo de Análise de Risco e Inteligência na ALF/GRU, atuando como instrutor.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Tudo a declarar

- Bom dia, boa tarde, boa noite, minha Senhora!
- Me responda, por favor, de onde você vem agora?
- Diga lá, ó meu Senhor, mas quanta mala e sacola!
- Eu preciso, por favor, entender a sua estória...
No raio-X, a sua bagagem, que estranha essa imagem!
Escolheu “nada a declarar”, parece pura sacanagem...

- Seja bem-vindo, meu amigo, o que o senhor está trazendo?
- Eu não quero abrir a mala, e por isso vou dizendo,
“sabe com quem está falando?” Veja aqui minha carteira!
- Mais respeito, meu amigo, essa é a Aduana Brasileira!
- Me desculpe companheiro, todos aqui são viajantes,
são anônimos ou não, mas não menos importantes;
e agora, por favor, sem causar-lhe embaraço,
me explique porque traz dois relógios em cada braço?



Veja só quem nos visita, que tão bela passageira!

- Vocês estão me atrasando, não me conhecem? Sou estrela do cinema!

Assim como no cinema tem mocinho e tem bandido,
nesse caso, o dilema é o imposto devido;

- Reconheço seu trabalho, de verdade, é uma estrela,
mas agora, aqui, quem vale, é a estrela aduaneira!

- Ei, meu jovem, vem de onde? É de Miami ou é de Lima?

-“É de Lima”, ele responde, me olhando de baixo até em cima;
muito estranho, desconfio, e então veio aquela cisma:
será que vem ele mesmo da tal capital andina?

Alto lá, e essa etiqueta, tem mutreta aqui, eu sei:

o garoto na verdade vem lá dos “U.S.A.”

- E agora, meu amigo, diga logo, desenrole!

- Me desculpe, meu senhor, “de Lima” é meu sobrenome...

- Boa tarde, meu rapaz, só sutiãs na sua mala,
tem cinquenta, cem, duzentos, todos daquela famosa marca!

- É que minha mulher adora, “o segredo da Victória”,
presente de aniversário, eu não vendo, não tenho loja...

- Só me explica uma coisa, não consigo entender,
ela usa um dia “P”, no outro “M” e até “GG”?



Veja agora este senhor, já com uma certa idade,
coitadinho, de bengala, anda com dificuldade;
- Por que fui selecionado? Injustiça, desrespeito!
Mas já sabemos o motivo de estar tão rabugento,
- Eu só trago uma mochila, tão pequena, tão singela!
Trabalho de inteligência, “tire a meia”...e os diamantes na canela?

Um casal bem apessoado, parece até Lua-de-Mel,
mas tem algo de estranho, o cavalheiro não cumpre seu papel;
a moça carrega tudo, e o rapaz nada nas mãos,
caminha desconfiado, será desconforto do avião?
Roupa larga, que estranho, mais parece um pijamão!
- Por favor, senhor, se submeta ao detector de metal,
e bem logo, em seguida, à revista pessoal!
Agora sim, tá explicado, para que a verdade apareça,
“vestido” com telefones desde os pés até a cabeça!

Esse outro é bem estranho, e vem se dizendo atleta;
atenção ao nervosismo, Aduana sempre alerta!
- Sou Instrutor, paraquedista! ... Coisa igual nunca se viu:
a droga está no paraquedas, dessa vez você caiu...



Todo mundo aqui passa, toda hora a gente vê,
tem turista, jogador e aquele cara da TV,
tem estrela de cinema, cantor famoso e sua banda,
tem artista de verdade e artista da muamba...

Pois é isso, minha gente, muita gente, muita estória;
todo dia aprendendo, de plantão, hora após hora,
vida de aeroporto, só tem pressa, sem demora;
corre-corre, meu amigo, nem sei se está sol lá fora...

Sou a cara do Brasil, porta de entrada do país,
contribuir pra sociedade é o que me faz feliz!
Sou a defesa de fronteira, estou sempre preparado,
sou treinado, experiente, feito gato escaldado...
Hoje eu amo meu trabalho, não existe outro igual:
tenho orgulho desse time, sou a Receita Federal !



Segundo Lugar

A ouvidoria

Ney Roberto Nascimento Cohen
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - SRRF02

Em exercício na Divisão de Tributação, desenvolvendo atividades administrativas e com o encargo de Ouvidor da 2ª Região Fiscal. Ingressou na RFB em fevereiro de 1986, através de concurso público para o cargo de Técnico de Atividades Tributárias. Atuou nas áreas de logística, tecnologia e interação com o cidadão, tendo ministrado aulas nessas áreas em treinamentos e cursos de formação realizados pela Esaf-Pará.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

A ouvidoria

Na Receita há um setor
que se chama Ouvidoria,
regida pelo ouvidor
com bom senso e harmonia.

Sempre aberta ao cidadão
desejoso em opinar.
E é esta participação
que buscamos motivar.

Podem ser de cinco tipos
as mensagens enviadas.
Suas funções e seus ritos
estão abaixo explicadas:

Ao problema que o tortura
quer resposta o cidadão.
O CAC ele procura,
mas não encontra a solução.

A orientação neste caso?
Envie uma Reclamação!
Não pode é ficar calado
se lhe é parceira a razão.



Já atendeu a intimação,
tudo conforme a demanda.
Até promessa e oração
e seu processo não anda.

Já está sem paciência?
Faça a Solicitação!
A adoção de providência
não é mais que obrigação.

Se tiver conhecimento
de algo ilícito sendo feito,
prejuízo e aborrecimento
solapando seus direitos.

E agora, o que é que eu faço?
Relate como Denúncia!
Não deixe cair em descaso
nem dê margem à renúncia.

Um serviço que é feito
poderia ser melhorado
apenas mudando o jeito,
fazendo “assim ou assado”.



Tem uma ideia genial?
Nos envie uma Sugestão!
Não custa nada, afinal,
repensar nossa gestão.

E quando bem atendido
por eficaz servidor,
seu problema resolvido,
sem volta e sem dissabor.

Vai se fazer de rogado?
Todos gostam de Elogio!
É canto de ave, é trinado,
é melodioso assovio.

Agradecemos, por fim,
a sua participação.
Todos queremos ouvir
a sua manifestação.

Anote nosso contato,
pois temos um compromisso,
é obrigação do Estado
a excelência no serviço:

portal.ouvidoria.fazenda.gov.br



— |

| —

— |

| —

Terceiro Lugar

Santos 2016

Cléber Marcelo Fernandes Caetano

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Alfândega do Porto de Santos

Ingressou na Receita Federal em janeiro de 1993. Desempenhou atividades nas equipes de conferência aduaneira, trânsito aduaneiro, vigilância e no núcleo de repressão Nurep atlântico. Atualmente, chefe substituto da equipe de conferência de importação.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Santos 2016

Sendo eu aduaneiro, trago um conto bem ligeiro
Que o assombro tangencia;
Apartei pequenos versos, espremi de um jeito néscio,
Prá vestir essa poesia.
Não lhe rogo compromisso mas, se tem olhos, leia isso:

Deu-se o fato ora trazido no ano do nascimento
De Nosso Senhor Jesus Cristo, de dois mil e dezesseis
E hoje eu conto a vocês,
sem floreio e sem aumento,
Porque nunca antes foi visto nesse cais de pedra e cimento.

Café, açúcar e milho; tecidos, brinquedos e vinho
Guindastes à beira mar;
Falo do Porto de Santos, gigante portuário latino
Que ostenta todo seu brilho
Há mais de cento e vinte anos, com sol, com chuva ou luar.



De janeiro a janeiro,
Todo dia, o dia inteiro, tem navio chegando e partindo;
Tem mulher chorando e sorrindo
Tem carga e descarga de tudo, de longe, prá longe, em amarras
Mas nem tudo é permitido; é aí que o Leão mostra as garras.

Alguns traficantes tentaram fazer deste porto passagem
De drogas pro resto do globo;
As cargas então disfarçaram, decerto, enxergaram miragem,
Pensando que a gente era bobo!
Não deu, perderam a viagem; e a droga foi logo pro fogo.

Se perguntassem saberiam que a Aduana brasileira
Tem uma baita estrutura;
Tem escâneres e cães de faro,
Tem lanchas e tem viaturas; inteligência de primeira
E em suas diversas fileiras, servidores com muito preparo.

E foi assim que aconteceu:
A Receita Federal do Brasil plantou, semeou e colheu;
Investiu pra ser vanguarda; foram onze toneladas
De drogas apreendidas no Porto de Santos somente,
Nessa guerra que é permanente.



A despeito dessa labuta, neste ano já se avulta
Outro nobre resultado,
Porém, muito mais importante que botar traficante enlutado,
É pensar que esse nosso ofício - tome isso por pura verdade -
É do maior benefício, para toda a sociedade!

Nota do autor:

*Quem me lê, pode supor cabotinismo. Afinal, faço parte disso.
Só que não...*

No ano olímpico da Rio 2016, a hercúlea Alfândega do Porto de Santos (Divig e Nupei à frente) e, por extensão, a Receita Federal do Brasil, quebrou todos os recordes até então conhecidos de apreensão de entorpecentes.

Foram extraordinários 10.622,40 kg de cocaína retirados de circulação, que renderam diversos elogios e o reconhecimento das principais agências e órgãos mundiais que se ocupam do tema. Graças a isso, é acertado afirmar que, em 2016, o mundo respirou um pouco mais aliviado.



— |

| —

— |

| —

Menção Honrosa



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Cordel atendimento em agência

Rui Carlo de Moura
Datilógrafo - ARF/Itapipoca-CE

Foi chefe substituto desta ARF, de 1997 a 2006, ingressou na RFB em 1997, sendo redistribuído no Ministério da Saúde para o Ministério da Fazenda, uma vez que foi servidor do INAMPS até sua extinção(1991). Ultimamente exercia atividades de atendimento ao público, órgãos públicos e grandes empresas em especial parcelamentos em geral e atividades previdenciárias. Atualmente, por decisão administrativa, está sem atendimento ao público devido funções ao cargo não permitir tais ações.

Hoje quero lhes contar,
por isso peço atenção,
umas histórias marotas
que acontecem toda hora
em nossa repartição,
histórias boas de narrar.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Estava eu em meu guichê,
na ARF de Itapipoca,
quando me chega zangada,
nem um pouco recatada,
dona Augusta das Brotas
me falando seus querê.

Seu moço venha cá,
veja meu avexamento
tenho um parcelamento
que num consigo pagar.
Sô funcionária pública
igualzim vós mercê,
mas isso pra você vê
que eu não sou a única.

As prestação de vocês
vence no final do mês,
mas para meu desespero
só recebo dia primeiro.
Como posso pagar direito
se todo mês me vem juro
e multa e meu apuro
é que não tem outro jeito
de minhas contas saldar,
se a data não modificar.



Mas sem levantar a questão,
lhe disse com precisão,
minha senhora eu lamento
as coisas do parcelamento,
mas sou funcionário público também
pago meus impostos atrasado
porque o mês é findado
e o pagamento só chega além
do outro mês iniciado.
Sei que essas coisas são assim,
mas não me compete julgar
devo somente pagar,
pois a lei é pra ti e pra mim.

Chateada e insatisfeita
saiu fazendo careta,
mas não estou aqui desta feita
para a lei julgar
mas obedecer sem reclamar.

Chamei outra senha e me veio
um senhor barbado e feio,
dizendo ser dono de um imóvel



pediu pra fazer a pesquisa rápido
porque tinha que levar um tropel
pra serra como é sabido.
Deu-me o CPF do pai
eu disse não lhe poder informação alguma dar
sem expressa autorização, do CPF, o titular.
Bravejou comigo o barbudo
dizendo ser um insulto,
pois filho tem todo o direito
de saber o que é feito
dos bens de seu pai, e falou
impropérios e insultos ao nome
daquele que o gerou,
dando-lhe, ao pai, o apelido
de bode velho e fedido,
chamou-lhe por codinome.
Expliquei de forma exemplar
que não poderia o sigilo quebrar,
mesmo zangado e valente
mordeu as barbas com o dente
saiu muito descontente,
apavorando os presentes,
mas eu na pose igual
funcionário da Receita Federal
não tremi, e fiz o correto



dando-lhe o trato reto,
protegendo as informações daqueles,
tomando a voz por eles.

No guichê da ARF a demanda
às vezes a gente espanta,
um questionamento fizeram
sobre problemas que deram
a um contribuinte assaz,
um devedor contumaz,
débitos de previdência,
parcelamento atrasado,
DEBCADs esquecidos,
divergências GPS x GFIP não pagos,
GFIPs em falta de entrega
e cadastro desatualizado,
outras coisas mais técnicas
que não cabem nestas métricas
do poema que lhes escrevo,
mas uma coisa descrevo:
fiz o questionamento via Notes
ao Dr. José Lenimberg,
nosso “papa previdenciário”
dessa pasta ele ergue
todo o saber e é notório
que ajuda a quem lhe pedir,



mas pra quebrar a frieza
que as notas técnicas emprega,
fiz a consulta ao doutor
num português bem cabôco
com rimas tipo cordel
pra espantar o célebre,
mas pra meu espanto, pasmem
esse senhor é do além,
além de responder preciso
o que eu tive inquerido
o respondeu com métrica certa
num cordel que não cabe réplica,
e me causou o espanto
ver que tanto talento
existe nessa casa Federal,
e isso não é nada mal.

Chegou-me dona Solange
alta, bela, e petulante
com nariz tão arrebitado
que quase encosta na testa,
mas o colega fez a festa
quando fui interrogado
e a ela informado
seu pleito ter sido negado.



Trouxe uma procuração
de um cliente seu não esclarecido
papel timbrado de cartório
por tabeliã assinado, carimbado
e com selo recebido.
Veja que caso notório.
a tabeliã do cartório
reconheceu a firma do infeliz,
porém o pobre coitado
não havia assinado
o documento no balcão
daquela instituição.
Questionei-me e me ri
daquilo que ali vi:
como se pode autenticar
uma assinatura cidadã
se a letra fria e vã
a pessoa não assinar?

O tempo foi-se passando
eu aprendendo mais coisas
a previdência é nossa
e começou me calejando.
Mas como num nego fogo



deu-se logo o arroubo
e ficou pra eu trabalhar
sem nem pensar em reclamar
com os órgãos públicos da região,
ah, quanta decepção!

Vi a festa que prefeitos e vereadores também
faziam com o dinheiro público e de quem tem e não tem,
a previdência falindo
e no erário calote
prefeitos dando os botes
no dinheiro do trabalhador,
desconta nos contracheques
mas não repassa à Receita
somente pequeno valor.
Pra resolver a questão
a Receita se antecipa e então
lança parcelamentos e REFIzes
multiplicam-se as vantagens
descontos de todas as linhagens
de multas e juros nas raízes,
mas mesmo assim as prefeituras
não aderem e ainda dizem
que não é bom para a sua gestão.



Veio Prefeito aprumado
bem vestido e perfumado
barba bem feita e gravata
com advogado e contador
sentaram-se à minha mesa
para ver qual a despesa
e precisamente o valor
que deveriam pagar
através do refis Prem,
mesmo sabendo que alguém
tem que a dívida pagar.

Sentado com eles expliquei
como o parcelamento fazer,
pegar o montante que a lei
promete parcelar para ter
a Prefeitura o direito
de certidão negativa o pleito
atendido sem defeito.
Achando dois vírgula quatro por cento
de toda a dívida
certamente por seis divididos,
dando zero vírgula oito ao mês



sem desconto algum provisado
pra em janeiro do ano vindouro
consolidado o Prem
pagar-se a preço de ouro
com descontos grandes e vindouros
de multas e juros Selic
que claro aqui fique
negócio de pai para filho.
Feito os cálculos e demonstrado
diz o prefeito intrigado:
vejo que é melhor pro município essa conta
contudo é uma afronta
pra minha gestão eu gastar
esse valor todo, da dívida que eu herdar.
Sei ser melhor para o povo
mas esse Prem vai engessar
minha administração,
assim não vou aderir,
e o débito vamos empurrar
para a próxima gestão,
pois sei muito bem das reformas
em que eu prefeito mesquinho
não poderei reeleger-me
e quando ao poder voltar



o povo terá esquecido
o rombo que eu causei.
Esse pensamento parece
ser pensamento geral
e baixa adesão ao Prem
deixa o povo refém
de gestores públicos omissos
que firmam seus compromissos
que nunca cumprem, jamais.

Não posso lhes aconselhar,
reclamar,
maldizer
ou prender,
posso somente dizer
o que li tempos atrás
que o político só pensa nas próximas eleições
e o estadista correto, nas próximas gerações.

Entraram Parcelamentos,
pra quem não honrou dividendos
foi-lhes dado Refis,
depois outro e outro refinanciamento,



ao cidadão comum devedor
e à empresa de alto e baixo valor.
Aos órgãos públicos também
foi-lhes dado possibilidades
possibilidades infinitas
de quitarem suas dívidas
em parcelas a perder de vista
e por último, foi esse Prem.

Assim, nós vamos vivendo
ao contribuinte atendendo
com presteza e precisão,
independente de cor, partido ou religião,
procurando satisfazer a necessidade
deste contribuinte, é verdade,
que nos procura intentando
resolver sua questão.
Lembrando sempre que nós mesmos,
servidores públicos concursados
ou que entraram indicados
somos contribuintes também,
que honramos nossos impostos
independente dos gostos,
mas pelo zelo da nação



que Deus nos deu a bênção,
de nela nascer e crescer
pra podermos fazer
melhor lugar para morar,
legando aos filhos e netos
benefícios completos
pra todos beneficiar.
E em nosso guichê dos CAC
Agências e Inspetorias
vivemos diariamente no embate
aos senhores e senhorias.
A Receita assim conta
com gente boa na ponta
do atendimento decente
pra toda sorte de gente
pra aumentar a arrecadação
e a boa relação
entre o Governo e o povo
satisfazendo de novo
as demandas sociais
com transporte, saúde e educação
que tudo é custeado
pelo filão
arrecadado
por essa instituição.



Findo dizendo somente
que com a graça de Deus
somos muito inteligentes
fazemos nosso serviço
com presteza e dedicação
para serem satisfeitas
as necessidades prementes
de todo e qualquer cidadão.



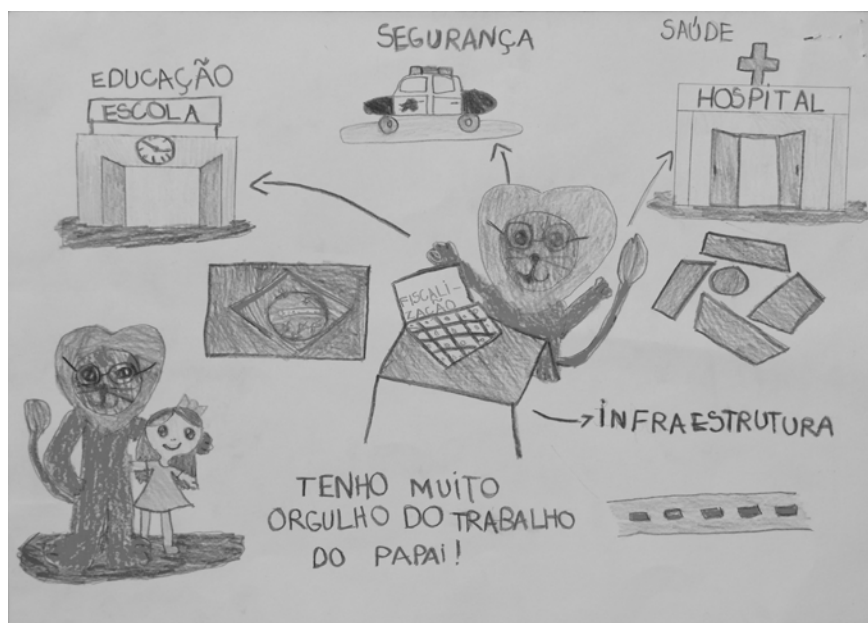
Poesias Classificadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

6º Concurso de Redação e Trabalho Artístico da RFB

5º Lugar



Autor: Clara Lohse Alvarenga, 9 anos

Responsável: André Marcelo Alvarenga - DRF/Blumenau

Educação Fiscal

João Batista da Silva Machado
Assistente Técnico Administrativo - DRF/Boa Vista-RR

Ingressou na Receita Federal em 19 de junho de 2015 e atualmente atua na Saort da Delegacia da Receita Federal em Boa Vista-Roraima.

Livros foram escritos sobre o tema
Os mestres ensinam com força total
Um homem agora escreve um poema
Versando sobre Educação Fiscal.

Alunos ganham mais saber
Docentes aprendem a ensinar
O tema é rico para aprender
Sendo riquíssimo para lecionar.



Educação Fiscal, o que seria?
Já ouvimos tanto nela falar
Ainda cabe no nosso dia a dia
Noite adentro o tema vai versar.

O imposto que é por nós pago
Será revertido para a Nação
Seja para despoluir um lago
Ou seja saúde para a população.

Se ninguém sonegasse o imposto
E cada um fosse um fiscal
Não haveria tanto desgosto,
Haveria mais justiça social.

O assunto é muito importante
Relegar para o segundo plano, jamais!
Já sabemos que o tema é relevante
Então vamos aplicá-lo mais?



Sabemos que há quem não goste
Uma cobrança que a uns não seduz
Se a esses faltasse um poste
Cobrindo sua rua com falta de luz?

Ruim seria se os impostos
Incidissem bem pouco para o cidadão
Seriam poucos os policiais a postos
Teríamos um caos e uma escuridão.

O importante é que se diga
Que há algo que se compare:
Um diz que se prossiga
E outro diz para que tudo pare...

Mas, o progresso com justiça
Eu acredito que deva existir
Temos que crer para que o país cresça
Importante é cada um contribuir.

Raiando um novo horizonte
Onde o Brasil pague um custo
Um país que assim desponte
Dando o exemplo de bem justo.



Um Brasil feliz por contribuir
Mais justiça, mais valor
Ainda assim, sem omitir:
Brasileiros, viva o Amor!

Impostos todos, os meus e os seus
Semeando um Brasil novo
Movendo por ordem de Deus
Olhando o bem do povo!



Imposto dos solteiros

David Ramos Campos

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Seort/Campinas-SP

Ex previdenciário, auditor desde 1993. Há dez anos no Seort - Analista de processos. Bacharel em Contabilidade e Psicologia.

A Receita Federal
Grande incentivadora
Em promover a família
Uma ideia promissora
Criou o imposto dos solteiros
Sem o intuito de punir
Mas de incentivar
Aproximar e unir



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Lançado o Decreto-Lei
Número três mil e duzentos
Tributava os solteiros
Com mais quinze por cento
Também viúvos sem filhos
Considerando a idade
Idêntico tratamento
Similar capacidade

Convenhamos, além do mais
Outra razão existia
Casando ganhava sogra
Agradável companhia
Ter a sogra sinaliza
Proteção e amizade
Probidade e harmonia
Virtude e maturidade

Casais que não propagassem
Também eram “contemplados”
Tinham o imposto acrescido
A dez eram taxados
Com a intervenção da sogra
Ansiosa pelos netos
Refletiam e após planos
O quadro estava completo
Aqueles que ainda assim



Dispensassem a sugestão
Continuassem solteiros
Respeitada a opção
Corriam o grande risco
De encarar o desafio
De pagarem mais imposto
E ficarem para titio

Filhos consolidam sonhos
Realidade e poesia
Amor e afetividade
Pureza e melodia
Incontáveis privilégios
Benefícios que terão
De incentivos fiscais
Descontos e isenção

Quem tinha a sogra por perto
E a via como tormento
Até descobria felicidade
Ao economizar quinze por cento
Se ao contrário a tratava
Com zelo e dedicação
Unia o útil ao agradável



E mais dinheiro na mão
A sogra, na relação
Tem fundamental importância
Desavenças e conflitos
Acarretam inconstância
Quando a sogra intervém
Tudo fica esclarecido
A vida, descobrição
Passa a ter outro sentido

Quem almejou se unir
Tempo houve para pensar
Conhecer bem a família
Dizer o “sim” ao altar
E ao chegarem os rebentos
Um, dois, até mais
Terão evidentemente
Os incentivos fiscais

Como disse o poeta
Até com certa razão
“Mesmo o amor que não compensa
é melhor que a solidão”
Não se despreza o amor
Pouco importa o lugar
Onde pulsa um coração
Tudo se pode relevar



Muito se falou de sogra
De imposto e casamento
Se para alguns pouco importa
Para muitos, investimento
Família, sogra e imposto
Têm relação estreita
Para aqueles indecisos
Acreditem, esta é a Receita.



Maria ou João, eis a questão!

Regina Amarilha Ferra Vilas Boas
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - ARF/Vila Velha-ES

Atualmente em exercício na ARF Vila Velha-ES, serve à instituição há 23 anos, sempre desempenhando atividades relacionadas com atendimento ao público, tendo trabalhado também na DRF Campo Grande-MS, IRF Corumbá-MS e ARF São Gonçalo-RJ. Inclusive como chefe de Atendimento naquela Unidade.

Lembro-me muito bem certa feita
se apresentar para atendimento uma figura muito estranha...
alta, magra, cabelos bem curtinhos, na nuca,
vestida de saia e blusa
se apresentou como “Vanusa”.
Ao olhar a identidade longamente,
mais dúvida invadia a atendente
pois na foto antiga a figura se achava,
porém, ao vivo, o “faro” avisava
estar algo errado, inconsistente.
Perguntada se mais um documento possuía,



a fim de dirimir a dúvida insistente,
a mesma sacou de debaixo do braço
pequena e delicada bolsa de mão,
revelando nessa hora,
pelo aspecto dos pelos na axila,
tratar-se na verdade, de um “homão”.
Foi então desse jeito
que a mentira do filho se tornou sem efeito,
passar-se pela mãe já não podia
e ainda, desconcertado, um “sermão” ouvia.
Desesperado ao pensar na consequência,
estando o mesmo embaraçado de fato,
arrancando das mãos de quem lhe atendia a evidência,
levantou-se, correu à porta, ganhou à rua, num passo.
De todo o contado fica a lição,
de que para atender bem ao cidadão,
além de presteza e fino trato, é preciso atenção
para afinal não atender Maria, em lugar de João!



O PERT e a CND para entrar no céu

Eduardo Pastor Paraguassu

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ARF/Araxá-MG

É atendente e trabalha na agência há 21 anos.

Trabalho na agência da Receita Federal em Araxá
Cidade boa e hospitaleira do triângulo mineiro
Como diz um samba,
Lugar igual não há

Que beleza é a Igreja de São Domingos
Situada na bela Praça da Matriz
A Avenida Imbiara
Onde se acha cada restaurante e cada bar
Por onde desfilam os jovens
Nas estreladas noites de luar



Sem falar do hotel do Barreiro
Construído na época do jogo no Brasil
Quando vinha gente de todo lado
Presidente, artista, deputado
Gente até de fora do país

Mas não é só a cidade que impressiona
O pessoal da agência
É espetacular
Os funcionários não se satisfazem em apenas seguir instruções normativas
E a lei explicar

Quando alguém chega ali e pergunta onde tira carteirinha de pesca
Se o cadastramento dos professores estaduais é ali que se faz
Quem pode socorrer uma pobre velhinha desorientada
Um outro que perdeu a cabeça e diz que de tudo é capaz
A gente abre um sorriso e cadastra esse povo sofrido no atendimento especial
Aquele com dose dupla de amor
Que nós já sabemos que é o atendimento mais eficaz



Tem a agente
Que é um amor de pessoa
Tanto assim que foi apelidada de “chefinha querida”
Mas não facilita com ela não
Porque ela tem o poder de saber o que o outro tem no coração
Se for mentira
Ela pega na hora
E aplica a devida correção

O Kadusovski é o cantor sertanejo da turma
Veio de Oliveira, lá perto de Divinópolis
Apesar de ainda ser novo
Tem um carinho danado com o contribuinte
E já fez tanta amizade
Que não duvido que qualquer hora dessas
Ele acabe por ser eleito o prefeito da cidade

O Dimas é o nosso matemático
Já até foi sondado pela NASA
Mas como bom mineiro
Sempre muito pragmático
Disse não para o Tio Sam
Pois não há nada que o faça arredar pé
Para longe de casa



A Dona Lídia está para se aposentar
Vai fazer uma falta danada
Ela é a fera do parcelamento
Boa que só vendo no atendimento
Oito horas por dia, cinco dias na semana
Mais de vinte anos no balcão
Depois desse tempo todo
A gente já deixou de ser colega
A gente já deixou de ser amigo
A gente já virou irmão

A Bibi é linha de frente
Quando a agência abre
É ela a primeira que atende
Tira as senhas, dá explicação
Orienta o povo no autoatendimento,
Pois ela sabe no site o caminho para tirar mil coisas, como:
Certidão,
CPF
DCTF
DIRF
DIRPJ
DIRPF
Perdcomp
E formulário de isenção



A risada da Natália
É o melhor trem deste mundo
Estudante de Direito
Pesquisadora dos mistérios legais
Mas eu sei que lá no fundo
Ela entende é de gente
Magrinha e sabida
Ágil que só se vendo
Quando alguém passa apertado
Lá vem ela correndo
Prestativa e sorridente
A Natália é demais!

O Daniel é antenado
Já foi professor universitário
De economia e política sabe tudo
Assim como sabe da legislação
Bom de conversa
Bem humorado
Mas o bacana mesmo nele
É o grande coração



A Rut é tudo de bom
Sabe das coisas como ninguém
Às vezes, recebo dela no celular belas mensagens
Principalmente nos dias pesados
Quando no jornal só se fala de crise, desemprego e desesperança
Aí ela me vem de Chico Xavier, Madre Teresa e Papa Francisco
E me faz lembrar que depois da tempestade
Sempre vem a Bonança

Afinal, por que estamos nesta vida?
Não é para fazer amigos?
Pois no meu trabalho encontrei irmãos
Dentro e fora do balcão
Assim que nem a Joana
Que deixa a casa sempre limpa
E faz aquele café adoçado com amor
E sempre com um sorriso
Espalha pela agência a alegria
O que dá uma vontade danada
De fazer um pouco melhor
A cada novo dia



Para você que acha que eu estou exagerando
Fique sabendo que o cemitério é atrás da agência
Outro dia apareceu um morto no balcão
E me disse aos prantos
Que não conseguia descansar
Pois fora barrado na porta do céu
Porque deixara para trás uma dívida
Com a Receita por pagar

Perguntei se era muito
Ele me disse que era sim
Que tinha muito juro
Apesar do pequeno principal
Foi então que me ocorreu
Do novo Programa de Recuperação Fiscal

O defunto ficou todo feliz
E levou a guia da entrada para pagar como um troféu
Depois que a CND saiu
Ele todo satisfeito agradeceu:
- São Pedro agora vai me deixar entrar, porque não devo mais o
Fisco federal!



A Receita no Rio 2016

Valmir Paulino Benício

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Poços de Caldas-MG

Ingressou em 1991. Escreveu artigos para diversas revistas e periódicos. Participou de todas as edições do Concurso História de Trabalho da RFB. Em 2013 seu texto «Unificação dos Fiscos», foi premiado como segundo melhor trabalho da 4ª Edição. Tem livros publicados e participou de inúmeras antologias literárias.. Em 2014 foi homenageado pela Academia Paraisense de Cultura de São Sebastião do Paraíso pelas suas atividades na área de literatura.

Na Copa foram mais de trinta nações
No Rio 2016 nos visitaram mais de duzentas
Na Copa foram muitas emoções
No Rio 2016 a Receita e a polícia estavam atentas

Seria um evento de grandes dimensões
Precisaria a equipe reforçar
Evento que desperta muitas paixões
A Receita e a polícia teria que se equipar



Na Copa tivemos uma desilusão
Que deixou triste nosso coração
No Rio teríamos um desafio a superar

Nunca mais esquecemos aquele Brasil e Alemanha
Daquele jogo que tanto nos acanha
Do nosso trabalho no Rio podemos nos orgulhar



Um curió na malha fiscal

José Cláudio Lessa Santos Júnior
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Fortaleza-CE

Ingressou na RFB em 05 de fevereiro de 1993. Chefe de setor, Contencioso/Secat/DRF/Fortaleza.

Ele trabalhou na malha fina, ora vejam só,
Um lugar de muito lamento, que às vezes dava dó,
Mas por ter um belo assobio, era conhecido por curió.

Esse funcionário atendeu bem, com muita distinção,
Tirava as dúvidas do contribuinte, sempre com uma orientação,
O contribuinte era bem tratado, nunca ficava na mão.

Dizia que se o débito fosse alto, não precisava vender o carro não,
Podia ser feito um parcelamento, pagasse à prestação,
Regularizando o débito, podia tirar sua certidão.



Seu nome é cláudio lessa, um funcionário exemplar,
Trabalhou por muito tempo, teve que se aposentar,
Outros colegas vieram e ficaram em seu lugar.

Mas seu modo de viver, da minha cabeça não sai,
Um presente de deus, que ilumina a todos por onde vai,
Agradeço pelo que o senhor é, obrigado meu pai.





Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil